

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

TOMÁS HENRIQUE DE AZEVEDO GOMES MELO

A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua.

Curitiba, setembro de 2011.

TOMÁS HENRIQUE DE AZEVEDO GOMES MELO

A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Miguel A. Carid Naveira

Curitiba, setembro de 2011.

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Melo, Tomás Henrique de Azevedo Gomes
A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua / Tomás Henrique de Azevedo Gomes. – Curitiba, 2011.
194 f.

Orientador: Prof. Dr. Miguel A. Carid Naveira
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Pessoas desabrigadas – Condições sociais – Curitiba (PR) – 2009-2011. 2. Pessoas desabrigadas – políticas públicas. 3. Movimentos sociais urbanos. 4. Antropologia urbana. I. Título.

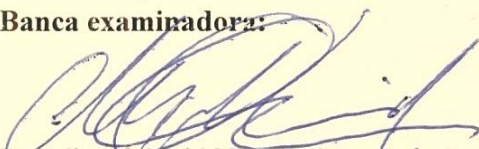
CDD 362.61

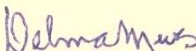
**78ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO,
APRESENTADA PELO ALUNO TOMÁS HENRIQUE DE
AZEVEDO GOMES MELO EM SESSÃO PÚBLICA**

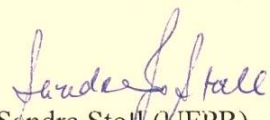
Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, às treze horas e trinta minutos, na sala 613 do Edifício D. Pedro I, reuniu-se a banca examinadora, designada pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, composta pelos seguintes Professores Doutores: Miguel Carid Naveira (orientador), Delma Neves (UFF) e Sandra Stoll (UFPR), para julgamento da Dissertação intitulada *"A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua"*, de Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo. Foi aberta a sessão pelo presidente, professor Miguel Naveira, apresentando ao público os demais membros, passando a palavra em seguida ao mestrando, conferindo-lhe trinta minutos para exposição de seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se à arguição. Os avaliadores fizeram suas observações e críticas no prazo de trinta minutos, na seguinte ordem: Delma Neves e Sandra Stoll, tendo o mestrando igual tempo para resposta. Ao final, a presidente suspendeu a sessão para que fosse decidido o julgamento. A banca decidiu pela aprovação do mestrando, com conceito A.

Recomendações da banca:

Banca examinadora:


Dr. Miguel Carid Naveira (orientador)


Dr.ª Delma Neves (UFF)


Dr.ª Sandra Stoll (UFPR)

Dedico este trabalho à população em situação de rua e sua luta. A cada pessoa que sofreu e sofre violações de toda sorte em virtude das diversas vulnerabilidades que compõe esta realidade, com a certeza de que juntos podemos inventar outros mundos possíveis.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela concessão de bolsa de estudo, fundamental para realização deste trabalho.

Ao meu inestimável professor, orientador e amigo Miguel Carid Naveira. Por sua paciência, dedicação e motivadora paixão pela antropologia. Por sua escuta sensível, inesgotável disposição para o debate e por ter me ensinado sobre persistir em levar meus esforços ao limite e além deles.

Aos demais professores do PPGAS / UFPR que colaboraram muitíssimo na minha formação, principalmente à Edilene Coffaci de Lima, sempre interessada em meu trabalho. Ao Paulo Guérios e a Sandra Stoll por suas contribuições nas disciplinas e na qualificação. E novamente a Sandra e a professora Delma Pessanha Neves (UFF) por participarem da defesa da dissertação e por suas argutas contribuições.

A todas as pessoas que tive o imenso prazer de conhecer no MNPR – Movimento Nacional da População de Rua. Em especial, aos militantes do Paraná, com os quais convivi a maior parte do tempo. Agradeço imensamente ao meu grande amigo Leonildo Monteiro, que muito me ensinou sobre vida e luta nesta caminhada. Igualmente ao Valter, Wilmar, Carlão, Paulo, Jefferson, Marcelinho, Silvio, Dode, Givanildo, Sandro, Rafael, Fafá, Regina, Andréia, Zumba, Paulo, Frank, os irmãos Ramirez e tantos outros que conheci ao longo do percurso.

Ao Grupo de Trabalho de Inclusão Social da População de Rua / GTIS-POP RUA e todas as pessoas que participaram de sua construção e manutenção, em especial à Sandra, Oengredi, Giovanna, Keity, Ezequiel, Renária e Solange.

Ao Bira e os participantes do Projeto Sopa Solidária, Bia da Casa do Peregrino, Neli da FAS, Arly Brasil, entre muitas outras pessoas que realizam trabalho sócio-assistencial para a população de rua em Curitiba.

Aos muitos amigos e amigas do MNPR e seus apoiadores de outras cidades do país: Maria Lúcia e todo pessoal de Salvador (BA). Anderson, Alderon, Cleisa, Luiz Kohara e o Instituto Pólis (SP). Samuel, Cristina, Ston e Karina (BH). Antonia do Distrito Federal. Ao Sérgio de Porto Alegre. Ao Seu Damião de Fortaleza e a Rose Barbosa (Portugal).

À minha família, meus pais Gleide e Fabio e minha irmã Victoria. Meu avô Jorge, minha avó Dagmar e minha tia Goga. Aos amigos de longa data, Rhuan, Rafael e Pedro, pessoas que mesmo de longe acompanharam de perto minha formação, minhas preocupações e angústias, que por muitas vezes me confortaram ao longo desta caminhada. À minha doce companheira Alexandra que acompanhou cada momento da escrita, que me deu força nos momentos difíceis, celebrou cada conquista e tornou todo processo mais bonito e divertido. Também foi indispensável o apoio e carinho de sua família, Margot, Mabelle e Thiago, companhia de inúmeros debates noturnos na cozinha, movidos a caféina e insônia.

Aos colegas do PPGAS, pelos debates, momentos de descontração e principalmente por sua amizade: Paulo “acreano”, Andréia, Janaína, Nicole, Dibe, Ricardo, Silvana, Paulo Góes e João “Sono”.

A todos e todas camaradas da Associação de Capoeira Angola Dobrada, por me ajudarem, em momentos definitivos, a olhar o mundo de cabeça para baixo.

Foram muitas pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte desta trajetória, por vezes acompanhando intimamente cada momento de angústia, aqueles que leram e releram inúmeras vezes diversas versões deste trabalho, até aqueles que das maneiras mais singelas, colaboraram de alguma forma para o processo de escrita da dissertação. A todos e todas eu devo um muito obrigado!

RESUMO:

Muito já foi dito sobre a constituição histórica do fenômeno que hoje nos referimos por população em situação de rua, o que torna sua própria definição tema de debates e controvérsias. A última década foi particularmente favorável ao reconhecimento da existência do processo que leva um contingente cada vez maior de pessoas a viver em situação de rua. Neste contexto são elaborados diversos esforços para instigar o estabelecimento da população em situação de rua enquanto sujeitos de direitos organizados em torno de suas próprias demandas. Tradicionalmente entendidos como inaptos para a organização política, passam a elaborar suas próprias reivindicações, de modo a obter reconhecimento como um segmento que necessita ser atendido segundo as especificidades deste modo de vida. A partir da pesquisa etnográfica iniciada em 2009, na cidade de Curitiba, PR, a proposta tem enfoque particular em eventos recentes e na memória de agentes envolvidos com a rede de mobilizações da população de rua. Por fim, trata-se de indicar apontamentos sobre como a prática de viver na e da rua, entendida por muito tempo como “contraventora”, se transforma em objeto de políticas públicas a partir da mobilização coletiva para o reconhecimento de suas especificidades.

Palavras-chave: População em situação de rua; Políticas públicas; Antropologia urbana.

ABSTRACT

There is a lot of discussion around the historical constitution of a phenomena which is referred nowadays as "população em situação de rua", definition itself object of debates and controversies. The last decade was particularly positive on recognition by constituted process which takes each more "population to social street condition" (closest translation). In this sense, there are several efforts to established these population as political organized groups, as subjects of Rights struggling about their claims. Most of them are understood as traditionally unable to political organization, however they ellaborate their own demands, in such way to earn recognition as a social segment who needs to be assisted concerning their singularities. Departing from an ethnographic research, started at 2009 in Curitiba (PR), this investigation aims to focus on recent events concerning the memory of agents involved with the network of political mobilizations on "população de rua". It aims to indicate points concerning how the action of living ON and BY streets, comprehended for a long time, as "contravention", transforms itself in public policies since there is mobilitization to recognition of their own singular demands.

Keywords: "População em situação de rua"; Public policies; Urban anthropology.

Sumário

1. Introdução.....	10
1.1. Definindo um tema.	12
1.2. O começo do trabalho de campo.	20
1.3. “Tô envorvido”	23
1.4. Apresentação dos capítulos.	33
2. Capítulo I - Adentrando a rua, conhecendo suas dificuldades.	37
2.1. A perda como marcador: processos de ruptura	37
3. Capítulo II – Aspectos de socialidade.	60
3.1. O manguêio.	60
3.2. Inconstância e ambigüidade.	85
4. Capítulo III – Do crime à política: uma história da constituição da “questão população em situação de rua” em Curitiba - PR.....	98
4.1. A criminalização e seus reflexos.	98
4.2. O Resgate Social da FAS.	101
4.3. O Centro de Convivência João Dorvalino Borba, as ONGs e a Articulação.....	106
4.4. O MNPR em Curitiba.	113
4.5. O Grupo de Trabalho para Inclusão Social da População em Situação de Rua – GTIS / Pop Rua.	116
5. Capítulo IV – A rua e a sociedade.	124
6. Capítulo V - A atuação do MNPR em Curitiba / PR	143
6.1. A luta pelo ponto de vista	143
6.2. Passos de uma política de reconhecimento às especificidades: a abordagem do MNPR frente os problemas da rua.	155
7. Considerações Finais.....	176
Bibliografia:	179
Glossário.	185
Anexos	187
Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009.....	187
Tabela de instituições de atendimento.....	192
Lista de eventos (2009-2011).....	194

1. Introdução

Em uma noite de domingo na Praça Rui Barbosa – ou em qualquer outra praça do centro de Curitiba - é possível encontrar dezenas de pessoas em situação de rua. Enquanto uma parte da população que vive na cidade se prepara para dormir em suas casas ou encontrar forças para iniciar uma nova semana, as ruas guardam um fluxo, dinâmica e rotina diferenciada, repleta de especificidades ainda pouco conhecidas. Andando pela praça é possível encontrar seus habitantes cotidianos: a turma do *cheirinho*¹, os que circulam provisoriamente procurando alguém conhecido, obtendo informações sobre a rua ou esperando alguma *boca-de-rango*. Porém, a noite do dia 23 de agosto de 2010 se tornou especial. Era véspera da II Marcha Nacional da População em Situação de rua. Um evento organizado pelo MNPR – Movimento Nacional da População de Rua, em parceria com diversos apoiadores das causas deste segmento.

A participação de alguns integrantes da população em situação de rua de Curitiba nesta marcha foi fruto de uma série de articulações em eventos relativos aos questionamentos sobre a vida na rua. Foi o marco de um ano bastante movimentado, repleto de eventos que tematizaram a situação de rua na cidade. Na prática, isto se deu a partir da organização e mobilização de encontros, tais como fóruns, seminários, reuniões, eventos na rua, assim como o envolvimento de diversos agentes, como ONGs, entidades religiosas, a população de rua, o Ministério Público e Sindicatos.

A marcha foi organizada nacionalmente para que todos Estados em que houvesse presença do movimento pudessem participar. Para a organização em Curitiba, a população de rua e seus apoiadores mandaram ofícios para tentar obter recursos para a viagem. Integrantes da população de rua dispostos a viajar inscreveram-se em uma lista para fechar as vagas no ônibus. Por fim, apesar da reticência das empresas de ônibus em aceitar realizar o serviço - quando informadas sobre o público a ser atendido - finalmente foi encontrada uma empresa que aceitou o trabalho.

O ônibus tinha 43 vagas. Dentre elas, algumas destinadas a integrantes do movimento de Londrina que viriam nos encontrar para seguir, compondo ao todo, 2 pessoas que trabalhavam em um equipamento público de atendimento para a população de

¹ As palavras marcadas em itálico identificam os termos e categorias nativas. O significado dos termos está no Glossário ao final da dissertação.

rua em Londrina e mais 3 para apoiadores de Curitiba. As demais vagas eram para a população de rua, escolhidas mediante o critério de participação prévia nos eventos ocorridos ao longo do ano. Na data marcada a população de rua se concentrou na Praça Rui Barbosa para esperar a chegada do ônibus.

Algumas horas antes do início da viagem cheguei à Praça, que já se encontrava mais movimentada que o habitual. Havia grupos dispersos conversando, algumas pessoas corriam de um grupo a outro em clima de festa e ansiedade. Havia um sentimento vivo, pulsante, de que algo realmente especial estava por acontecer.

Acompanhado de Carlos², ex-morador de rua que naquele momento trabalhava na Casa de Recuperação Amor Ágape, fomos os responsáveis por “organizar o ônibus”. Em um ponto específico da praça, reunimos as provisões que manteriam os viajantes durante as 24 horas de viagem até Brasília. Eram caixas de frutas, lanches de pão com mortadela, achocolatados e água, tudo obtido através de doações.

A ocupação que alterava drasticamente o cotidiano da Praça logo chamou atenção dos ocupantes “nativos” que vinham se informar sobre o que estava acontecendo. Em seguida, ao se depararem com as caixas de alimentação, passaram a solicitar doações. Imediatamente, fiquei tomado pela curiosidade sobre como reagiriam meus amigos, pois, normalmente eles são os executores destas ações. Inclusive, são eles que pronunciam sobre a falta de compreensão por parte da população que não vive na rua, quando estes são solicitados por alguma ajuda.

Na medida em que se viam frente à dúvida entre doar ou não, acredito que eles se deparavam com uma situação ambígua e ao mesmo tempo, semelhante à situação a qual recorrem com frequência. Por fim, explicavam o que estavam fazendo e davam alguma coisa para a pessoa que teria abordado. Em questão de alguns minutos, a notícia sobre a nova *boca-de-rango* já havia se espalhado pelos arredores da praça, motivando outras pessoas a fazerem pedidos. Ao longo das doações, o assunto se tornou a problematização em torno de políticas públicas para este setor. O fato de que em pleno domingo a noite tantas pessoas precisam recorrer ao *mangueio*³, que aquelas pessoas dependem de *bocas-*

² Parte dos nomes que aparecem ao longo do texto são reais, outros foram trocados para preservar a identidade dos interlocutores.

³ O termo “mangueio” aparece no glossário de maneira simplificada, no entanto, tratarei a fundo deste conceito no capítulo II.

de-rango, que não tem absolutamente nenhum lugar certo ao qual recorrer, que no limite precisam roubar, além da maneira particular pela qual o vício em drogas torna ainda mais dificultosa à vida na rua.

Este fato narrado rapidamente ilustra as preocupações sobre as quais diversos elementos da vida na rua orbitam. O fato estabelecido é que pessoas tradicionalmente vistas como inaptas para a organização⁴ política passam em determinado momento a reivindicar políticas específicas que reconheçam a população de rua como um segmento que necessita ser atendido segundo estas mesmas especificidades. Inevitavelmente, a iniciativa de construir políticas desta maneira – respeitando especificidades - esbarra nas próprias particularidades deste modo de vida.

O esforço deste trabalho trata do acompanhamento de processos de organização da população em situação de rua e suas demandas por políticas públicas frente às especificidades da própria situação de rua e das dificuldades que ela apresenta para mobilização dos sujeitos pela conquista e efetivação de seus direitos. Frente a existência de pessoas em situação de rua, as particularidades do seu modo de vida e a organização de uma pauta de reivindicações própria, existe uma complexa trajetória sobre a qual acredito ser possível sugerir algumas pistas, ou no mínimo, oferecer mais informações a partir da experiência etnográfica realizada nos últimos 2 anos na cidade de Curitiba.

1.1. Definindo um tema.

Um dos desafios mais corriqueiros enfrentados pelos pesquisadores que elegem como tema a situação de rua é sua própria definição. O que é população de rua? Quem são as pessoas que a compõe? Quais são suas características e quais os limites que encerram o conceito e o transforma em qualquer outra coisa?

Um consenso amplamente difundido – e estabelecido – na bibliografia é que as origens do que atualmente chama-se população de rua “remonta ao surgimento das cidades pré-industriais da Europa”, passando a “compor o cenário da vida urbana, em várias partes do mundo”, havendo momentos de maior ou menor presença de acordo com os próprios processos de desenvolvimento do capitalismo (Silva 2009:91). Este consenso pode ser

⁴ Para argumentações no sentido da inaptidão dos moradores de rua para a luta política, ver: Stoffels (1977)

resumido a partir de um trecho da Carta Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil escrito no Segundo Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em 20 de maio de 2009:

[...] o fenômeno população em situação de rua é antigo. Sua história remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no processo de criação das condições necessárias à produção capitalista. No contexto da chamada acumulação primitiva, os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras e nem todos foram absorvidos pela indústria nascente. Isso fez com que a maioria desses camponeses vivenciasse a amarga experiência de perambular pelas ruas exposta à violência da sociedade opressora, que acabara de nascer. Assim surgiu o pauperismo que se generalizou pela Europa Ocidental, ao final do século XVIII e forjou o fenômeno população em situação de rua.

A prática que forja o fenômeno população de rua foi tratada historicamente por mendicância, vadiagem ou indigência. Segundo Stoffels (1977:60-61) seu aparecimento na Grécia antiga se desenvolve a partir da decomposição da sociedade arcaica e com as características que a seguem, tal como a consolidação da propriedade privada, estabelecimento da escravidão, das cidades e Estados, o direito escrito, a economia monetária e a divisão do trabalho. De maneira semelhante, em Roma, a mendicância seria produto de despejos rurais provocados pela guerra, da dissolução de exércitos, extensão do regime escravocrata e da consolidação da propriedade privada. Com o passar do tempo se estabelece enquanto uma prática organizada e repleta de especificidades (Stoffels 1977:62).

No Brasil a prática da mendicância é criminalizada desde as Leis Criminais do Império, nos artigos nº 295 e 296. A partir do Código Penal da República, a mendicância e a vadiagem ganham 2 capítulos inteiros estabelecendo a prática como contravenção, cabendo 5 artigos aos mendigos e 3 aos vadios – sendo que a diferença entre os dois não fica absolutamente clara.

Em relação às penas, podemos ter uma mínima idéia da condução do problema. Um leve contorno até mesmo dos valores sociais de então, principalmente com relação *a moral e aos bons costumes*, podem aí ser percebidos. E ainda, nos parece óbvio, a contraposição destas contravenções com aquele que é considerado o valor maior, no ideário da sociedade burguesa, seu *princípio instituinte* e base de toda vida humana: *o trabalho*. (Karvat 1999:15)

O principal marcador que estabelece as características das práticas sucessivas que nos traz desde a criminalização da mendicância à formação do que trata-se hoje por população de rua, é a categoria trabalho e a falta dele no processo de desenvolvimento capitalista. Como salienta Mendes (2007), parte considerável desta bibliografia se concentra nas análises macrosociais e macroeconômicas:

Assim sendo, a maioria dos autores que escrevem sobre a população de rua enfatiza questões como o desemprego, os reflexos da crise mundial, as mudanças estruturais da economia, a crise social provocada pelo crime organizado e o tráfico de drogas e a ideologia neo-liberal, entre outros, como fatores que explicam (e no mais das vezes justificam) a existência de pessoas que se encontram fora do mercado formal de trabalho e que se utilizam do espaço público como local de moradia. (Mendes 2007:4)

A partir de Stoffels (1977), e ainda no tocante à definição da questão, pesem-se algumas distinções reveladoras: ao enfrentar a conceituação, a autora estabelece uma primeira separação entre características de cunho moral e científico. O “espaço moral” seria anterior, trata do tecido moral que dá fundamento à formação do conceito, a definições de um problema prático, o ato da mendicância. A proposta da autora parte de buscar entender de que maneira o conteúdo moral afeta a conceituação científica, havendo assim, dois movimentos: no primeiro deles, o processo de estigmatização que atravessa a ideologia institucional e a consciência comum. No segundo, trata-se da operação em que o espaço ético determina a relação da mendicância com a sociedade global, considerando aspectos - como o político, econômico e social - que definem os termos ideológicos em que esta conceituação é forjada. Esta relação situa a mendicância em dois campos: o da estrutura e o da existência. Respectivamente, “formação social e mecanismos mediadores” e “processos de convivência humana” (Stoffels 1977:30).

Este argumento mostra um pouco da complexidade sobre uma definição que é necessariamente negociada, pautada por distintas alusões, que se estabelece e é tipificado negativamente através da história. Portanto, uma definição pontual da população de rua continua a não ser tarefa fácil, mas a busca por uma explicação que abarque sua diversidade permanece em vista e passa a ser cada vez mais abrangente. Segundo Silva (2009), considera-se a população em situação de rua como:

[...] um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e

a inexistência de moradia convencional regular, fatores que obrigam seus integrantes a procurar logradouros públicos (ruas praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, ainda que utilizem albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias. (Silva 2009:136).

De maneira complementar, Rosa (2005) sustenta:

[...] um segmento heterogêneo de trabalhadores progressivamente alijados do mercado de trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não tem residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. Para estas pessoas, viver nas ruas significa, hoje mais do que antes, expor-se a precárias condições de vida e de trabalho e à violência policial e das ruas, agravada pela presença cada vez mais avassaladora do *crack*. (Rosa 2005:36)

Ao se deparar com o desafio da conceituação em seu trabalho, Frangella (2009:67) opta pelas categorias a partir de seu próprio uso empírico, tais como “morador de rua”, “população de rua” e “habitantes de rua”, segundo a própria recorrência destes usos em jornais, pelos próprios agentes das entidades de atendimento ao setor e pelos seus interlocutores de pesquisa. Este uso, segundo a autora, remete principalmente à definição do sujeito “[...] como um indivíduo sem casa, morando nas ruas, em condições intermitentes ou permanentes.”

Uma das grandes novidades que se encontra nos trabalhos recentes sobre população de rua na cidade de São Paulo trata das mudanças relativas ao contexto da vida na rua e dos aspectos que a circundam. Segundo Frangela, isso ocorre pelos seguintes motivos:

Há um aumento de pessoas na rua em decorrência do agravamento da situação socioeconômica; e um gradual adensamento da teia de atendimento a essa população, abrindo espaço para sua visibilidade política. Tal processo revela o efeito dos problemas socioeconômicos sobre o habitante das ruas, a complexidade de fatores que o envolve, e sua captura nas redes dos movimentos urbanos sociais e políticos. (2009:67)

O trabalho de Costa (2007) é inaugural e revelador a este respeito. O autor se propôs a estudar justamente esta complexidade de poderes, discursividades, instituições, visibilidades, histórias que se entrelaçam sobre uma mesma temática. O autor reconhece e se dedica a uma rede bastante semelhante à que me ocupei, e arrisco afirmar que este seja um fenômeno que paulatinamente vem se constituindo e ganhando força nas grandes cidades do país, além de São Paulo. Assumindo que grande parte dos trabalhos sobre a população de rua tratam sobre trajetórias e histórias de vida, a problematização do autor sugere um deslocamento: “Não mais fazer falar de si o morador de rua, mas sim fazer falar de si aquele que fala do morador de rua.” (Costa 2007:34). Esta constatação pontua um importante marcador de diferença nos trabalhos sobre a população de rua, pois, o foco na discursividade e no cotidiano da vida na rua ou nas instituições e no atendimento pode ser observado em diversos estudos. Acrescentaria a estes exemplos, estudos em que ambos aspectos são abordados de maneira particular. E ainda, existem também os trabalhos realizados desde um ponto de vista macro-estrutural⁵.

A constatação de Costa (2007) é que a situação de rua ganhou nuances na medida em que cresceu, se expandiu, tornando-se algo cada vez mais presente no cotidiano das cidades e, junto a isto, se entrelaçam novos discursos, práticas e instituições que refletem sua presença marcante. As últimas três décadas marcam a existência de uma maior comoção em torno das pessoas em situação de rua em algumas cidades do país, dando maior visibilidade a esta questão. Assim, a idéia sobre a existência de uma "população de rua" e conseqüentemente da "situação de rua" é uma “invenção social recente e bem datada em nosso país” (Costa 2007:18) que veio sendo modificada historicamente.

Um dos principais fatos marcados pelo autor para identificar este desenvolvimento é o trabalho dos Oblatas da Fraternidade de São Bento, um grupo de religiosos que compunha a OAF (Organização de Auxílio Fraternal). Eles inauguram a preocupação com uma “pobreza que até então permanecia invisível aos olhos da época”, sua atenção passou a ser a “periferia do centro”. Tornando-se assim, a principal referência da transformação na atenção e no atendimento a esta população pobre vinculada à rua. Para o autor, este é um dos fatos que marcam a transformação no que diz respeito à constituição de uma “questão

⁵ Para aprofundamento sobre o foco na discursividade, comportamento e cotidiano ver: Frangella 2009; Walty 2005; Magni 2006; Santos 2006; Kasper 2006; Mendes 2007. Do ponto de vista estrutural, ver: Stoffels 1997; Giorgetti 2006; Silva 2009; Bursztyn 2000; Di Flora 1987. Para perspectivas com maior trânsito entre abordagens, ver: Vieira 2004; Nasser 2001; Rosa 2005; Pereira 2009.

população de rua” e sua conseqüente complexificação (Costa 2007:44).⁶

No bojo destas transformações nos grandes centros a situação de rua torna-se uma grande questão a ser debatida:

Até então inumerável, invisível e inominável, nos últimos trinta anos a experiência de rua ganha número, visibilidade e nome próprio – população de rua – e assim entra na cena do espaço público paulistano e também de outras cidades do Brasil. Particularmente no centro de São Paulo a população de rua parece que está em todo lugar. É alvo de discursos e olhares, regimes enunciativos e de visibilidade. São implantados insistentes dispositivos para se ouvir, ver, registrar e falar da população de rua. Discursividades múltiplas são incitadas: declarações públicas, artigos de jornais, periódicos científicos, monografias, pesquisas estatísticas, livros-depoimentos. Visibilidades também são suscitadas: câmeras, filmes, fotos, sistemas de informação, mapeamentos estatísticos, cartazes, manifestações no espaço público. Sem falar nos agentes, instituições e outras instâncias mais especializadas: ONGs, albergues, uma lei municipal própria, blogs de discussão, datas e periódicos específicos, Pastoral do Povo da Rua, fóruns e mais fóruns, e, agora, um comitê interministerial próprio e um movimento social de escala nacional. (Costa 2007:19).

Estes novos arranjos inauguram e produzem a mobilização de diversos segmentos da sociedade que culminam em um reconhecimento particular por parte da sociedade civil e do Estado. Trata-se do reconhecimento e da legitimidade dos moradores de rua enquanto sujeitos de direito, de sua constituição enquanto “interlocutores válidos nessa arena pública, na qual o direito estrutura uma linguagem que baliza os critérios pelos quais as demandas coletivas são problematizadas e avaliadas.” (Frangella, 2009:68).

O que se observa é a presença de um jogo de definições que se desenvolveram a partir da complexificação da questão. Ao que parece, a reflexão de Stoffels (1977) apresentada anteriormente, permanece válida. No entanto, acrescentaria que entre um “espaço moral” e o “espaço científico”, entre a estrutura e a existência, entre os problemas da vida cotidiana da população de rua e o agenciamento do Estado existe um terceiro componente transitório que é a própria rede de mobilizações. Trata-se justamente deste “entre”, que ao mesmo tempo, não é um objeto completamente novo. Sua composição trata justamente da possibilidade de um novo debate entre estas partes: “Sociedade Civil”, “Estado” e “População de Rua”. Nos termos que repetidas vezes escutei em campo, trata-

⁶ No Capítulo III trato sobre uma forma possível de entender como este processo se deu em Curitiba / PR.

se de algo que está entre a *Sociedade* e a *Rua*⁷, é a própria condição de um diálogo que até poucos anos atrás parecia impossível⁸.

Estes fatos recentes produzem efeitos interessantes. Sugiro que um deles é que o estabelecimento da população em situação de rua enquanto sujeito de direito e de políticas públicas específicas, torna necessária também uma definição mais circunscrita deste mesmo sujeito. Um importante marco desta definição é estabelecido no Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009⁹, que institui a Política Nacional para a população em situação de rua e um Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Decreto N° 7.053, de 23 de dezembro de 2009)

Não se trata de afirmar que o marco legal estabeleça uma definição unívoca ou necessariamente mais acertada que qualquer outra, no entanto, tornar um segmento sujeito de direitos, particularmente, direitos criados para atender um segmento específico, faz necessário que se definam quais são as características das pessoas em foco nesta política e nestes direitos.

Este limite da definição legal está indiretamente exposto no trabalho de Frangella, que nos atenta para o fato de que a formação da população de rua enquanto sujeito de direito permanece longe de abarcar a questão em sua dimensão cotidiana. Para a autora, isto ocorre por dois motivos: o primeiro deles está ligado à falha na constituição de uma rede de atendimento que efetivamente estabeleça uma comunicação entre os diversos atores envolvidos na questão, “uma espécie de vazio comunicativo na dimensão do debate institucional que cerca este universo” (Frangella 2009:68). O segundo motivo decorre

⁷ Estas categorias serão trabalhadas no Capítulo IV

⁸ Cabe ressaltar, que aos poucos vai se tornando quase inevitável falar sobre população em situação de rua no Brasil sem passar pelo grande debate político que vem se estabelecendo nos últimos anos. Isto é possível de ser visto em alguns trabalhos como: Costa 2007, Silva 2008, Rosa2005.

⁹ O Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009 está disponível nos anexos da dissertação.

justamente da heterogeneidade do “perfil” da população de rua¹⁰. Pois em sua pesquisa a autora tematiza a corporalidade da população em situação de rua, optando pelos aspectos do “estar na rua”, mais do que a malha institucional ou agentes da sociedade civil que passam a discutir a questão.

O cerne da discussão é justamente os efeitos sobre as idéias em torno da situação de rua quando ela se torna uma preocupação crescente, produzindo uma pluralidade de opiniões, um intenso debate sobre formas diferentes de trabalho, demandas e respostas Estatais, debates sobre formas mais ou menos corretas de resolver a questão, ou mesmo o questionamento sobre se é possível resolvê-la.

A especificidade que pretendo salientar, em consonância com Costa (2007), versa sobre a existência de uma série de redes discursivas no contexto urbano, nas quais diversas narrativas e ações se entrecruzam, criando discursividades múltiplas, por vezes conflitantes e que competem entre si pela versão mais acertada sobre fatos, leituras e entendimentos da realidade. Em um contexto como este ninguém detém exclusivamente uma leitura mais legítima dos fatos. Mesmo que, obviamente, existam formas de legitimação mais ou menos aceitas. Tal especificidade trata de um contexto em que nenhum dos agentes está, em verdade, mais autorizado a falar sobre os fatos do que qualquer outro. A esta heterogeneidade de discursos me refiro como “questão população em situação de rua”. Termo arbitrário para as diversas formas cambiantes utilizadas para se referir a esta rede de envolvimento com a luta por direitos e políticas públicas para a população de rua.

Este esforço de ocupação enquadra minha abordagem em um fluxo etnográfico entre diversos locais. Tentei ao máximo explorar a possibilidade de ocupar diversos espaços. Ao longo do trabalho de campo, foram muitas reuniões, organização de eventos, viagens com integrantes da população de rua e encontros tanto na rua quanto em instituições - principalmente no período em que fui voluntário do Projeto Sopa Solidária¹¹.

As relações de campo, aos poucos, foram apresentando um panorama muito mais amplo do que imaginava. As aberturas concedidas – e as escolhas que a acompanham – possibilitaram um contato que extrapola em muito um recorte definido em algum aspecto

¹⁰ Compreende-se que heterogeneidade no caso da população de rua é o próprio perfil. Sua particularidade se encontra justamente na variedade de comportamentos e na possibilidade de uma grande variação de características e combinações. Assim, o componente heterogêneo é o próprio perfil.

¹¹ Projeto de distribuição de sopa realizado por voluntários da PIB – Primeira Igreja Batista de Curitiba.

da vida da população de rua. A participação neste universo, que já evoquei anteriormente, mostra contornos inesperados e uma possibilidade de trânsito entre espaços e contatos com pessoas.

Foi desta maneira que os temas foram “surgindo”, a partir da possibilidade de presenciar uma série de facetas que se relacionam com a população de rua. Desde eventos políticos e de organização, tais como encontros de formação, marchas, fóruns, seminários e reuniões de articulação, até mesmo momentos de descontração, encontros na rua, andanças pela cidade, momentos de interação em intervalos de reuniões, ou mesmo por estar dormindo no mesmo local em um encontro, etc. Era possível ser apresentado a um problema ou questionamento em meio a um debate, e na sequência, entender melhor as razões e o fundo de experiência na rua que motivava tal ou qual colocação pública de uma questão.

A partir desta mobilidade frente à diversidade de momentos e espaços, a primeira pista era que a “questão população em situação de rua” é composta por todos estes fatores e agentes - e provavelmente tantos outros que me escapam ao conhecimento. Estes encontros e ações possibilitaram o contato com diversos atores, tanto com pessoas que vivem nas ruas, como ex-moradores de rua¹², pessoas que trabalham com eles tanto profissionalmente como por engajamento político, religioso, ou ambos simultaneamente.

Mesmo considerando o aspecto plural do campo e fazendo o esforço de ocupar a maior quantidade de espaços possíveis, este trabalho versa apenas tangencialmente sobre esta diversidade. Seu verdadeiro interesse está nas experiências da população de rua enquanto sujeitos de direito, agentes políticos que se puseram frente o desafio de se mobilizar segundo as particularidades de seu modo de vida.

1.2. O começo do trabalho de campo.

O começo de minha pesquisa com a população em situação de rua se dá no ano de 2007, na cidade de Balneário Camboriú – SC quando realizei um trabalho para fins de conclusão do curso de graduação. Neste primeiro trabalho, a pesquisa foi feita em uma

¹² No contexto do Movimento Nacional da População de Rua refere-se aos ex-moradores de rua como pessoas com trajetória de rua.

cidade relativamente pequena, turística, com particularidades que se distanciavam do debate proposto pela bibliografia mais clássica sobre o tema. Em contrapartida, possibilitava nuances interessantes, por vez que a situação de rua em Balneário Camboriú tinha grandes diferenças frente aquilo que encontrei na maior parte dos estudos sobre o tema. Neste esforço, minha abordagem se concentrava principalmente em realizar entrevistas com as pessoas na rua.

Na oportunidade de cursar o mestrado em Curitiba, resolvi que seria interessante desdobrar esta primeira experiência de pesquisa realizando o trabalho de campo em outra cidade. Quando comecei a pesquisa, parti do mesmo pressuposto: abordar as pessoas em situação de rua pelo centro da cidade, acompanhá-las e realizar entrevistas.

No começo desta empreitada, tive a oportunidade de conhecer algumas pessoas nas ruas do centro, e antes que o campo se tornasse mais sistemático, comecei a ser apresentado a uma série de siglas, instituições e pessoas que tinham conexão com uma rede institucional de serviços e debates destinados à população de rua. Ao perceber esta pluralidade, fui tomado por uma grande preocupação. Parecia que as relações extrapolavam em muito minha capacidade de etnografar uma rede tão abrangente. Foi a partir destes contatos iniciais com a população de rua no centro da cidade de Curitiba que pude perceber a existência de uma diversidade de agentes mais ou menos articulados em torno de ações e discussões sobre a situação de rua na cidade.

A rede com a qual me deparei inicialmente é composta por diversos agentes. Uma parte dela diz respeito a entidades, em sua maioria, ONGs e organizações religiosas que tem por principal atividade o trabalho voluntário de assistência à população de rua. Outra parte trata do setor público, fundamentalmente, a FAS - Fundação de Ação Social, que responde municipalmente pela responsabilidade em torno de fornecer políticas públicas à população de rua. Existe também a presença do MNPR – Movimento Nacional da População de Rua que articula a própria população de rua. E ainda, uma série de indivíduos independentes de organizações que se envolvem com os debates e ações da rede¹³. Estas organizações e indivíduos atuam de maneira independente, segundo suas propostas, funções e motivações.

Em Curitiba existem alguns espaços marcadamente referenciados pela população

¹³ Tratarei sobre as organizações de maneira detalhada no Capítulo II.

de rua e que são centrais na problematização da questão tais como o centro de acolhimento da Fundação de Assistência Social (FAS – resgate social), um espaço de convivência chamado Centro de Convivência João Dorvalino Borba, as casas de recuperação à drogadição, dentre outros espaços de acolhida temporária¹⁴.

É principalmente através de eventos públicos que abordam temas relativos à população de rua que os agentes desta rede se encontram e as questões são debatidas. Estes agentes levantam questões sobre a população de rua, são responsáveis e preocupados com a imagem pública do segmento, mantém um diálogo intenso – e em crescimento –, pensam, elaboram, põem em prática e criticam políticas públicas para o setor, e obviamente, pensam e fazem estas elaborações de maneira diversa.

Trata-se de um complexo de ações, discursos e concepções entrecruzadas, geradora de discursividades múltiplas, por vezes conflitantes e que competem entre si pelas versões dos fatos, leituras e entendimentos da realidade. Assim, assistentes sociais, gestores públicos, militantes, população de rua e entidades religiosas, constroem suas versões e entendimentos sobre os acontecimentos, origens, causas, efeitos, possíveis resoluções, conjunturas e ações políticas, gerando um emaranhado discursivo.

O ano de 2010 foi particularmente movimentado para a organização da população de rua em Curitiba. Iniciativas novas foram constituídas na cidade decorrentes do desenvolvimento de diversas organizações. Isto culminou na criação do Fórum Permanente da População de Rua - um evento mensal que tem por objetivo proporcionar um espaço de mobilização e interlocução entre a própria população de rua e desta para com os gestores públicos; o “Arte da Rua” – uma mobilização para intervenção do MNPR em espaços público para dar visibilidade ao movimento; a articulação entre Ongs e demais indivíduos que trabalham com esta questão; e por fim, o GTIS - Grupo de Trabalho para Inclusão Social da população de rua - que são reuniões semanais que acontecem no Ministério Público do Paraná para debater e encaminhar questões relativas à população de rua, em que se reúnem pessoas em situação de rua, representantes de ONGs e demais organizações e

¹⁴ Nos anexos está disponibilizada uma tabela com alguns espaços que atendem a população de rua em Curitiba. Não se trata de todos os espaços existentes, mas é ilustrativa da atual composição dos espaços, perfil de atendimento e modalidades de serviço.

indivíduos interessados em auxiliar na construção das ações destinadas a este setor¹⁵. A etnografia decorre fundamentalmente da inserção nestes espaços e em seus desdobramentos, conseqüentemente, com a possibilidade de envolvimento que esta inserção favoreceu.

1.3. “Tô envorvido”

A relação que constituí ao longo do trabalho de campo com as pessoas em situação de rua envolvidas na rede de mobilizações é um dos pontos que precisa ser esclarecido. Minha presença nos eventos e reuniões em Curitiba possibilitou, paulatinamente, um aguçamento da intimidade e da abertura para conversar sobre assuntos que nem sempre são amplamente divulgados, ao mesmo tempo, este processo resultou na necessidade de certo comprometimento do pesquisador frente a questão, transformando o que poderia ser somente uma presença passageira no momento da pesquisa, em alguma outra coisa.

Minha presença na II Marcha Nacional que inicia esta introdução, ocorreu em virtude do meu acompanhamento em diversas outras situações com a população de rua. Aqueles quatro dias de convivência ininterrupta transformaram radicalmente minha relação com as pessoas em situação de rua. As adversidades que vivemos possibilitaram outro nível de relação, o que colaborou inegavelmente com o aprofundamento de questões que já haviam sido colocadas em outras ocasiões ao longo do trabalho de campo.

Na medida em que comecei a estar presente nos espaços públicos de debate, houveram algumas “cobranças” no que diz respeito à minha participação. Um fato marcante a este respeito foi uma ocasião em que acontecia um dos Fóruns Permanentes da População de Rua. Nesta situação, um canal de televisão requisitou a fala de alguém que estudasse a população de rua. Sandra Mancino, assistente social do Ministério Público e participante do GTIS, foi a primeira pessoa que me chamou atenção para um fato que se desdobrou mais tarde. Ela me incentivou de maneira um tanto irônica a conceder a entrevista: *“Você está achando que é assim? Só ficar ouvindo e perguntando? Tem que participar! Vai lá ser entrevistado”*.

¹⁵ Os eventos foram parte fundamental da etnografia e aparecem de acordo com a relação que faço entre fatos e os temas que elenco para discussão. Nos anexos apresento uma cronologia dos eventos realizados durante o trabalho de campo.

Pouco tempo antes, recebi um e-mail da área de comunicação do Ministério Público, requisitando uma entrevista. O e-mail chegou a mim através de Valter, naquele momento, representante do Paraná no MNPR. Liguei para Valter para questioná-lo sobre a entrevista, pois durante todo o processo, entendia que cabia aos militantes do movimento as falas públicas sobre eles mesmos. A possibilidade de publicizar uma opinião me deixava temeroso em comprometê-los politicamente com minhas reflexões. Porém, a resposta de Valter me foi reveladora: *“Tomás, você está indo nos eventos, acompanhando a gente, você está vendo as coisas! Fale sobre o que você sabe.”* Esta afirmação me foi desconcertante, pois ela coloca duas situações: como um pesquisador, frente minhas opções temáticas, poderia estar pesquisando qualquer aspecto sobre a população de rua. Tanto o MNPR, quanto os demais participantes da rede de mobilizações, nunca se preocuparam de fato com o conteúdo da minha pesquisa, por mais que insistentemente eu tentasse falar sobre ela. O fato de realizar uma pesquisa, por vez ou outra, era entendido como algo inerentemente bom, que não poderia de forma alguma prejudicá-los, não havendo nenhum tipo de controle com relação às minhas conclusões. A segunda questão, diretamente relacionada, era que para Valter a segurança sobre o conteúdo das minhas respostas estava justamente sobre o fato de estar acompanhando as mobilizações, ou seja, eu estava vendo as coisas acontecerem, estava acompanhando, e deveria falar sobre minhas opiniões acerca deste processo, ao que parece isso bastava.

Os convites esporádicos para dar alguma declaração para meios de comunicação se combinaram com convites mais rotineiros para a participação em reuniões, eventos, viagens e mais tarde, para a organização destas ações. Neste processo fui cada vez mais sendo conscientemente envolvido.

O contexto das mobilizações em Curitiba é fundamentalmente marcado pela presença de religiosos, assistentes sociais e profissionais da área jurídica. Nos momentos das apresentações nas reuniões e eventos, me apresentava como mestrando em antropologia e a sensação que tinha era que as únicas coisas importantes na minha apresentação eram os componentes “mestrando” e “UFPR”, enquanto a antropologia era apenas um acessório. A presença de antropólogos não é comum neste campo, ou seja, sabe-se na prática como o assistente social, o religioso, o advogado, promotor de justiça ou o estagiário do Ministério Público podem auxiliar. Enquanto isto, não se faz a mínima idéia sobre como o antropólogo pode colaborar, e a bem da verdade, nem mesmo eu sabia.

A questão sobre a “função” cumprida pelo participante das reuniões e eventos se torna importante no contexto deste campo. Todas as pessoas que participam nestes momentos estão lá por motivos particulares, sejam gestores públicos, voluntários de ong’s ou a população de rua. Respectivamente, seja por questão do trabalho e instituição a que está vinculado, por dedicação pessoal e voluntária, ou mesmo pelo interesse por melhorias no atendimento e nas políticas ao setor. Quando uma pessoa nova aparece nestes momentos, rapidamente é questionada: “o que você faz?” Este questionamento marca as diversas posições que se pode ocupar neste campo.

A resposta “pesquisador” ou “estudante”, nunca pareceu muito interessante aos meus interlocutores, e acredito que existe um bom motivo para isto. A situação de rua acaba por nutrir certo interesse aos pesquisadores de diversas áreas, principalmente na graduação. No entanto, o mais comum é que o pesquisador se aproxime da rede ou de alguma ONG em específico, apresente uma proposta de trabalho, tais como documentários. Faça algumas filmagens e entrevistas e depois de feito, não retorne nem mesmo o próprio material produzido para as pessoas que cederam declarações ou suas imagens¹⁶. Como suscitei rapidamente, é uma presença bastante passageira, entendida, em grande parte, como algo com que não se pode contar. Em sua maioria, estes trabalhos são para conclusão de disciplinas em cursos de graduação. Até mesmo os trabalhos de fim de curso são mais escassos neste campo.

Não se trata de afirmar que exista algum tipo de posicionamento que deva ser necessariamente tomado pelo pesquisador, mas é importante pontuar que na medida em que a fala da população de rua passa a ser mais requisitada por diversas áreas de conhecimento, os sujeitos envolvidos passam a nutrir opiniões cada vez mais embasadas em suas experiências enquanto interlocutor de pesquisa. Samuel, um dos coordenadores nacionais do movimento, falou sobre uma entrevista que concedeu a uma pesquisadora em Minas Gerais, afirmando que foi questionado sobre como é viver na rua. Em sua resposta, desafiou a pesquisadora a ir viver na rua, pois somente assim ela poderia conhecer de fato esta situação. Em outra ocasião, numa reunião no Ministério Público, logo após outro pesquisador fazer uma proposta de trabalho, Leonildo, atual coordenador nacional e representante do Paraná no MNPR, ressaltou que “*os pesquisadores abordam na rua,*

¹⁶ Obviamente existem exceções, mas é muito comum que estes fatos ocorram.

querem conversar, filmar, saber sobre a vida da população de rua, mas quando a população de rua precisa de algo, eles são os primeiros a ‘bater a porta na cara’”.

As afirmações desta natureza – que foram em grande número ao longo do trabalho de campo – me colocavam sob uma posição um tanto desconfortável, me fizeram pensar que para ser levado a sério, minha inserção deveria se dar em algum outro registro que não apenas como “pesquisador”. Ao mesmo tempo, restava a dúvida sobre como poderia – e mesmo se deveria – instrumentalizar a antropologia para este fim, assim como as implicações disto. De fato, para alcançar este “outro registro” de pretensões colaborativas, o que precisou ser acionado não foi a antropologia enquanto disciplina, mas talvez, uma habilidade muito cara a ela, o interesse em estar presente e participar.

Além da presença nas reuniões e eventos, em que pegava tarefas como digitalizar algum documento, levantar informações, ou auxiliar com a confecção de algum ofício, tive a oportunidade de conhecer Ubirajara, o “Bira”, que coordena junto com sua esposa Clarice o Projeto Sopa Solidária¹⁷ e participa ativamente das ações para e com a população de rua. Quando o indaguei sobre o projeto do qual ele fazia parte, prontamente, ele me convidou para conhecer de perto as ações, sugerindo que a melhor forma de me explicar do que se tratava o projeto seria com a minha participação. Esta participação me possibilitou outra via para contato semanal com a população de rua, pois, uma parte das pessoas que encontrava na distribuição da sopa, encontrava também nos outros eventos, e aos poucos, passei a ter um contato mais freqüente com a população de rua.

Com o passar do tempo, fui descobrindo algumas “utilidades” para meu trabalho. Ao participar de diversos momentos e espaços, conseguia ouvir a perspectiva institucional e também a fala da população de rua em momentos particulares, cada um em sua linguagem própria. O efeito particular desta entrada era que eu podia tentar compreender as idéias dos técnicos e apoiadores, ao mesmo tempo em que tinha acesso às opiniões da população de rua de maneira clara, seja nos intervalos dos eventos, na distribuição da sopa ou mesmo na rua, ao fim da sopa e dos eventos, ou em encontros casuais que se transformavam em longas conversas.

As pessoas e os grupos que compõem o campo tem seus limites de interação nos espaços e situações da população de rua de maneira bastante clara. O fato é que existe uma

¹⁷ No capítulo II voltarei a falar do projeto em mais detalhes.

série de hábitos comuns a pessoas da população de rua com os quais cada indivíduo e grupo estão mais ou menos dispostos a compartilhar. Por exemplo, os voluntários de organizações religiosas, em sua maioria, não estão dispostos a estarem presentes em momentos de entretenimento em que existe a presença de drogas, mesmo se tratando das drogas legais. Em geral, não existe uma presença dos apoios nestes momentos. Neste sentido, minha interação se deu em outro registro, portanto, obteve consequências particulares.

Para dar alguns exemplos, a convivência contínua na viagem para Brasília e os problemas que enfrentamos juntos lá, foi um importante marco que estabeleceu maior conhecimento e confiança. Um fato que causou grande reconhecimento deles para comigo, foi a minha disposição em viajar no mesmo ônibus, comer o mesmo lanche, dormir no mesmo lugar e passar pelas mesmas dificuldades, mesmo que por um curto período de tempo. Este reconhecimento se devia a algo que me foi pronunciado por muitas vezes e de diversas formas: “*você não precisava estar passando por isso*”.

Foi principalmente ao longo da viagem, que acredito ter me aproximado de questões importantes no que diz respeito ao circuito próprio a eles. Como quase todos os artigos de consumo são escassos, aos poucos, fui sendo incluído nas normas de partilha destes bens. Resumidamente, tudo aquilo que se consegue na rua é partilhado entre o grupo que está presente. O cigarro, por exemplo, é um artigo relativamente escasso e requisitado, e assim, fui incluído no circuito de divisão de cigarros, sempre que alguém o acende, outro *irmão* estará na fila para *dar a segunda*. E isto acontece com outros bens, como o café, a comida, sempre que estes são escassos.

A etiqueta sugere que quem obtém algo deve utilizar aquilo e passar adiante para os demais *irmãos*. Quem não obedece esta etiqueta, ou se *atravessa* no processo, pode facilmente ser visto como *parasita* ou *xupim*. As pessoas que se comportam desta maneira, devem ser *cobradas* por seu comportamento. De forma desavisada, eu *cobrei a cena* de uma pessoa que não estava de acordo com a etiqueta¹⁸, e mediante as gargalhadas dos

¹⁸ Desenvolvo este fato no capítulo II

presentes, Francisco, avisou que eu já sabia *cobrar a cena*, só me restava aprender a *manguear*. Ricardo completou: “*Para o Tomás virar dingo só falta morar na rua.*”¹⁹

Em alguns momentos eram feitas *interas* de dinheiro para comprar bebidas alcoólicas, e como na rua não tem copo, pegávamos garrafas no lixo para dividir a bebida. Muitas vezes entrei no circuito de piadas internas²⁰, chacotas, e mesmo de algumas brincadeiras que poderiam ser entendidas como violentas, mas que são cotidianas e sem maldade ou grande comprometimento aos envolvidos. Minha presença na rua com eles também resultou em algumas abordagens policiais que sofremos juntos, podendo compartilhar também o mesmo sentimento com relação à corporação.

Certa vez, questionei Matheus, um jovem morador de rua participante do movimento, sobre o que estava fazendo um conhecido em comum, pois sabíamos que ele traficava drogas no centro da cidade e desde a marcha ele não estava participando mais das reuniões no Ministério Público. E então Matheus me informou que “*ele tava envorvido até o pescoço*” em seu trabalho. Estar *envorvido* trata de uma posição particular, é estar comprometido, envolvido com alguma coisa. Significa estar de acordo com uma gramática e com as práticas da vida na rua, em que se conhece as regras e as dinâmicas do processo. Assim, ser *envorvido* é uma adjetivação positiva, pois demanda estar ciente das regras e etiquetas e estar dentro dos padrões de comportamento. A primeira vez que eles se referiram a mim desta maneira, foi ao final da marcha, na viagem de volta, quando depois de tantas dificuldades enfrentadas no percurso, estávamos em uma série de brincadeiras no ônibus, até que em determinado momento alguém percebeu que eu estava sem meus óculos, e então, acusaram que eu havia penhorado meus óculos para fumar *pedra*²¹. Então o ônibus inteiro começou o coro: “*Tá envorvido!*”

Esta disposição em viver um pouco - há de se reforçar, que de fato, é apenas um pouco - mais próximo dos desafios cotidianos, reservaram um lugar um tanto quanto especial e ao mesmo tempo ambíguo, algo entre aquilo que é próprio da rua e os desafios da mobilização e apoio político. O ponto é que estar disposto a me inserir e participar de

¹⁹ Entendi o exagero e a jocosidade desta afirmação como uma forma de demonstrar a proximidade que começou a ser construída a partir da viagem para Brasília.

²⁰ Tais como uma chacota em que interrompe-se uma conversa e pronuncia-se “O crack...” em seguida de um intervalo como se fosse completar uma frase. Que é uma alusão satírica aos esclarecimentos sobre os malefícios do crack. Outra interrupção que se trata de pronunciar alto “Os porco!”, fazendo alusão à polícia, e em seguida complementar “A vaca, o cachorro, a galinha”, ou então, “Os homi!... As mulheres, as crianças”.

²¹ Termo popular para o *Crack*.

algumas coisas que os moradores de rua fazem e que comumente os “apoios” não fazem, possibilitou ocupar um espaço diferenciado, num círculo mais próximo dos moradores de rua, e ao mesmo tempo, ser identificado como um não-morador de rua que jamais é confundido ou tomado como tal, senão por brincadeira. De certa maneira, eles operaram uma separação dos momentos institucionais e de um respeito à minha condição de apoiador, e ao mesmo tempo, não tinham qualquer problema em me chamar para beber, encontrarmo-nos na rua ou fazer alguma coisa no fim de semana, me ligar para contar suas conquistas e problemas pessoais, etc.

Na prática, acredito que estas relações me tornaram uma espécie de ponte entre estes dois espaços: o institucional e o da vida na rua – ou pelo menos, foi assim que me senti na maior parte do tempo. Aos poucos, questões que não eram ditas na reunião, como por exemplo, o incômodo no uso de uma linguagem um tanto hermética por parte dos “apoios”, me eram relatadas. A queixa era que os assuntos eram tratados de maneira muito demorada. Se o caso fosse a organização de um encontro, era possível, segundo Matheus, apenas dizer: *“Vai ter um fórum assim, assado, tal dia, em tal lugar, e é nós!”* ao contrário de uma suposta “enrolação”.

A qualidade desta entrada foi possível por um aspecto também já referido por Costa (2007:15) que versa sobre uma das especificidades deste campo. Trata-se da inclusão do pesquisador enquanto colaborador do processo de mobilização e reivindicações acionadas por esta rede de agências. O que Costa chama de pesquisador-colaborador – e que é uma categoria particular - em Curitiba é referido apenas como “apoio” e refere-se a toda pessoa que nunca morou na rua e que tem alguma participação nas ações do movimento.

Quando Costa (2007) se depara com esta questão reconhece que a inclusão do pesquisador nesta categoria (pesquisador-colaborador) não é um lugar inventado por ele, e posso afirmar que também não foi inventado por mim. Concordo com o autor quando ele ressalta que “Essa é uma classificação própria ao campo” (2007:15), porém, tenho ressalvas no tocante às preocupações com a relação pesquisa x militância.

Costa (2007) não se opõe sob nenhum aspecto à participação e colaboração, ao mesmo tempo, problematiza a relação de militância como um componente de periculosidade, possivelmente comprometedor da pesquisa. Não se trata aqui de negar absolutamente a possibilidade deste comprometimento a partir da militância, no entanto,

não considero este aspecto mais problemático do que qualquer outro que possa vir a colocar o pesquisador em uma posição de estar amarrado em sua reflexão.

Em minha experiência, fui alertado sobre uma fala em que, supostamente, não ficava claro “o lugar do qual eu falava”, se como militante ou como pesquisador. Este alerta dizia respeito à pessoa usada na narrativa, pois em determinados momentos, utilizo expressões como “eles fizeram; eles organizaram; eles foram” e em outros momentos, “nós fizemos, nós organizamos, nós fomos”.

O que inicialmente não passava de uma localização de minha presença ou ausência em tal ou qual ação se tornou uma inquietante provocação. De certa forma, sempre me pareceu inevitável que em algum momento haveria de realizar um esforço explicativo neste sentido. Ao mesmo tempo, sentia que as ferramentas disponíveis para realizar este tipo de reflexão não davam conta de evidenciar a experiência tal como ela se apresentava. A maneira como podia entender o problema tratava do desafio de conseguir com que o fato do envolvimento não comprometesse de partida a qualidade do trabalho acadêmico, e, ao mesmo tempo, que minha existência enquanto pesquisador significasse algo mais que uma incômoda e passageira presença para os interlocutores, balizada por um limite declarado enquanto “observador”.

Os diversos momentos de incerteza acumulados ao longo da convivência em campo geraram uma enorme inquietação, um desconforto de difícil tradução, mas que considero habilmente problematizado por João Pacheco de Oliveira (2009:3) quando levanta os seguintes questionamentos: não estaríamos nos envolvendo demasiadamente com as condições práticas de nossos estudos e intervindo na vida e instituições nativas, nos posicionando quando deveríamos apenas observar e registrar? Não estaríamos nos afastando dos cânones da disciplina ao nos envolvermos com uma militância excessiva e deixando em segundo plano a pesquisa científica? Uma relação direta com os atores sociais não distancia a pesquisa de um olhar objetivo e explicativo?

Mais do que uma descrição factual de situações, os questionamentos de João Pacheco, trazem a tona uma série de pensamentos que encobrem um desconforto, que trata da suspeita de que o antropólogo possa estar demasiadamente envolvido com questões que não são de sua competência, que coloca em pauta a existência de uma dimensão política como atributo negativo para o rendimento do pesquisador, afastando-o da ciência, da

objetividade e demais pretensões de neutralidade (Oliveira 2009:3). Estes questionamentos e problematizações tratam do substrato que diz respeito a certo “mal-estar”, ameaça capaz de romper com alguns consensos estabelecidos na disciplina. Como explicita o autor,

[...] este mal-estar resulta de uma espécie de “cultural lag” entre as práticas concretas de investigação e as auto-representações da disciplina, entre o cotidiano da pesquisa e o discurso normativo que dirige a formação de novos antropólogos. As auto-representações da disciplina caminham muito mais devagar do que as alterações adaptativas registradas no interior da prática concreta das pesquisas antropológicas. O mal-estar resulta de que as verdades operacionais que geraram as condições de possibilidade da prática antropológica, formatando gostos e valores e permitindo aos antropólogos a cristalização de uma identidade própria, não fornecem mais uma carta de navegação inteiramente satisfatória e confiável. É desse descompasso de ritmos que decorre tal mal-estar. (Oliveira 2009:4)

Estas verdades operacionais da qual trata João Pacheco, estariam de tal modo cristalizadas na disciplina, que a ameaça de sua violação nos causa esta estranha vertigem, um incômodo. Nesse sentido, foi importante considerar que o estudo que realizei se deu em um contexto de relações de fundo político, me esforcei para conseguir me envolver nos processos de organização de eventos tanto como colaborador, quanto como expectador. Fui para marcha nacional como apoio, participei dos debates ao longo dos últimos 3 anos, me interei das bandeiras políticas da rede, me ofereci para auxiliar nos desafios que se colocavam e conseqüentemente, meus vínculos com a população de rua foram multiplicados por esta entrada, favorecendo a tantos outros momentos, seja de confraternização e vínculos de amizade. Deste fato resulta também outro nível de relação. Me *envorvi* ao máximo nas questões em todos os aspectos que elas se apresentaram. E este estudo é também conseqüência desta entrada em campo, que acredito ser impossibilitado, caso negue-se de partida esta possibilidade por um temor no que diz respeito ao comprometimento da “objetividade” de pesquisa.

Um fato particularmente inspirador a este respeito pode ser visto no trabalho de Karina Biondi (2010) sobre o PCC – Primeiro Comando da Capital. Sua inserção em campo se dá a partir das visitas a um dos detentos – seu marido. Ao compreender a estrutura hierárquica do PCC, ela consegue o aval para publicar os resultados de seu trabalho, no entanto, isso se dá com diversas implicações com as quais ela precisa lidar,

Minha inserção como visita, como alguém que conhece a prisão “de dentro”, me confere uma posição privilegiada para me aproximar desse coletivo, seja dentro ou fora das prisões, pois compartilho a gramática de sentimentos e valores éticos e morais que só os “de dentro” conhecem. No Mundão, posso me aproximar de pessoas que compartilham da minha caminhada (parentes de presos), bem como de ex-detentos ou de quem vive em regiões sob influência do Partido, estabelecendo com estes interlocutores conversas sobre o PCC ou sobre as relações que o cercam e constituem, sem que haja a desconfiança de que possa incriminar ou discriminar quem está se manifestando. Isso fica mais nítido quando, em ambientes externos à prisão, seja junto a ex-presidiários e familiares de presos, seja junto a moradores de periferia, revelo minha condição de “mulher de preso”: passo a ser tratada com maior proximidade e menor desconfiança do que quando me apresento como “pesquisadora”. (Biondi 2010:50)

Este tipo de interação que a pesquisadora deixou que existisse – pois, acredito necessário considerar que haveriam outras formas de fazê-lo – possibilitou um nível de inserção tão difícil quanto comprometedor. Possibilitou tanto que ela ouvisse coisas que desde outro ponto de proximidade seria impossível, quanto a incluiu na gramática de relações que, supostamente, ela deveria observar (Biondi 2010:51). No entanto, se este contexto possibilita com que ela escute e assista coisas as quais jamais se dá a oportunidade de um etnógrafo presenciar, diametralmente, sua responsabilidade também se eleva na medida em que se constitui um transito em que se compromete muito mais que um esforço de conhecimento.

Este esforço guarda semelhanças também com o trabalho de Favret-Saada (2005), ao narrar algumas das condições de sua pesquisa sobre a feitiçaria no Bocage Francês. Como já é amplamente divulgado, a autora só conseguiu de fato adentrar no universo da feitiçaria quando foi “pega” por estas forças e reações que lhe escapavam o controle. Assim, ela era abordada como desenfeitiçadora e também por pessoas que tinham por objetivo prestar auxílio para tirá-la daquela situação, mas, o ponto crucial é que dentre várias possibilidades, ninguém falaria com ela sobre o assunto por ela ser etnógrafa, pelo contrário.

Não pretendo me ater aqui às minúcias do “ser afetado” (2005), minha preocupação desde o início é este mal-estar, que como nos revela a própria autora, possibilitou que em determinado momento ela já não soubesse se ainda era uma etnógrafa, ao ponto de chegar a um impasse, pois, como em suas palavras: “se eu participasse, o trabalho de campo se

tornaria uma aventura pessoal, isso é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar”. No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado.” (Favret-Saada 2005:157).

Entendo que a qualidade de minha inserção em campo decorre principalmente de dois aspectos, o primeiro deles versa sobre a inclusão do pesquisador enquanto colaborador do processo de mobilização e reivindicações acionadas por esta rede de agências. De outro, a possibilidade de entrar em outro circuito, de compartilhar de preocupações e fazer um esforço de compreensão das particularidades deste modo de vida e suas etiquetas.

Parece, ao fim, que é disso que se trata. Encontramos situações em que é necessário arriscar. Aparecem demandas políticas, riscos de acentuada exposição dos interlocutores, em certas vezes, riscos à própria integridade física ou psíquica do pesquisador. O fato, é que parece não existir muitas formas de sair ileso de um processo de pesquisa etnográfica, como exposto por João Pacheco, cada vez mais estamos distantes de ter uma carta de navegação para a pesquisa, pelo contrário, como afirma Favret-Saada: “Ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu próprio projeto de conhecimento se desfazer. Pois, se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível.” (2005:160)

1.4. Apresentação dos capítulos.

A proposta deste trabalho é sugerir um caminho, uma história para a compreensão de fatos recentes na constituição da população em situação de rua enquanto sujeito de direito e agente político. Para tanto, concentrei-me principalmente nas experiências de pessoas de alguma maneira vinculadas à população em situação de rua e ao MNPR na cidade de Curitiba. Tendo isto como objetivo, o caminho sugerido passa por assuntos distintos, que não tem por pretensão esgotar as particularidades de cada um deles, ao contrário, a idéia é oferecer um panorama amplo de situações que podem auxiliar a um entendimento processual na leitura do contexto contemporâneo.

As situações trabalhadas no primeiro capítulo dizem respeito ao início da vida na rua. Ao longo do trabalho de campo - desde a pesquisa realizada anteriormente - as narrativas sobre o início da vida na rua se apresentaram como especialmente problemáticas na reflexão feita pelos interlocutores sobre si mesmos, suas condições, desafios, sonhos e perspectivas. É importante frisar que o fundamento deste capítulo é apresentar lógicas de compreensão sobre o processo de adentrar a rua a partir dos próprios interlocutores, o esforço não é de explicar os motivos que levam as pessoas à rua, mas apresentar a compreensão dos interlocutores sobre os processos que viveram.

A exposição dos motivos de chegada à rua é permeada por outra informação: a maior parte das pessoas que conheci, viveram anteriormente uma situação distinta daquela aprendida na rua. Deste modo, o cerne do argumento é a tentativa de demonstrar que a composição de uma série de faltas que levam à rua (os processos de ruptura) produz mais do que a escassez e uma série de sofrimentos.

A pessoa nesta situação é impelida a criar alternativas de vida, entrar em outra dinâmica de relações, regras e etiquetas. Torna-se impossível que o sujeito se resuma a viver passivamente a falta, existe também algo que é ativamente produzido. Portanto, no segundo capítulo, trato de algumas das categorias que inscrevem as pessoas em situação de rua em algo que lhes é específico. Utilizo o conceito de socialidade para pensar a população de rua a partir da problematização deste conceito em Wagner (1974) e Strathern (2006), elencando alguns dos aspectos popularmente atribuídos à população de rua.

Um exemplo disto é a noção amplamente divulgada de mendicância. Vista sob a perspectiva da população de rua como algo radicalmente diferente, tratando-se de um complexo de relações – ou uma matriz relacional, segundo Strathern (1996:64). O que se pretende abordar a partir dos aspectos etnográficos são as especificidades que marcam esta forma de relação que se contrapõe à vida dos domiciliados²², aspecto não compreendido pela “sociedade”, que inspira à luta por direitos fundada no reconhecimento a fim de contemplar as especificidades desta realidade.

²² O termo domiciliado é utilizado aqui para se referir aos “não moradores de rua”. Escutei este termo algumas vezes em conversas informais com técnicos que trabalham com a população de rua e adoto ao longo do texto como uma forma de sintetizar a diferença entre aqueles em situação de rua e todo aquele fora desta situação.

Entender a maneira como as pessoas organizam a trajetória que leva a se reconhecer enquanto pessoa em situação de rua e admitir as especificidades deste modo de vida como algo *sui generis*, que organiza experiências e uma gramática própria, nos possibilita traçar uma breve história sobre a composição da população de rua enquanto sujeito de direito. No terceiro capítulo trabalho alguns aspectos que vem estabelecendo a população em situação de rua como agente político interessado e mobilizado em torno de seus próprios desafios, pautas e demandas. Mesmo não sendo possível desconsiderar o vínculo entre os acontecimentos locais e os processos nacionais, este esforço diz respeito ao interesse particular em levantar pistas sobre como esta trajetória se deu em Curitiba, PR, com enfoque particular nos acontecimentos mais recentes. Obtidos a partir das memórias de pessoas que permanecem envolvidas e atuantes com a população de rua. Muito já foi dito sobre a constituição histórica do fenômeno que hoje nos referimos por população em situação de rua. Como salientado anteriormente, sua própria definição é tema de debates e controvérsias. No entanto, pensar particularmente em sua constituição política, abre a possibilidade de um recorte temático. A preocupação neste capítulo é levantar questões sobre como práticas historicamente criminalizadas passam, aos poucos, a se tornar objeto de políticas públicas.

No quarto capítulo, apresento uma problemática diversas vezes colocada em discussões públicas, que se trata da distinção entre duas modalidades de conhecimento, a Rua e a Sociedade. Esta separação, ao que parece, fala muito sobre a luta política da população de rua, tanto quanto sobre o que é a sociedade deste ponto de vista, como também, qual é a especificidade da rua²³. Uma vez determinados, exploro os significados de cada uma destas expressões na tentativa de dar o maior número de pistas sobre o que compõe a sociedade e o que é a rua quando os moradores de rua problematizam esta questão.

O quinto capítulo trata de traçar algumas relações. Em seu primeiro tópico apresento alguns aspectos do não reconhecimento da possibilidade de interlocução – e mesmo da humanidade – da população de rua. A partir das consequências da própria existência deste modo de vida, assumo que as faltas que levam à rua – os artigos de legitimidade – acentuam de uma só vez, tanto as dificuldades de permanecer vivendo na

²³ Ao longo do texto, será utilizado exaustivamente a expressão “rua” como a própria condição de fazer parte da população em situação de rua e não como as ruas que cortam e ligam a cidade. A rua no sentido utilizado aqui é a própria experiência das especificidades da vida na rua e o conhecimento resultante dela.

rua, quanto o reconhecimento e a atenção a particularidades que desenvolvem um rebaixamento ainda maior desta condição. O segundo tópico trata de mudanças recentes que começam a apontar rumo à criação de condições para transformação deste quadro. Aponto também alguns resultados recentes da mobilização da população de rua em torno de seus direitos, seus avanços e desafios.

2. Capítulo I - Adentrando a rua, conhecendo suas dificuldades.

2.1. A perda como marcador: processos de ruptura

Os “processos de ruptura” compõem um tema que acompanha meu trabalho desde a pesquisa realizada em 2007 na cidade de Balneário Camboriú – SC. Trata-se, em síntese, das maneiras pelas quais as pessoas chegam a ter a rua como refúgio, local de morada e principal lócus de manutenção de suas vidas. Este foi um assunto recorrente a partir das falas com pessoas que tive a oportunidade de conhecer nas duas cidades em que realizei pesquisa – Balneário Camboriú e Curitiba - e também em diversos outros Estados, nos encontros nacionais do MNPR.

Mais do que uma particularidade da minha pesquisa de campo, parece que a questão sobre “como as pessoas passaram a morar na rua” é um tema que atravessa – direta ou indiretamente - a bibliografia temática desde o início dos estudos realizados no Brasil. Ao refletir sobre sua trajetória de pesquisa sobre o tema, Neves (2010:76) aponta que em seu artigo publicado em 1983, “Se havia, desde que tomando o ponto de vista dos *mendigos*, duas ou três questões fundamentais e entrelaçadas para explicar como eles *chegaram à mendicância* ou a *viver nas calçadas da rua* [...]”.

A reincidência deste tema pode ser vista também nos próprios títulos de livros e artigos que demonstram a persistência do assunto até os dias atuais. Di Flora (1987) publica “mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?”; Em 1991 é realizado um levantamento sobre a população em situação de rua em São Paulo que resulta na publicação do livro “população de rua: quem é, como vive, como é vista”; Em 2004 é publicado o artigo “Quem vocês pensam que (ELAS) são? – representações sobre as pessoas em situação de rua” (Mattos et. al. 2004). Para além dos exemplos, o fato notório é que estudos realizados por distintos campos disciplinares nas últimas 4 décadas trouxeram um grande acúmulo, diferenciadas respostas e indicações sobre questões que orbitam entre si: quem são, como vivem, como chegaram na rua?

A bibliografia temática está repleta de discussões e leituras diferenciadas que apontam os motivos e as formas pelas quais as pessoas que vivem nas ruas iniciaram este

processo²⁴. E existe ainda uma grande preocupação de uma parte dos autores de inscrever a existência desta população dentro de um debate mais amplo, especificamente, a relação desta existência com o modelo sócio-econômico vigente e ao desenvolvimento do capitalismo e da urbanização²⁵.

Ao longo do capítulo apontarei aproximações com a proposta de discussão realizada aqui, no entanto, o fundamental é marcar uma diferença, de afirmar que não se trata de enunciar a maneira através da qual as pessoas chegam a rua e qual o processo que realiza isto, senão, apontar a partir de elementos etnográficos quais são as situações entendidas como problemáticas pelos interlocutores no que diz respeito suas trajetórias pessoais, e como estas trajetórias se cruzam, criando uma lógica interna que se repete.

As histórias e trajetórias que tive a oportunidade de escutar ao longo do trabalho de campo indicam o fato de que a maioria das pessoas em situação de rua viveu um processo de “adentrar a rua”. Isto é, a vida na rua não estava posta em princípio desde o momento em que nasceram²⁶. Quando narram suas próprias histórias de modo a recompor discursivamente as trajetórias que os trouxeram à vida na rua, é comum a existência de uma família, cônjuges, emprego e moradia, até o momento em que um fato ou um conjunto deles desestabiliza esta situação anterior proporcionando as condições para o começo da vida na rua. Este é um movimento de adentrar a rua, uma passagem de uma situação mais ou menos estabelecida até o momento em que uma “situação limite” (Vieira et. al. 2004:97) delinea-se de maneira a proporcionar a vida em situação de rua. Estes momentos de ruptura são diversas vezes narrados e ocupam um espaço importante em suas vidas, pois é através destas histórias que se ativa o passado e se atualiza o presente²⁷.

As pessoas que se utilizam da rua como espaço de moradia e manutenção da vida, dividem algumas semelhanças fundamentais: trata-se das formas às quais recorrem para a obtenção de alguma renda, sua situação de vulnerabilidade, risco e insegurança, e, ao

²⁴ Para alguns exemplos, ver: Vieira 2004:47-113; Frangella 2009:31-54; Nasser 2001:143-197; Rosa 2005:77-106.

²⁵ Sobre esta discussão, ver: Stoffels 1997; Silva 2009; Bursztyn 2000; Di Flora 1987.

²⁶ É comum escutar de pessoas que desenvolvem trabalhos sócio-assistenciais para a população de rua sobre o fato de haver uma 3ª geração de pessoas nascidas e criadas neste contexto. Mesmo considerado este aspecto, é importante delimitar que, com exceção de um único caso, as demais pessoas que conheci não nasceram em situação de rua. Pelo contrário, eles tiveram experiências com aspectos atribuídos ao âmbito de uma vida que se contrapõe àquela do cotidiano das ruas, tais como a família, o trabalho e a moradia fixa.

²⁷ A prática deste processo será discutida no Capítulo II

mesmo tempo, compartilham de grande invisibilidade perante a sociedade e descaso por parte do poder público. Mas, morar na rua exige um conhecimento específico sobre a cidade, assim, eles constroem relações que revelam valores, percepções, compreensões que são próprias da experiência de viver nas ruas.

Deste modo, este segmento apropria-se da circulação de pessoas e de coisas para obter recursos econômicos para a sua sobrevivência física como trabalhadores informais, catadores de recicláveis, com o *mangueio*²⁸, com a utilização dos escassos serviços de atendimento e auxílio, e ainda, através de formas ilegais de renda como roubos, furtos ou o tráfico. No entanto, a manutenção econômica de suas vidas não é o único aspecto com o qual precisam lidar. É neste espaço que acionam diversos dispositivos para atualizar suas relações em torno das atividades que executam enquanto ocupam as ruas da cidade.

A reflexão de Neves (1994) nos auxilia a refletir sobre as condições vividas pelas pessoas em situação de rua a partir do conceito de “trabalhador livre”. Fundando-se na análise das relações e modos de vínculos ao trabalho que são impressos pela sociedade capitalista, a autora demonstra que nesta sociedade o trabalho é o peso e a medida. Mas, esta organização que gera a venda e compra da força de trabalho também economiza custos de forma a consumir o mínimo possível desta mercadoria – o trabalho – gerando um imenso contingente de desempregados (Neves 1994:26).

O recurso econômico constitui-se como um valor a partir do qual os sujeitos em idade adulta conseguem a autonomia para utilizar suas potencialidades produtivas. Assim, é principalmente pelo trabalho livre – pois se pressupõe que tais sujeitos separados dos meios de produção estariam disponíveis para exercer o trabalho assalariado – que se torna possível a reprodução social e material para a sua sobrevivência e da própria ordem desta sociedade.

O que se pode atestar é que as pessoas que vivem por curtos ou longos períodos nas ruas, percebem esta situação como consequência de uma conjuntura sobre a qual não exercem controle. Segundo Neves (1994), este fato está diretamente relacionado à idéia de “virar mendigo” ou “virar morador de rua”²⁹. Isto se relaciona tanto a aspectos de ordem

²⁸ O termo “mangueio”, recorrente ao longo da dissertação, será especificamente trabalhado no Capítulo II. Ressalta-se que o glossário de termos nativos encontra-se ao final da dissertação.

²⁹ Neves (1994) utiliza o “virar mendigo” como referência ao que os moradores de rua indicam ser uma conjuntura para além do seu controle, é algo que não se escolhe, apenas vira-se mendigo por contingências.

emocional, quanto de ordem econômica. Como indicado por Ivanir, *trecheiro* que conheci em uma clínica de reabilitação em Balneário Camboriú, SC:

A maioria das pessoas que vão para a rua, olha, uns 80% para mais das pessoas que estão na rua, não estão por opção. São as conseqüências que fizeram que eles chegassem a este ponto. E um pouco por causa da fraqueza também, deles, que não passam por uma atribulaçãozinha da vida, alguma decepção de uma família, amorosa, alguma coisa assim, acabam caindo na droga, depois na rua.

As reflexões de Snow & Anderson (1998) corroboram para a afirmação deste fenômeno:

Nossas observações indicam que o mundo social dos moradores de rua [...] É um mundo social que não é criado ou escolhido pela grande maioria dos moradores de rua, pelo menos não inicialmente, mas para o qual a maioria foi empurrada por circunstâncias além de seu controle. É, contudo, um mundo social no qual os habitantes partilham um destino singular: o de ter de sobreviver nas ruas e becos das cidades [...] (Snow & Anderson 1998:77).

Mesmo que a situação de rua possa ser entendida como uma realidade avessa à vontade dos sujeitos, ela está posta como dada e desde que a pessoa não desista de viver ou resolva acabar com a própria vida, inevitavelmente terá que enfrentar as adversidades que se apresentam. Portanto, remete a uma origem que os sujeitos expressam serem incapazes de controlar, mas que em grande parte não se consideram responsáveis por tal situação, mesmo que seja comum a indicação de “escolhas mal feitas”, sempre acompanhadas de fardos pesados como a violência familiar e sexual, pobreza, adição a drogas, traumas emocionais, perdas familiares e rompimentos amorosos. Estas indicações são constantes e relatam comumente, problemas na família, mais especificamente com violência familiar, principalmente na infância, como expressou Julio, “*Eu me deparei com muitas situações dentro de casa que eu não aceitava e resolvi praticamente que eu ia viver minha vida [...]*”

Os termos nativos encontrados para estas situações aparecem na medida em que em uma parte da história é contada, chegando em um ponto culminante no qual fazem afirmações como: “e aí fui para rua”, “e aí, tô na rua”, “virei morador de rua”. Existem também afirmações especiais para referir-se ao ingresso na rede sócio-assistencial de atendimento, como: “entrei para o sistema”, “estou em tal ou qual albergue”, sempre como uma externalidade e como algo provisório, situação que em algum momento pretende-se superar.

então eu tomei a decisão de sair de casa e tentar viver minha vida. Durante este período eu fiquei na rua algum tempo”.

Este foi um dos momentos em que Julio esteve na rua, mas foi apenas o primeiro momento de um ciclo de idas e vindas, trajetória sempre acompanhada por perdas e processos traumatizantes que o colocava em situação de adição a drogas e conseqüentemente na rua – segundo sua própria leitura dos fatos. De maneira semelhante, Yuri, morador de rua de Curitiba e participante do MNPR, atribuiu seu processo de entrada na rua à violência sexual que sofria em sua própria casa: *“Eu fui para a rua por causa de violência sexual na minha casa. Todo mundo tem um motivo, todo mundo é pecador.”* No entanto, este primeiro fato que irrompe seu processo de vida na rua é complementado por outros aspectos; no caso de Yuri, o uso de drogas. Em grande parte as drogas são percebidas como uma inevitabilidade, como afirmou no mesmo sentido Ivanir:

Se ela [a pessoa que mora na rua] sabe que vai chegar à noite, não vai ter um lugar para repousar, ela vai ficar estressada, a tensão vai ser tanta que ela só vai encontrar no álcool mesmo, assim para aliviar. Para aliviar, no caso, é para dar uma pancada forte na cabeça dela, para ela poder deitar e dormir.

A relação íntima entre a vida na rua e a necessidade do uso de drogas é um tema bastante freqüente. Confirmado também por Leonildo, representante do Estado do Paraná na coordenação nacional do MNPR, que diversas vezes relacionou as dificuldades de organização do Movimento com o uso de drogas. Mais do que uma crítica, a fala de Leonildo vai ao sentido de atestar que a relação íntima da rua com as drogas trata-se justamente da dificuldade de enfrentar as especificidades desta vida sem o uso de substâncias. Seja por conta da fome, do frio, da segurança, da vergonha, da adaptação psíquica e física às adversidades da rua e pelo próprio vício causado pelas substâncias, a droga é um componente presente que exerce uma função de “liga/desliga”. É tanto um atenuante deste cotidiano, quanto um agravante que afasta a pessoa de uma possibilidade de organização para saída das ruas. As drogas são reconhecidas como parte fundamental da vida do morador de rua, já que é ela que proporciona as condições para enfrentar alguns dos problemas que se afiguram. Por fim, aparecem tanto quanto causa da vida na rua, como meio de permanecer nela, como sugerido por Ivanir: *“A rua é como uma espécie de câncer*

e o álcool, a bebida, seria a morfina, para amortecer o impacto”.

Como sugeri rapidamente, o uso de drogas aparece em posições distintas. Por vezes como um dispositivo que dá início ao processo de vida na rua, em outros momentos, como uma tentativa de atenuar determinadas perdas que levam à rua ou as dificuldades para nela permanecer. Ela tanto acompanha estas decepções e perdas quanto às gera, acelerando ainda mais a impossibilidade de se estabilizar frente os problemas que se afiguram. Orlando, morador de rua de Curitiba, me informou que foi o crack que lhe afastou completamente da família e que o levou para rua. Segundo ele, atualmente constituiu novas relações na rua, em suas palavras, “ganhou uma nova família”, mas, ao mesmo tempo, quer se recuperar do crack e restabelecer os laços com sua família biológica.

Situação semelhante me foi relatada por Isabel. Quando a conheci, ela escrevia suas poesias e vendia artesanato na rua. No mesmo lugar em que ela exercia seus trabalhos, se encontravam diversos jovens, em torno de 25 anos, que passavam as tardes dormindo, levantando esporadicamente enquanto conversávamos. Dona Isabel, tendo passado muito tempo na rua, fica consternada sobre “como as coisas são hoje em dia”. “Em seu tempo não existia o Crack” ou pelo menos, não existia da mesma forma que hoje, tão difundido. Segundo ela, antigamente um rapaz provavelmente poderia fumar maconha, consumir álcool e voltaria para casa, comeria a panela toda, dormiria e “tava tudo certo”. Hoje em dia, segundo suas palavras, “o Crack aprisiona a rapaziada na rua”.

Esta conversa aconteceu quando nos deparamos com um rapaz chegando para dormir perto de onde Isabel ficava. E então ela me explicou que em grande parte aqueles rapazes “nem são tão pobres assim, tem família, casa, tudo certinho”. Por motivos diferentes eles conhecem o Crack e não querem mais saber de nada. Isabel me contava que aqueles rapazes dormindo ali, mesmo podendo ir para casa, se alimentar com qualidade e organizar suas vidas, passavam o dia inteiro ali dormindo. Em certa hora do dia eles levantavam para *fazer o corre* e conseguir dinheiro, para então sair do centro e passar a noite inteira na favela fumando *pedra*.

Neste tipo de caso, o uso de drogas coloca os sujeitos frente a uma sucessão de perdas, seja família, trabalho, amigos, moradia, etc. Paralelamente, as perdas associadas ao uso de drogas, no limite, produzem para um grande número de pessoas a situação de rua. Cada uma destas histórias sempre tem em comum uma “situação-limite” (Vieira, et, al.

2002). Um acontecimento marcante que desencadeia uma série de outros, ou mais comumente, um conjunto de acontecimentos sucessivos que desestrutura a organização de suas vidas.

Dentre os aspectos que compõe este complexo de rupturas, os problemas no que diz respeito à família é um dos mais recorrentes. Uma situação exemplar seria a de pessoas que perdem parentes próximos que eram fundamentais para a manutenção de suas vidas antes da rua, seja a partir do falecimento ou a partir de desentendimentos com algum membro familiar. Nestas narrativas, é comum a existência de algum parente em particular que representa um importante suporte emocional que aparta desentendimentos com os demais membros, em contextos problemáticos com presença do alcoolismo, uso de drogas ilícitas ou mesmo violência. Quando algum importante membro familiar falece, além da perda emocional, os problemas anteriores se acentuam, fazendo com que a pessoa saia de casa, muitas vezes mudando de cidade, acompanhado também pelo uso de drogas. Desta forma, sem trabalho, sem suporte emocional, numa cidade desconhecida, cria-se um terreno propício ao início da vida na rua, como no caso de Ivanir:

A minha mãe começou a sofrer de bronquite crônica. Eu tive que buscar praticamente me virar em três lá [na cidade em que vivia]. Fazer os serviços de casa e ainda procurar um “servicinho” para fazer e conseguir o remédio pra ela fazer a nebulização. Mas com a morte da minha mãe... ela era tudo para mim. Daí eu fiquei introvertido, fechei, comecei a criar rancor, mágoa no coração, comecei a agir com ignorância com as pessoas, bruto praticamente. E como eu já bebia nas festinhas, a bebida praticamente começou a ser todos os dias. Procurar uma forma de tirar esta pressão que eu sentia. Infelizmente eu caí na droga, caí no álcool no caso, que também não deixa de ser uma droga. E eu comecei a me tornar irresponsável por tantas coisas que chegou ao ponto de não dar mais certo ficar com eles.

Entre os mais jovens é comum a existência de narrativas que estabelecem a necessidade de começar a trabalhar cedo em virtude da necessidade de sustentar a própria família, ou então, quando isto não acontece, relata-se situações de violência física diária, assim como todo tipo de excessos que o acompanha, tornando o cotidiano familiar uma

situação insuportável, em que se faz a “escolha” de sair de casa.

As narrativas da “escolha” devem ser tomadas com cuidado. Na maioria dos casos em que ela se anuncia vem acompanhada de uma trajetória em que se vive uma série de violências. Costuma vir acompanhada de falas como: *“Em um certo momento, não agüentei mais”*, causando a “escolha” de morar na rua em detrimento de algo que se considera muito pior e que normalmente espera em casa.

Outro fato comum é a perda de cônjuges, principalmente situações em que um homem é deixado por sua companheira, seja pelo término do relacionamento, traição ou ocasionado por morte. Nestes casos, a pessoa não consegue superar a perda ou lidar com suas conseqüências, tratando-se de uma decepção emocional difícil de ser superada. A variação dos casos demonstra justamente a ideia de ruptura, em que um fato se desenrola numa série de outros e que tem por conseqüência a rua. Como na fala de Julio:

Com 17 anos eu me casei até os 21 anos, aí eu fiquei viúvo. Eu já era dependente químico nesta época, não com tanta intensidade, eu usava bebida alcoólica esporadicamente nos finais de semana, consumia maconha, mas quando aconteceu o fato da minha viuvez, eu caí num estado de total desespero, que foi quando eu conheci a cocaína, aí já comecei a usar cocaína injetável já no intuito, já buscando uma auto-destruição. E deste ponto em diante eu fiquei 3 anos, eu recordo que eu fiquei até os 24 anos neste relacionamento com drogas, aí eu perdi a moradia, retornei para a rua, conseqüentemente perdi o trabalho, aí já engloba também a auto-estima, o amor próprio, todo este lado que gera a dependência química. Aí com 24 anos eu já conheci uma outra garota num bar, tava morando na rua, aí a gente começou a manter uma relação, até que ela me convidou para ir morar com ela. Mas também foi uma coisa assim que foi um relacionamento muito breve, muito curto.

De outra maneira, a história de Damião, representante do MNPR no Ceará, também está diretamente ligada à questão dos problemas conjugais. Sua trajetória de rua começa depois de seus 60 anos, quando Damião se relacionava há mais de 20 anos com uma companheira e com sua filha de 21 anos, fruto deste relacionamento. No entanto, sua companheira se converteu a uma religião evangélica e passou a recusar o relacionamento

que acontecia fora dos padrões de sua nova religião. Pelo fato de não serem efetivamente casados de acordo com os valores religiosos e também por Damião não ter se convertido. Com o passar do tempo e do acirramento de suas diferenças, certo dia, a mulher com quem Damião teria vivido durante estes anos lhe disse que “*Deus haveria de colocar um homem de Deus em seu caminho*”, e então Damião respondeu que sendo assim, “*ele facilitaria o trabalho de Deus e sairia do caminho dela*”. Já no primeiro dia fora de sua antiga casa, Damião passou a dormir nas ruas de Fortaleza.

Na história de Paulo, ex-morador de rua da cidade de Curitiba e integrante do MNPR, percebe-se uma situação em que o fator preponderante para o início de sua vida na rua foi de ordem econômica. Ele me afirmou que:

Vai fazer 38 anos que eu convivo na rua. Eu fui assim, eu perdi meu pai com 8 para 9 anos. Ai como eu era virado no carcará, saí de casa. O que eu fazia? Eu vinha de Paranaguá pra cá engraxar sapato, porque lá eram 50 centavos, aqui era um real. Isso há 37 anos.

Sua entrada na rua começa com a necessidade de trabalhar para ajudar em sua casa. Sua relação com a família era boa, mas segundo Paulo, por conta de suas próprias características, ele não conseguia, tal como seus irmãos, permanecer em casa vendo as necessidades de sua família. Como sua família tinha residência fixa em Paranaguá ele vinha de trem para Curitiba para conseguir engraxar sapatos no centro. Esta dinâmica foi mostrando para ele formas de ganhar a vida na cidade. Para ninguém o roubar, ele colocava o dinheiro que ganhava no sapato, conseguia doações na delegacia do menor e prestando serviços informais nas ruas. Assim, Paulo aprendeu desde muito cedo a ganhar a vida, fazendo, inclusive, com que fosse fundamental para a própria economia de sua família. Ele ficava pouco tempo em Paranaguá, voltando apenas para levar os recursos para seus parentes. Esta experiência lhe possibilitou desde muito cedo, não depender de ajuda econômica, dando-lhe maior independência.

Algo que vai contra as expectativas comuns sobre a vida na rua é o fato da existência de pessoas que não tiveram qualquer tipo de problema com a família. Alguns deles saíram de casa assumindo sua dependência às drogas e assim, se afastaram completamente, segundo estes relatos, sem criar grandes problemas. Em outros casos,

narram a expectativa sobre tentar viver a vida de outra maneira, na medida em que não se viam encaixados dentro do esquema familiar. Quando perguntei a Pietro, vulgo “Gordinho”, jovem de 25 anos que vivia nas ruas do centro de Curitiba sobre sua família, ele disse que não tinha problema algum com ela. Ele veio do Mato Grosso do Sul e saiu de casa com 10 anos, justamente por não se sentir “encaixado”. Em suas palavras, “*queria conhecer outras coisas*” e acabou morando em muitos outros Estados.

Outro caso é o de Reginaldo que já estava na rua há 5 anos. Sua mãe mora numa casa no interior do Paraná e nem mesmo sabe que ele morou todos estes anos na rua. “*Ela nem imagina o que eu faço*”, dando a entender que sua mãe se decepcionaria caso tivesse informações de sua trajetória. Eu conheci Reginaldo em alguns encontros sobre população em situação de rua e ele participa esporadicamente dos eventos realizados pelo MNPR. Quando me contou sua história estava preocupado com o fato de ter concedido uma entrevista para uma emissora de televisão no Seminário Regional da População de Rua, pois sua mãe poderia ver a matéria e descobrir, mesmo à distância, que ele estava em situação de rua.

Outro fato elencado como motivo para a vida na rua é a migração para outras cidades com expectativas de melhoria de vida. A falta de recursos emocionais e econômicos leva à rua na medida em que estas pessoas se encontram separadas dos meios de reprodução econômica numa casa, no trabalho e no acesso aos meios de constituir-se enquanto sujeito empregável, com a falta de documentação pessoal, principalmente o comprovante de residência, sem o qual pouco se consegue. O destino de muitas destas pessoas é o emprego informal, flexível, autônomo, gerando poucos recursos, insuficientes para a manutenção de uma casa.

Nestas condições, principalmente nas narrativas de homens em idade economicamente ativa – a maior parcela da população de rua –, delineia-se uma grande decepção ao não conseguir se inserir no mercado de trabalho e suprir as necessidades do grupo familiar. São comuns as narrativas sobre não ter conseguido “*ser homem suficiente*”, causando grande vergonha, principalmente perante os filhos, por ter sido incapaz de manter a família economicamente, de se manter afastado do uso de drogas ou mesmo por ter desferido violência a filhos e esposas. Marcos, por exemplo, era de uma família de agricultores. Após perder seu pai, não conseguiu obter a posse da terra de sua família, deixando esposa e filho no interior do Paraná. Ele se considera um toxicômano e sente

vergonha por seu filho “*que já é um homem*”. Em suas palavras, “ *muito mais homem do que ele*”.

O fracasso no provimento, assim como a incapacidade de se manter longe das drogas gera um tipo de depressão intensa, uma frustração terrível acompanhada pela radicalização do consumo de drogas. Cada caso tem sua especificidade e na maioria das vezes eles são muito complicados, sendo também um dos principais motivos para se manter na rua, mas, fundamentalmente, é a grande razão para se manterem afastados da família. O sofrimento causado, juntamente a vergonha sob o abandono e ainda a vivência de uma *trajetória de rua* acentua a dificuldade de saída desta situação e o retorno para casa.

A importância deste aspecto emocional, vinculado à vergonha, constrangimentos ou mesmo raiva sobre aquilo que a família já fez a pessoa passar, agrupa uma série de situações que faz com que não desenvolvam grande vontade em retomar contato. Grande parte das situações que acompanhei de pessoas que passaram pela rua e que hoje estão em uma situação melhor demonstra que a retomada dos vínculos familiares acontece raramente. Em outros casos, este retorno efetivamente acontece e é narrado como algo fundamental.

No primeiro caso, conheci algumas lideranças do Movimento Nacional da População de Rua que hoje estão fora das ruas. O caso mais comum é de pessoas que mesmo após a rua, não retomam suas vidas próximas à família. Limitam-se, muitas vezes, a mantê-los informados via contatos por telefone. Em alguns casos, como citado anteriormente, a família nem mesmo sabe que a pessoa passou por anos em situação de rua. Depois deste processo, afastado da rua, empregado e, por vezes, militante do MNPR, o contato é retomado, mas o retorno à casa de origem e a família não costuma acontecer. Ou seja, mesmo saindo da rua e mantendo contato à distância, prefere-se permanecer na cidade em que se encontra atualmente e na qual foi possível restabelecer-se, ao contrário de refazer a vida na cidade de origem³⁰.

Em contrapartida, existem também os exemplos de pessoas que fizeram questão de retomar mais fortemente o contato familiar. Estes casos são comuns para pessoas que

³⁰ Neste caso, abordo situações em que a pessoa mudou de cidade. No entanto, o processo parece ser válido também para aquelas pessoas que viveram na rua na mesma cidade em que nasceram.

passaram por tratamentos em clínicas de reabilitação, principalmente para aqueles que conseguiram se restabelecer a partir de uma conversão religiosa. Situações como de alguns rapazes da clínica de reabilitação Amor Ágape, que me narraram de maneira muito emocionada “*a obra que Deus está fazendo em suas vidas*”, mantendo-os afastados das drogas e restabelecendo seus vínculos familiares. Segundo Bira, coordenador do projeto Sopa Solidária que atua ofertando sopa na casa de convivência João Dorvalino Borba, o estímulo ao retorno familiar é muito importante, pois a família continua sendo um locus fundamental. Para ele, muitos moradores de rua resistem a restabelecer este contato por orgulho e vergonha. Sentimentos que dificultam o restabelecimento dos vínculos que foram rompidos e a própria recuperação da drogadição e da situação de rua.

O contato familiar é um fato importante e particularmente delicado, pois nem todas as pessoas estão preparadas ou mesmo interessadas em restabelecer estes vínculos. Existem aqueles que conseguiram sair da rua e que mesmo assim, não retornaram para casa, assim como pessoas que retomaram um contato a distância, se resumindo a fazer ligações ou visitas à família. Outros preferiram não retomar contato algum, ou mesmo não têm mais parentes vivos ou perdeu seu paradeiro. É importante ressaltar os casos em que a família aparece como o próprio motivo que fez a pessoa passar a morar na rua, não havendo qualquer interesse em retomar este contato.

Uma trajetória bastante particular é a de Augusto. Ele me explicou que sua mãe traficava drogas na *vila* em que ele morava. Em certo momento sua mãe foi presa e ele começou a traficar também. Segundo suas afirmações, ele tinha sucesso com a venda de drogas, ganhando seu dinheiro, e, logicamente dando lucro tanto para os traficantes quanto para os policiais que recebiam o *pedágio* para ele continuar trabalhando. No entanto, em certo momento sua mãe retorna da prisão e ele resolve parar com o tráfico. Por ser um bom vendedor, os *patrões da boca* não admitiram que ele parasse de passar droga, ameaçando-o de morte: “*Eu tive que sair da minha vila e vir pro centro, se não os caras iam me matar.*” Este processo o empurrou para o começo de sua vida na rua. Depois de algum tempo, ele teve informação de que os traficantes que lhe ameaçaram de morte, haviam sido presos e então voltou para a casa de sua mãe.

Tive a oportunidade de acompanhar um pouco do breve momento em que ele passou em sua casa, morando com sua mãe. Ele estava se preparando para um curso de trocador de ônibus e se manteve presente nas reuniões do MNPR, pois em suas palavras:

“Não é porque eu voltei pra casa que vou largar a caminhada”, e também estava animado com a organização da noite de natal que passaria com sua mãe. No entanto, em um dia quando estava fora de casa, recebeu um recado avisando que a polícia havia lhe procurado para cobrar seu retorno ao trabalho. Assim, mais uma vez teve que deixar sua casa e retornar pra rua por motivo de segurança de sua mãe e dele próprio.

Esta diversidade de exemplos de pessoas que passaram a viver na rua deixando suas casas seja por não conseguir cumprir as expectativas familiares, por terem cometido violência ou terem sido violentados, por constrangimentos no que diz respeito ao uso de drogas, ou mesmo nos casos em que nunca informaram suas famílias sobre o fato de viverem em situação de rua, demonstra justamente uma enorme singularidade com relação às experiências e trajetórias de vida que levam à rua.

Esta grande heterogeneidade de casos e multiplicidade de combinações entre fatores entendidos como causas da vida na rua é percebida também no trabalho organizado por Vieira et. al. (2004:89) que ao constituir um panorama de situações de suspensão ou mesmo quebra dos vínculos familiares, apontam para uma mesma quantidade vertiginosa de casos, em grande parte, semelhantes às apresentadas em meu trabalho. A principal diferença nesta apreensão é que as situações são relacionadas com certos perfis da população de rua, associando, por exemplo, os moradores de rua mais jovens com determinados tipos de problemas, os chefes de família a outros e assim por diante. Nesta exposição, nota-se também que o tema “família” é sempre tocado com cuidado e receio por parte das pessoas em situação de rua. As relações de rompimento e suspensão dos vínculos aparecem no texto citado de modo a reforçar este aspecto de uma diversidade tão grande quanto o número de pessoas em situação de rua.

Cabe salientar que a iniciativa investida aqui não é de exemplificar uma seqüência de fatos previsíveis e tipológicos que causam a vida na rua. A característica marcante é justamente o fato da diversidade de histórias, tão ampla quanto o número de moradores de rua, segundo suas trajetórias particulares. Entretanto, pode-se perceber uma regularidade no que diz respeito à existência de fatos especiais que as pessoas em situação de rua identificam como causas que os levaram a viver na rua. Como é possível observar, segundo dados da Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua publicada em Abril de

2008³¹,

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro).

O resultado da pesquisa nacional se relaciona diretamente com os dados etnográficos ao mostrar a presença da drogadição, do desemprego e dos problemas familiares como grandes motivos pelos quais as pessoas passam a viver na rua. No entanto, existe um fato que não é trabalhado diretamente na pesquisa que trata da correlação destes fatores.

Na descrição da pesquisa nacional existe um indício de que estes fatos não estão necessariamente separados, pelo contrário, 71,3% dos entrevistados citaram pelo menos 1 destes aspectos. Não é possível aferir necessariamente de que maneira eles foram relacionados, mas fica a observação sobre a relação entre estes fatos, tal como sugerido ao longo do texto.

Nesta mesma pesquisa foram identificadas 2.776 pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba e o padrão permanece: “Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem alcoolismo e/ou drogas (16,7%); problemas com familiares (8,9%) e desemprego (5,6%); Porém (49,9%) não respondeu a esta questão.” Além da repetição das categorias elencadas como motivos, temos um dado diferenciado, que se trata do grande número de entrevistados que preferiram não responder a pergunta. Este fato pode ser entendido a partir dos dados etnográficos apresentados até aqui. Recapitulando os motivos destes processos de ruptura é possível perceber que na maior parte dos casos existe uma grande questão de caráter emocional. O arrependimento pelas escolhas, a vergonha por ações do passado, o sentimento de ter fracassado enquanto referência familiar e de ter sido “fraco” com relação às drogas, explica, em certa medida, a dificuldade em falar sobre o assunto.

O processo ao qual me refiro por ruptura trata do fato de que um número crescente

³¹ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; 2008.

de indivíduos sofre uma perda de referenciais muito caros à vida neste circuito social, do trabalho, da família, do estabelecimento numa casa, do acesso a bens de consumo, do auto-controle no que diz respeito ao uso de drogas e a sanidade mental. Estas pessoas se veem frente à necessidade de reconduzir suas vidas em bases novas, constituindo novos vínculos.

Este momento de transição, de passagem de uma vida “estabelecida” para uma vida na rua mostra um mecanismo muito similar àquele que podemos encontrar no trabalho de Victor Turner (1982; 1974) no que diz respeito à liminaridade. Sua abordagem pretende focar justamente os momentos de interrupção dos papéis sociais, casos em que as estruturas sociais carregariam em si mesmas uma série de tensões nas quais os papéis convencionais entrariam em um tipo de “curto-circuito”. Momentos em que o desconhecido toma lugar e aquilo que era estabelecido mostra uma potência de irrupção, de quebra dos papéis em um tipo de margem não necessariamente prevista.

Como sugerido anteriormente, a vida na rua passa por um momento de “adentrar a rua”, tornar-se “morador de rua”, ou mesmo em sua linguagem politizada, tornar-se integrante da “População em Situação de Rua”. Percebo então esta constante: as pessoas vivem uma situação estabelecida antes, nascem e tem experiências familiares, estudam, trabalham, seguem suas vidas até o momento de uma ruptura, marcada pelo acúmulo de processos desestabilizadores que proporciona a vida na rua. Os motivos desta ruptura são muitos.

Uma vez sucedida esta ruptura, seus referenciais de vida, suas noções e moralidade se encontram, ao mesmo tempo, próximas e distantes. A vida e a história, assim como os contatos que tornam vívido o passado, tendo dividido experiências com a pessoa que entra na rua, já não se encontram mais acessíveis. Como nos exemplos de narrativas em que a falta da mãe, da esposa, de algum ente familiar ou a incapacidade de sucesso nos empreendimentos econômicos desestabiliza a situação vivida.

Todos estes aspectos do passado são reavivados como maneira de explicar o presente, afinal, as narrativas sobre o processo de chegada a rua são – e só poderiam ser – retrospectivas. Uma vez perdidos seus referenciais anteriores, a principal fonte de referência passa a ser a própria memória. Vive-se neste caso a quebra, a crise, a ruptura. As referências do passado não servem mais como regras do jogo de viver na rua, tornando necessário aprender novas modalidades do jogo e assumir suas regras para permanecer

vivo.

Tudo indica que em determinado momento torna-se impossível viver na rua sem admitir estes novos critérios de sobrevivência. A pessoa nesta condição precisa readaptar seu comportamento de modo a dar conta deste novo contexto. Existindo assim, um momento em que os novos processos passam a ser mais ou menos controlados pelo sujeito que os vivencia, criando estratégias, métodos, formas de sobreviver e permanecer na rua, efetivando um aprendizado.

Estes momentos de transição são entendidos por Turner (1982) de uma maneira diferente da que estou fazendo uso. O autor mostra uma dicotomia que lhe é básica, aquela relacionada ao “trabalho” e ao “lazer”. Sendo o lazer simetricamente oposto ao trabalho nas sociedades industriais. Para o autor, é na suspensão das atividades de labor que existiria uma lacuna de tempo livre, potencialmente preenchida com atividades avessas à dominação do relógio e das obrigações do trabalho, gerando uma “antiestrutura” que poderia formar modelos alternativos de existência, o que autor se refere como “comunitas”. A grande diferença entre estes dois momentos é que enquanto as fases liminares dos grupos tribais tratam de inverter papéis, fazer transições de um status a outro para restabelecer a ordem, a lógica liminóide é uma subversão do *status quo*, das estruturas estabelecidas de dominação na criação de um modelo alternativo de vida.

Neste sentido, os moradores de rua fariam uma transição, compõem uma diferença. Porém, existe também uma ambivalência: “sair da estrutura” não trata de uma escolha e sim uma inevitabilidade. Equivale também a assumir uma série de riscos e incertezas sobre as condições de sobrevivência. Suas narrativas estão na maioria dos casos associadas a algum tipo de perda que se sofreu, uma perda que se lamenta na maioria dos casos, ou uma opção de passar a morar na rua quando se foge de condições anteriores consideradas muito piores que aquelas atribuídas à vida na rua. De todo modo, dificilmente é possível falar da presença de vontade neste processo.

Por ser uma passagem que possibilita uma série de dificuldades, exposição e riscos de todo tipo, está longe de ser uma alternativa com tendências libertadoras. Ao passo que efetivamente retira-lhes o reconhecimento nos valores “estruturais”, passando a ocupar, uma espécie de limbo no qual não se reconhece – e principalmente não é reconhecido - nem na estrutura vigente, nem na criação de um modelo de alternativa desejável.

Nesta perspectiva, os moradores de rua não seriam sujeitos que estão deslocados, seja do ponto de vista "estrutural" ou "libertador". Eles ocupariam, assim, um local cada vez mais generalizável dentro da dinâmica sócio-econômica do capitalismo. Para estas pessoas, o sistema reserva uma posição especial. Este local seria o de um nível inferior dentro desta hierarquia, um espaço ainda mais frágil do que a subordinação, forjado pela incapacidade estrutural de inserir pessoas neste projeto sócio-econômico-político.

Os elementos apresentados ao longo do texto são alguns dos que mais aparecem nestas narrativas: as drogas, a família, questões econômicas, violência, problemas emocionais e insatisfação com a vida. No entanto, cada história tem suas especificidades, e considerando a bibliografia sobre o tema, uma descrição detalhada das narrativas poderia apenas acrescentar mais exemplos desta combinação que cada indivíduo sofre. Portanto, a questão que coloco é a centralidade da ruptura como aspecto recorrente e central. O que está em jogo não é a afirmação sobre tal ou qual aspecto que teria maior relevância, ou que seria mais determinante na recorrência do estabelecimento da vida na rua. O processo de ruptura que leva uma série de pessoas de uma vida domiciliada para a vida na rua trata, afinal, da composição de diversos aspectos combináveis de acordo com as experiências específicas de cada pessoa em situação de rua.

Existe, portanto, uma imagem reificada do morador de rua. Costumeiramente, se definem formas de identificação a partir de sua condição econômica, fazendo que eles ocupem uma posição desprestigiada por estarem separados dos requisitos "legítimos" da identificação na dignidade, na normalidade estabelecida, na ordem desejável de trabalhadores empregados, ligados a uma família e a um espaço de moradia. Montes (1994) identifica a existência de discursos frequentes neste debate: o higienizador³², o moralizador³³, o da exclusão³⁴ e por último, o da autonomia³⁵. Segundo a autora, a idéia

³² O higienizador: No fundo, elas estão tentando tirar o indivíduo de um patamar de doença física, social ou moral, ou do perigo imediato da criminalidade. É um discurso que requer, portanto, a recuperação e a regeneração como alternativas que orientam a proposta e a prática com os homens de rua (Montes 1994:37).

³³ O moralizador: Pensa a recuperação do homem de rua por uma outra ótica: o operador fundamental que organiza este discurso é a noção de trabalho. Isto é, o modo pelo qual os homens de rua se relacionam ao trabalho é alguma coisa que faz com que eles sejam ou não bem aceitos. E, a bem da verdade, quando os homens de rua aparecem se recusando ao trabalho, eles em geral são extremamente mal aceitos. A noção de trabalho organiza toda uma **ética de reintegração**. Quer dizer, no discurso que eu estou chamando de moralizador, o conjunto de valores que torna o ser humano digno de aparecer como ser humano é organizado a partir do conceito de trabalho (Montes 1994:38).

³⁴ O da exclusão: Na verdade, ele vai pensar a questão da reintegração, que o discurso anterior colocava, através da **assistência** – isto é, ações emergenciais ou permanentes de apoio às populações carentes e fornecimento eventual de serviços. O discurso assistencialista é a contrapartida de uma visão do homem de

que perpassa estes discursos trata do que ela chama de categoria de “desordem”. A desordem, neste caso, trata sobre o fato de que é a própria associação que se faz da existência e presença destas pessoas é o substrato do que nos possibilita problematizar a ordem social vigente. Sua presença nos permite pensar e repensar sobre nossos valores, regras, normas e ordem.

Estes sujeitos categorizados na desordem estariam, segundo a autora, no limite entre dois âmbitos, como num pêndulo que, ora balança em direção à ordem e ora à desordem. É a apreensão destes pontos de vista sobre os “moradores de rua”, que de alguma forma, sistematiza o nosso olhar e a compreensão deste fenômeno. Deste ponto de vista, a desordem funciona para Montes (1994) de maneira semelhante àquela exposta por Turner, quando o autor afirma que “[...] a vida social é um tipo de processo dialético que abrange a experiência sucessiva do alto e do baixo, de *communitas* e estrutura, homogeneidade e diferenciação, igualdade e desigualdade.” (Turner 1974:120). A grande diferença que fica implícita é que para Turner (1974:157), esta dialética se apresenta a partir da possibilidade de saída da estrutura justamente como forma de adentrar a *communitas* e em seguida retornar à estrutura de maneira revitalizada por tal mediação.

Mesmo que se possam apontar diversos motivos pelos quais o caso da população de rua é outro e para além de qualquer avaliação das tendências que o processo de vida na rua desencadeia, o que o argumento de Turner possibilita é uma abertura para o componente criativo – fundamental em toda a concepção de liminaridade – dos processos de transição, nos ritos de passagem e na construção da *communitas*. Portanto, o esforço está em perceber as maneiras pelas quais os termos desta separação são agenciados pelas pessoas que vivem a situação de rua.

De maneira sintética, o processo de entrada na rua rompe boa parte dos vínculos da pessoa centrados em seu círculo social passado que colaboravam em seu auto-reconhecimento enquanto sujeito. Com a ruptura destes vínculos anteriores, resta ao morador de rua suas lembranças, as memórias que ativam o passado e que articulam sua

rua pela ótica da exclusão (Montes 1994:38).

³⁵O da autonomia: Ele vai pensar a negação da exclusão através da construção de novos atores coletivos, capazes de participar no plano da vida social e da vida política. Essa construção é pensada como uma ação política e pedagógica ao mesmo tempo, e o que está no horizonte é a conquista da **cidadania** (Montes 1994:38).

trajetória até o presente. O momento de ruptura, tal como identificado, conduz a passagem para que a pessoa se torne moradora de rua. Uma vez efetuada, ela passa a ocupar este espaço de estranhamento, tanto para si, num primeiro momento, quanto para os demais que passam pelas ruas e que invisibilizam esta presença indesejável.

Cabe questionar sobre o que acontece quando efetuada a ruptura. Qual o contexto em que a pessoa que adentra a rua se encontra? Os sujeitos colocados nesta situação necessitam aprender – e efetivamente aprendem - a lidar com estes novos fatos proporcionados por este modo de vida. Uma vez empurrados a “situações-limite”, os sujeitos readequam seus referenciais. Há, portanto, que se considerar que frente à vida na rua criam-se novas perspectivas com sentidos específicos e que funcionam como um referencial, como ilustram Snow & Anderson;

Assim, começa um dia nas ruas. Não é um dia totalmente desestruturado, no entanto. Pode parecer assim do ponto de vista do cidadão domiciliado e, de fato, pode ser devido a essa aparência que a vida de rua seja às vezes romantizada. Mas, do ponto de vista dos que a vivem, a vida de rua tem uma ordem e ritmo definitivos [...] seu caráter distinto reside num conjunto padronizado de comportamentos, rotinas e orientações que são respostas adaptativas à própria situação de rua. (Snow; Anderson 1998:130)

Muito embora as pessoas nesta situação sejam impelidas a largar grande parte das impressões que constituíam seu modelo antes de chegarem às ruas. Uma vez posta esta cisão, necessitam operacionalizar outras concepções e práticas para que deem conta da própria situação colocada pela vida na rua, obtendo-a como um novo espaço, eles restabelecem e atualizam um novo conjunto de relações, constituindo uma nova forma de viver, com base em outros critérios.

Na perspectiva de Zaluar (1994), os moradores de rua são “considerados e consideram-se o estágio final da degradação humana”, afirmando que estes adquirem a identidade dos ‘caídos’, dos ‘inúteis’, dos ‘fracassados’ ao adentrar a situação de rua. Para a mesma autora, nestes casos há separação das relações sociais constituídas em que eles perdem os “laços sociais com a família, os parentes, os amigos e [na qual estes sujeitos] passam a viver na solidão nômade dos que perderam seus referenciais de organização social.” (Zaluar 1994:23). Mas, se por um lado existe algo que se perde, cabe questionar o que é colocado no lugar destas perdas quando estas se efetivam? Estes sujeitos passam a

vagar pelas ruas sem expectativas? A falta dos artigos e referentes que relacionam a pessoa a uma casa, família, trabalho, são de tal maneira importantes que quando isto se perde a possibilidade de vida acaba?

A partir da reflexão de Zaluar (1994) é possível perceber que muito mais que um apontamento teórico, a afirmação da autora ilustra um imaginário corrente, a saber, a atribuição de que as pessoas em situação de rua são sujeitos sem expectativas, esperanças e sonhos. Que vivem à míngua, na improvisação de recursos que lhes possibilitem sobreviver. Perde-se de vista que neste novo espaço em que o morador de rua se encontra a vida lhes impõe novos relacionamentos a partir dos quais se restabelecem e atualizam um novo conjunto de relações, constituem uma nova forma de viver, com base em critérios novos. Assim são dinamizadas relações cujas regras estão pautadas por valores e crenças de seu modo de vida anterior, mas que ao mesmo tempo precisam ser drasticamente atualizadas.

O sujeito em situação de rua é um sujeito indefinido que está fora de grande parte dos valores reconhecidos pela “nossa sociedade”. Mas o fato de que suas vidas não cumpram as prerrogativas idealizadas, ou mesmo estejam agenciadas pelas regras e pelos preceitos desta mesma sociedade, não significa que estes vivam sem regras, moralidade ou ética, pelo contrário, como podemos perceber a partir da perspectiva de Vieira et. al. (2004),

Ser morador de rua não significa apenas estar submetido à condição de espoliação, enfrentando carências de toda sorte, mas significa, também, adquirir outros referenciais de vida social, diferentes dos anteriores baseados em valores associados ao trabalho, à moradia, às relações familiares. (Vieira et. al. 2004:96)

Num primeiro momento, como ressaltado anteriormente, a ruptura do acesso a valores, tais como o trabalho, a moradia e as relações familiares, se fragilizam, ou mesmo desaparecem completamente da vida da pessoa que passa a estar em situação de rua. No entanto, Montes (1994) chama a atenção para o ordenamento que é criado na situação de rua e a percepção de novos vínculos que são estabelecidos a partir desta nova realidade, estabelecendo também a possibilidade de uma auto-afirmação identitária.

De fato, o que se diz da construção de identidade do homem de rua é que há uma ruptura das redes de relações sociais, dos laços afetivos que o

uniam à sua comunidade. [...] A ruptura desses laços é então alguma coisa que provoca esta desagregação, esta desintegração da personalidade individual. Isto num primeiro momento. Num segundo momento, há uma inserção deste homem de rua em outras redes de relação, desde a rede da *Boca de Rango* até os mocós e as informações que circulam sobre as outras pessoas que estão chegando na rua. E daí se criam laços de solidariedade entre eles e de ligação com as instituições que trabalham com eles. (Montes 1994:39).

Este processo pode ser visto de maneira sintetizada na fala de Leonildo, quando o perguntei sobre os motivos que o levaram a rua,

Na verdade, em 2003 eu tava casado ainda e aí acabei separando da minha ex-mulher lá em Sorocaba / SP. Devido ao casamento mal sucedido acabei vindo para Curitiba para pensar um pouco sobre esse relacionamento que não deu certo, e aí acabei ficando um tempo. Então entrei no movimento nacional de luta por moradia, fiquei morando no DCE da federal. Eu representava o movimento, acabei voltando pra Sorocaba em 2004. Fui para uma conferência de direitos humanos e na volta acabei ficando em Sorocaba. Trabalhei um tempo lá, peguei uma grana no sindicato dos metalúrgicos e voltei pra Curitiba, para uma pensão. Quando voltei pra Curitiba, em Abril de 2004, se não me engano. Nesse tempo eu tava atrás de emprego, sempre fui vendedor. Acabei não conseguindo um trabalho, até porque aqui para vendedor é bem diferente de São Paulo. Numa certa manhã de dia das mães de 2004, eu tinha uma pochete que deixava os documentos e uma grana que tinha ainda. Fui cuidar de carro pra ganhar um extra ali no cemitério aqui do São Francisco, acabei deixando minha pochete num canto lá pra cuidar de um carro e quando fui ver a pochete não tava lá, nem o documento, nem o dinheiro. E aí foi acabando a diária. Liguei para o meu pai para ver se ele me arrumava uma grana, meu pai disse “não”, aí não quis ligar para minha mãe, nem nada. Porque meu pai mora em outro lugar. Quando menos vi, já tava em situação de rua. Aí sai pra rua, fui morar na rua, acabei conhecendo um pessoal que tava em situação de rua, que me levaram para o mocó. Eles foram e me orientaram, me ajudaram, como conseguir uma comida, onde que tinha um almoço, uma janta, um local para repousar. Foi esse o começo.

O final da resposta de Leonildo demonstra claramente o processo anunciado pelas autoras sobre este segundo momento após a ruptura. A perda de referenciais da vida domiciliada obriga a pessoa a se inteirar sobre as formas de conseguir viver em situação de rua. No primeiro momento, a formulação geral entre diversos aspectos que coloca a pessoa em situação de rua, no segundo, ao invés de um espaço vazio, sem referencias ou mesmo sem perspectivas, o que temos contrariamente é talvez o ponto nevrálgico de toda questão: a inserção num circuito próprio e de características específicas. Frente às dificuldades que se apresentaram a Leonildo, aos poucos ele foi sendo apresentado a formas de sobreviver na rua, desde formas de conseguir a própria alimentação, até o lugar para repousar e se proteger. Este tipo de experiência que inclui a pessoa num mundo desconhecido e que passa a ensiná-la sobre como sobreviver, também me foi relatado por Paulo:

Então o que eu fazia? Dormia! Mas aqui no centro você não podia dormir! Você tinha que dormir no mato, debaixo de um plástico, porque se não te jogavam água. Já pensou? Em pleno mês de Junho, naquela época, você tomar banho de água gelada, da torneira. Daí, conheci um bocado de gente, o cara da delegacia do menor e do adolescente que me dava uma mão. Naquela época, padre, as pessoas não ajudavam morador de rua. Antigamente tinha muita criança na rua, tinha muita 'piaçada'. Era eu, nego Ricardo, Índio, o peruano... que ele veio pra cá e desbandou da turma dele e acabou caindo na rua e se juntou com a gente. A turma fala de irmandade hoje em dia, mas antigamente tinha mais essa questão de irmão. Então o que fazia? O mais velho cuidava do pequenininho. A gente ia pro Portão, pra Santa Quitéria, ia pros bairros, achava uma casa velha e se entocava. Ai um ia catar latinha, que antigamente tinha muito. Já tinha catador de latinha. Você saia catando tampinha de garrafa, que era lata, a turma comprava. Tinha como ganhar um dinheiro e saber se virar. Antigamente não tinha esse negócio de ir ali numa panificadora e pedir um pão. A nossa sorte era que tinha a Pão Real, era aqui onde tinha a farmácia Nissei, em frente a Rui Barbosa. Tinha um tal de seu... tinha um coroa, seu Otávio, que ele catava papel. Então a 'piaçada' ia ali ajudar ele a catar papel. Ai o que ele fazia, ele tirava bolo, pão e dava para nós. Era a sorte, porque se não... Ai que apareceu a casa do jornalista, que era uma casa que você pegava jornal pra vender, gazeta do povo, tribuna, ai você pegava o jornal e saia pra vender.

O que existe, portanto, é um processo de aprendizagem que insere a pessoa em uma dinâmica própria e radicalmente diferente da anterior. A vida na rua demanda conhecimentos específicos que forneçam condições de sobrevivência, que trata principalmente de um tipo de invenção e criação de novas formas de lidar com o espaço, formas de construir do nada e muitas vezes do próprio lixo os itens necessários para uso cotidiano, ganho econômico, segurança, alimentação ou quaisquer recursos que lhes possibilite fazer a manutenção de suas vidas. Como já tematizado, “O morador de rua reinventa seu cotidiano, buscando uma forma de vencer os obstáculos, lidando com as cenas imprevistas armadas por essa aventura. Se, por um lado, de uma forma dura, é obrigado a encontrar alternativas que lhe permitam sobreviver, por outro, demonstra criatividade em meio a esse cenário, que, marcado pela ‘falta’, o instiga”. (Walty 2005:50).

3. Capítulo II – Aspectos de socialidade.

3.1. O manguêio.

Os conhecimentos adquiridos no processo de vida na rua não se resumem às formas de lidar com os objetos, mas, principalmente em lidar com recursos subjetivos, tais como etiquetas, comportamentos, recursos e “manhas” que possam fazer frente às faltas que se apresentam no novo contexto.

O sucesso em aprender a viver na rua pode ser definidor inclusive da própria vida ou da morte. Segundo Augusto, quando ele foi morar na rua ficava nas imediações do Rebouças, principalmente na canaleta da Rua Marechal Floriano Peixoto, dormindo debaixo do tubo do ônibus. Aquele espaço não proporcionava o mínimo de proteção contra as intempéries e aos poucos ele sofria todas as dificuldades que a rua proporciona, encarada da maneira mais crua possível. Em suas palavras: *“Quando eu fui pra rua não sabia que existia FAS, não sabia do projeto, não sabia que tinha lugar pra pedir comida, nem sabia manguêar.”* Seu desconhecimento sobre as maneiras de viver na rua, aos poucos, o castigava ainda mais, até o momento em que teve notícia sobre algumas formas de sobrevivência e alguns acessos que tornara suas necessidades minimamente realizáveis frente sua nova realidade.

Ocupar esta conjuntura, portanto, demanda uma série de aptidões, experiências, informações e traquejos. Principalmente se considerada a imagem costumeiramente estabelecida sobre a população de rua. Ou seja, a de um indivíduo entendido tão somente como separado dos meios de reconhecimento social, portanto, reificado enquanto o sujeito pobre, marginalizado, sem vínculos ou perspectivas, sem sonhos e sem esperanças.

Dentre os novos modos de relação peculiares à vida na rua, se destaca o *manguêio*. Esta prática – e modo de estabelecer relações – compõe uma complexa lógica diretamente ligada às formas de dar soluções temporárias ao aspecto econômico da vida na rua. Como é possível perceber a partir da fala de Leonildo, quando lhe perguntei sobre sua experiência e trajetória, ressaltou a importância deste processo de aprendizagem que se efetiva:

Eu nunca fui de freqüentar o FAS, apesar de já ter pousado umas noites lá, mas eu sempre preferi o mocó. Nessa época tinha o Sorriso, tinham várias pessoas aí que hoje... infelizmente alguns estão mortos. Mas, foram eles que me ensinaram a

manguear, ter essa coragem até por auto-sustento. Às vezes os caras vinham e ajudavam, falavam: “ó, tal lugar”, ou trazia a própria comida e rachava.

O Sorriso e os demais colegas que acompanharam a trajetória de Leonildo apresentaram a ele um novo mundo de possibilidades e os próprios mecanismos de sobrevivência nas ruas, tais como os melhores lugares para *manguear*, os dias e horários das *bocas de rango*, assim como a etiqueta da divisão dos bens adquiridos. A recorrência do uso deste termo e das falas sobre esta experiência sugere que o *mangueio* é parte fundamental deste universo para pessoas que moram na rua, mesmo considerada a diversidade de maneiras de realizar esta ocupação e desenvolver suas atividades. Assim, a prática é importante para aqueles que fazem uso de albergues ou os que procuram os *mocós*³⁶; para aqueles que dependem das instituições e projetos de voluntários que distribuem comida; para os que se dedicam em algum trabalho temporário, ou seja, é uma constante na vida de quem está em situação de rua.

A utilização do termo “mangueio” ou “manguear”, no sentido aqui empregado, é um termo que sintetiza uma diversidade de possibilidades de ações para conseguir recursos, seja em forma de dinheiro, alimentação, roupa ou demais objetos, serviços e acessos. Na maioria dos casos, aparece como sintetizador de experiências de sobrevivência na rua, no entanto, como pretendo demonstrar, o *mangueio* é um complexo processo de relação proposto pelas pessoas nesta situação.

Até o presente momento, foi possível levantar duas hipóteses explicativas para a origem e utilização desta palavra. A primeira delas trata da apropriação de uma gíria de língua castelhana referente a “mangar”, algo próximo de “colocar na manga da camisa”, ou seja, roubar. Nos últimos anos a gíria foi difundida por todo mundo através de jovens vinculados aos chamados movimentos anti-globalização, particularmente, em toda uma série de sugestões sobre um uso político do roubo às grandes corporações e empresas, como é possível ver no sitio que difunde a idéia “yomango”³⁷.

³⁶ É importante ressaltar esta oposição entre pessoas que se utilizam do sistema público ou privado de assistência social e aqueles que preferem não utilizar parte destes serviços e optam por permanecer maior parte do tempo na rua. Esta oposição será melhor desenvolvida no capítulo IV.

³⁷ YOMANGO. Em <<http://www.sindominio.net/fiambreira/007/ymng/index.htm>> [acessado em 16/08/2011]

Uma segunda acepção da palavra remete ao termo utilizado no Rio Grande do Sul que significa “Guiar (o animal) quando passa algum rio a nado ou para a mangueira quando está em terra.” Segundo Borba, “guiar; conduzir: manguear o gado.” (2004:879). Curiosamente ou não a atividade de *manguear* é conhecida em São Paulo por *achacar*, que dentre os significados encontrados estaria: “tomar dinheiro de outrem; roubar alguém, intimidando-o” e o *achaque*: “vício, defeito moral; imputação infundada” (Bueno 1996:17). Segundo Borba, achacar seria “extorquir dinheiro de:” enquanto o achacador seria aquele “que aborda alguém para extorquir dinheiro” (2004:15).

Todas estas alusões guardam alguma aproximação ao significado da prática tal como ela é compreendida. O achaque se aproxima das concepções que entendem a ação como algo estritamente negativo, uma enganação indevida do outro para fim de tirar vantagens. O mangueio, entendido a partir do regionalismo gaúcho, alude a idéia como a tentativa de guiar o outro para o caminho que se pretende. No entanto, é absolutamente importante frisar que no Brasil a utilização destas palavras³⁸ – mangueio e achacar - por parte da população de rua diz respeito a uma prática que não tem nenhuma relação com o roubo. Pelo contrário, roubar e *manguear* – ou *achacar* - são atividades absolutamente diferentes e mesmo contrárias ao roubo³⁹.

O mangueio aparece nas narrativas dos interlocutores acompanhado de outras categorias. Exemplo disto são as *histórias tristes* com as quais repetidas vezes tive contato. A característica mais contundente desta modalidade narrativa diz respeito a sua utilização como forma de obter ganhos econômicos – referido como *mangueio*. Seu mecanismo básico seria o de conseguir estabelecer com os demais - não moradores de rua - uma relação de confiança suficiente para que se consiga abordar, obter atenção, contar a própria história e comover o interlocutor a ponto de convencê-lo a dar algum tipo de auxílio de qualquer espécie, seja dinheiro, alimentação, roupa ou algum outro bem de consumo que se pretende obter no momento. A *história triste* não precisa necessariamente estar vinculada ao pedido por doação, enquanto o mangueio não é exclusivamente uma forma utilitária de obter ganhos econômicos. Ambas as categorias servem para conseguir recursos de diversos tipos, principalmente econômicos, mas não apenas isto.

³⁸ Considerando que achacar é um termo utilizado em São Paulo e que o mangueio é o termo utilizado em Curitiba, tratarei toda a questão a partir do termo mangueio.

³⁹ Este aspecto será melhor trabalho ao longo do texto.

Num primeiro momento, estas histórias aparentavam unicamente ser uma forma de apresentar aos domiciliados, de forma resumida, a trajetória que levou a pessoa a rua e que, portanto, lhe colocava sob a necessidade de se apresentar frente aos demais em busca de algum tipo de auxílio. A diferença entre as duas categorias, não trata especificamente de seu conteúdo, não são formas narrativas definíveis segundo regras, normas ou recorrências, o que as define é o momento e o contexto do uso. A *história triste* pode ser contada em um *mangueio*, mas o *mangueio* pode ser feito sem a *história triste*. Por fim, se tratam de dois recursos da população de rua na tentativa de interagir com os domiciliados e dar conta de suas necessidades, aspectos estes que se relacionam diretamente com o começo da vida na rua. A partir da falta de artigos de legitimidade na relação com os domiciliados, estas categorias aparecem na tentativa de incluir o outro numa relação diferenciada, que pode ou não ter fins econômicos.

Colocadas algumas distinções iniciais, passemos às sinuosidades que compõe esta intrincada relação, como é possível observar neste diálogo com Ivanir;

Ivanir - Pra quem tá na rua, chega uma hora, que até uma hora da noite você consegue dinheiro com as outras pessoas. Sai batendo palma para pessoa, chega lá, o cara olha, começa a conversar com você, começa a trocar uma idéia como se diz na gíria. E o cara, você conseguiu convencer ele, assim, afetar o psicológico dele. O cara puxa lá seus dois, cinco, dez, vinte reais, do bolso e dá pra ti. Só para começar, quem tá na rua faz... sei lá cara, eles contam histórias tão tristes, que não aconteceram, mas inventam, tem uma mentalidade tão boa para inventar história, que eles fazem cavalo de carroceiro chorar! (risos). Uma coisa, se cada um que tá na rua aí, eles podem escrever cada livro dramático mesmo cara, que tá doido. Aquele filme lá do Titanic, praticamente não vai ser nada. (risos).

Tomás - Você comentou sobre esta invenção da história triste, que comove e que faz com que as pessoas dêem o dinheiro, mas você não acha que de alguma forma quem tá na rua não está vivendo mesmo uma história triste?

I - Tá cara, mas eles generalizam, às vezes porque incorporam umas histórias.

T - Sua vida não era difícil na rua?

I - Era. Só que... Uma semana eu podia relatar para uma pessoa e contar como se

tivesse acontecido num dia, o que deixava a história bem mais triste.

T - Dava mais impacto?

I - Dava mais impacto, isto mesmo. Teve uma vez mesmo que pela minha mãe sofrer de bronquite crônica, eu tinha que comprar os remédios "Deatrovent", "Berotec" e o soro fisiológico pra fazer a nebulização pra ela. Caro! Até um tempo atrás era uns 15 reais. Teve uma vez que eu tava na rua em Balneário. Eram oito horas da noite mais ou menos e eu sem dinheiro, sem nada, eu me lembrei do que passei com a minha mãe... ah véio, eu comecei a correr que nem doido, comecei a suar por estar correndo, encontrei um grupo de pessoas e cheguei lá com um palmo de língua pra fora e comecei a contar um 171, que praticamente eu arranquei parte do que aconteceu comigo. Disse que meu pai tava em casa, sofrendo de bronquite crônica, insuficiência pulmonar, enfim, falta de respiração, e que eu precisava conseguir nem que fosse o soro fisiológico pra fazer a nebulização. Só que meu pai tava para Xanxerê! Mas eu contei de uma forma tão correta assim que eles acreditaram, me deram 15 reais aquela noite. 10 minutos mais ou menos eu metendo um 171 na cabeça deles. Com estes 15 reais deu para eu passar praticamente a noite toda. Foi uma coisa errada cara, foi.

T – Não, eu não estou julgando nada.

I - Não, eu sei que você não tá julgando, mas eu sei que foi errado. Fazer o que, quem tá na chuva é pra se molhar.

O caso de Ivanir surpreende e é exemplar, pois a *história triste* e o 171 contados para conseguir algum recurso foi uma adaptação da história a qual ele relaciona os motivos para o começo de sua vida na rua. A necessidade de remédios já havia sido real em determinado momento, pois a morte de sua mãe foi o estopim para o início de sua vida na rua.

Em uma família com diversos complicadores como os desentendimentos com o pai e a presença do alcoolismo, a situação na casa de Ivanir não lhe era agradável. Sua mãe era a pessoa que o fazia permanecer em casa e agüentar os problemas com seu pai. Após a morte da mãe inicia-se um processo de desentendimento com o pai que vai se tornando

insustentável e que por fim, o leva à rua. Frente ao desafio de conseguir recursos para se manter na rua, Ivanir atualiza sua história, trazendo o fato que desencadeou sua trajetória ao presente como se estivesse acontecendo naquele momento, no entanto, ele troca os personagens da história, atribuindo a doença que causou a morte de sua mãe ao seu pai, naquele momento vivo e morando em outra cidade.

Não é por acaso que as histórias, tais como realmente acontecem, são negligenciadas para que nenhum interlocutor tenha acesso de fato à trajetória pessoal do narrador. Ao que parece, a história de vida e a situação em que o morador de rua se encontra, suas dificuldades e todos os seus problemas, mesmo que evidenciados na própria situação que vive, pode não ser suficiente para cativar o ouvinte numa doação – eis a necessidade de uma maior dramatização da história. Viver na rua nem sempre é o suficiente para convencer o interlocutor. O fato que parece claro para a população de rua é que sendo absolutamente lógica a dificuldade dos domiciliados em entender a sua situação, eles precisam criar novas maneiras de resolver seus problemas e realizar a manutenção de suas vidas, criando o acesso aos itens de que tem necessidade.

O que faz a prática do *mangueio* e das categorias que o acompanha serem tão fundamentais na gramática da vida na rua é o reconhecimento de que o impacto de uma narrativa que expusesse a situação em que uma pessoa na rua se encontra, em sua maioria, não teria o poder de convencimento necessário para efetivar o auxílio. Mediante a diversidade de situações, grande parte delas esclarece os motivos pelos quais a abordagem com a própria história não serve, na maioria das vezes, para fins de um *mangueio* bem sucedido.

O principal motivador deste raciocínio pode ser compreendido a partir de uma situação hipotética: considere-se uma pessoa que está há anos na rua devido aos problemas do tipo que citei anteriormente, esta pessoa perde os vínculos sociais que atribuem credibilidade no jogo identitário e aborda possíveis doadores assumindo sua suposta incapacidade de se recuperar de um processo de anos e continua necessitando do auxílio de desconhecidos para resolver suas necessidades. Como há de se comportar com uma pessoa que mora na rua por estar fugindo de problemas legais, ou por ter feito escolhas desprestigiadas no estoque moral de relações que desejamos? Em virtude destas dificuldades se faz necessário a atualização dos fatos que levaram e mantém a pessoa em situação de rua, de modo que eles se tornem temporalmente aceitáveis e dramaticamente

convincentes a fim de sensibilizar o interlocutor. A história precisa ser dramática o suficiente para cativar e ter sucesso no estabelecimento da relação, e assim, obter sucesso como estratégia para criar resoluções temporárias às circunstâncias da vida na rua e à própria sobrevivência. Um dos aspectos mais marcantes das *histórias tristes* utilizadas no *mangueio* é que elas constituem uma forma de atualizar narrativas e a própria trajetória de vida, compõem uma estratégia para criar resoluções e relações mediante contextos específicos.

Estas histórias tanto são aprendidas no próprio processo de vida na rua, nas experiências de sofrimento e nas observações junto a outros moradores de rua e suas histórias, como também são inventadas no melhor estilo Wagneriano (2010), visto que, na maioria dos casos, estas histórias não são “tiradas do além”, ao contrário, elas são vividas, “aperfeiçoadas” e testadas na relação com os interlocutores / potenciais doadores. Com o tempo, tornam-se mais dramáticas e impactantes, dando-lhes maior veracidade por meio das marcas que trazem em seus corpos, como cicatrizes decorrentes de brigas e acidentes e na própria forma de narrar os fatos.

Categorias como a *história triste*, o *171* e *afetar o psicológico*, aparecem como formas complementares dentro de um processo maior – o *mangueio* -, aparentemente, como uma tentativa de equilibrar uma relação de desvantagem, pois já de princípio, conseguir a doação com outra pessoa é compreendido como um desafio inevitável. O componente de tristeza destas histórias é justamente a atualização e a composição de fatos vividos, imaginados, radicalizados de modo que eles se tornem aceitáveis mediante o interlocutor/doador. As falas na atividade do *mangueio* precisam ser tristes ou dramáticas. É necessário acessar um aspecto sensível do interlocutor, envolvê-lo de modo a convencê-lo – *afetar o psicológico* ou *entrar na mente* – mesmo que para isto seja necessário contar os fatos de maneira que não é entendida como verdadeira – o *171*.

Todo este processo é complexo e menos sistemático do que pode parecer na descrição, e, principalmente, carrega uma série de ambiguidades. Principalmente por ser entendido como um tipo de “trapaça necessária” da qual na maioria dos casos não se tem motivos para orgulho, como na reflexão de Ivanir:

Você tem que ver as histórias de quem tá na rua, os caras inventam 171 que é pra arrumar dinheiro e o pior é que conseguem cara. É como aquela frase que diz que

"quem trabalha não tem tempo para ganhar dinheiro". Pessoas que estão na rua é só 171 daqui, dali, junta seus quarenta, oitenta reais por dia, as vezes o cara se mata trabalhando numa construção pra ganhar 50 pila por dia, aparece um cara que esta na rua, que é um escravo do álcool, da droga e começa a conversar com o cara. O cara se mata o dia todo pra ganhar cinquenta conto. O psicológico dele é afetado e ele é capaz de dar 10 reais e acrescentar mais 10 reais para um bosta de um cara que esta na rua que já deve estar com seus noventa e pouco brincando. Do jeito que o diabo gosta né cara.

A fala que remete a esta culpa por necessitar do auxílio de terceiros é parte fundamental da ambigüidade presente no mangueio. Nestas falas, a moral do trabalho, da dignidade e da honra, aparece como fundamentais, pois, entrar na relação com o domiciliado, pode significar uma atuação negativa frente a economia de pessoas trabalhadoras que estão doando determinado artigo para uma pessoa que entende-se como não merecedora, pois ela irá utilizar o recurso que poderia colocar comida na mesa de alguém para fins não prestigiosos como o consumo de alguma droga. Ao mesmo tempo, ainda na reflexão de Ivanir:

Eu me humilhei, me humilhei, tive que me prostituir para as pessoas. Mas as pessoas têm um coração bom. As vezes davam um real aqui, dois reais lá, porque eu chegava me oferecendo pra fazer algum serviço, isto afetava o psicológico delas: "Não, ele ta mostrando boa vontade" daí as vezes davam o dinheiro sem eu fazer nada.

O conflito exposto parte justamente da necessidade de incluir outrem numa relação indesejável e ao mesmo tempo inevitável. O auxílio dos domiciliados é algo muito importante na manutenção da vida cotidiana na rua. Este acesso nem sempre se dá da maneira mais agradável, tanto para o solicitante, como para o solicitado. Em muitos casos, a culpa por enganar alguém entra em conflito com a necessidade, que por sua vez só pode ser realizada nestes termos. A expressão "quem está na chuva é para se molhar" – relatada por Ivanir - é reveladora a este respeito, pois ela exprime justamente a premência na resolução dos desafios da rua, no entanto, esta resolução não se dá sem conflitos morais

latentes e em constante manutenção.

Esta relação conflituosa entre a moral e a necessidade se radicaliza frente à posição particular que a pessoa em situação de rua ocupa frente aos demais. Ao longo do trabalho de campo foi possível conhecer cada vez mais pessoas na rua, nos eventos feitos por eles, nas viagens que tive a oportunidade de ir e mesmo em meu cotidiano – afinal, fazer campo na rua também significa nunca sair de fato do campo -, tive condições de elaborar algumas idéias sobre esta sensação narrada por eles diversas vezes. A cada pessoa que encontro na rua e sou chamado, ganho um abraço ou apenas um simples cumprimento, em situações em que paro para conversar, algumas vezes acompanhado de pessoas que não convivem com pessoas em situação de rua, fica nítido o estranhamento de uma relação que, ao que parece, é interpretada pelos demais como se estivesse fora de lugar. Uma relação tida como errada e inaceitável.

Um dos momentos em que pude sentir isto de maneira mais aguda foi com Izabel, pessoa bastante conhecida em Curitiba por conta de sua famosa máquina de escrever, poemas e artesanatos, e ainda, por ocupar um espaço muito movimentado no centro da Cidade. Conheci Izabel logo no começo do trabalho de campo e em pouco tempo já me sentia bastante a vontade com a nova amiga. Naquele momento, ela não se considerava mais uma moradora de rua, pois conseguia dinheiro suficiente para pagar um quarto de hotel com seu trabalho de artesanato e venda de poesias.

Desde a primeira vez que me sentei ao seu lado, pude sentir, ao menos em parte, um pouco do que se trata estar nesta situação. Era como se o ato de sentar de seu lado me colocasse numa situação completamente nova. A maioria das pessoas passava sem nos olhar, algumas vezes, sentia que alguém poderia tropeçar por cima de nós dois a qualquer momento. Grande parte das queixas da população de rua se relaciona diretamente com este aborrecimento que sua existência parece causar. Mas, que ao contrário de um incômodo que revele alguma solidariedade e respeito por esta situação, estabelece um sentimento de raiva, asco e temor que torna ainda mais difícil a vida na rua.

Alguns encontros depois, pude sentir também o desconforto que causávamos ao adentrar uma loja de foto-copiadora que usamos para tirar Xerox de alguns documentos de Izabel, como sua autobiografia que ela me ofereceu para copiar. Quando Izabel me deu este texto, me atentou para o fato de que eu deveria lê-lo com calma e num momento

tranquilo, tanto para que refletisse, como para que conseguisse me controlar, pois sua história é muito triste e sem dúvida nenhuma me faria chorar muito. A seguir, apresento alguns trechos da biografia de Isabel, contudo, ela apresenta um pequeno intróito:

*Minha vida.*⁴⁰

Tem pequenas partes de minha vida, que o começo de tudo não me lembro muito bem, mas, andei pesquisando até onde eu pude encontrar as pequenas respostas que estavam realmente procurando. Os nomes citados alguns corresponde com a minha vida outros não, sei o nome por exemplo, os guardas, eu não sei o nome deles, mas posso fazer um pequeno invento ou não fazer, pois, eu pesquisei e não consegui a informação que precisava para poder começar um livro sobre a minha vida.

De fato, a autobiografia de Izabel é repleta de momentos catastróficos, dentre eles, o assassinato de sua *família de rua*, com o estupro seguido de morte de sua mãe e o assassinato de seu pai. E ainda relata também, anos depois do assassinato de seus pais, o estupro que ela sofreu. A escrita de sua história, no entanto, começa de fato a partir de um período em que ela ainda não havia nascido:

Começou exatamente em mil novecentos e setenta quando eu nasci. Minha mãe era uma moça de vida e meu pai um carteiro casado. Fazia exatamente 6 anos que eles se conheciam e estavam até de caso, meu pai quando descobriu que a minha mãe estava grávida ficou furioso, pois não queria criança antes de qualquer plano, meu pai se chamava Osma Milano e minha mãe Ivone.

Meu pai fez com que minha mãe tomasse vários comprimidos para me abortar, mas sem êxito.

Várias vezes meu pai fez a minha mãe me abortar, mas todas as vezes era inválido.

Quando a minha mãe não agüentava mais de ser maltratada pelo meu pai resolveu terminar com ele, daí ele disse para a minha mãe:

⁴⁰ Todos os trechos da autobiografia de Izabel foram mantidos tal como no original. Optei por não fazer nenhuma correção, visto sua grande preocupação de que alguém utilizasse seus escritos.

“Esta maldita criança que você espera não é minha, pois você não consegue nem matar um feto em formação.” Mas a minha mãe não respondeu nada para ele e foi embora. Quando ela estava de sete meses de mim, ele a quis de volta, só que desta vez a mulher dele verdadeira já estava pagando alguém para seguir eles, e minha mãe e meu pai nem desconfiavam que estavam sendo seguidos por alguém que falava tudo para a esposa dele. Quando a minha mãe estava de nove meses, a esposa de meu pai veio de repente e começou a fazer escândalos tão alto que as pessoas notaram as brigas e não fizeram nada para ajudar a minha mãe. Só que nesta discussão meu pai estava calado, não dizia nada para defender a minha mãe, e a esposa de meu pai que se chamava Maria, começou a bater na minha mãe e meu pai não fez nada para defende-la dos tapas e ponta pés que a minha mãe estava levando, quando a minha mãe viu que meu pai não a estava ajudando ela saiu correndo de onde eles estavam e foi parar na Praça Rui Barbosa, nesta hora a minha mãe deu vontade de mulher grávida tomar banho no chafariz nua. Quando de repente a minha mãe começou a sentir as contrações de parto. Minha mãe começou a passar mal, e minha mãe deu a luz na água neste dia era exatamente 03:45 da manhã dia 4 de março de 1970. Tinha uns policiais da polícia militar passando por ali na Praça, quando a minha mãe que estava passando mal, foram ao encontro dela e perguntaram porque estava pelada daquele jeito e o que estava acontecendo, aí ela disse.

- A minha filha acabou de nascer e não vou agüentar para ver ela, mas eu a bençô-o com toda de Deus.

Aí os policiais não acreditaram na minha mãe e no que ela falava, pensaram que ela estava era inventando tudo aquilo.

Quando os policiais viram que a minha mãe estava sangrando muito do que o normal, levaram a minha mãe as pressas para o Hospital Cajuru pois, se tratava de uma hemorragia que ela estava tendo.

Mas, antes de chegarem ao Hospital a minha mãe falava dentro do carro:

- A minha filha, a minha filha.

Eles deixaram a minha mãe no Hospital e voltaram ao chafariz para ver se me encontravam, já estavam quase desistindo de me procurar, quando um deles olhou para a parte de dentro do chafariz não acreditaram quando me viram, eu estava só com a boca, nariz e olhos para fora da águas o resto estava dentro da água. Já era quase seis horas quando foram me achar, tiraram suas jaquetas e me enrolaram nela, quando voltaram para o Hospital Cajuru falaram para o médico como tinham me achado e os médicos

advertiu para que não contasse para ninguém pois iam chama-los de loucos. Quando eles perguntaram como estava o estado de minha mãe o médico respondeu que ela já tinha entrado em estado de óbito, morreu de hemorragia pelo parto forçado que tinha feito. Os médicos fizeram uma carreira de exames em mim para ver se eu não estava doente e ocorreu tudo bem. Quando passado uns 2 meses eles (os médicos) estavam procurando quem era meu pai e aonde ele trabalhava, foi quando chegou uma notícia lá no correio velho procurando o meu pai no serviço dele informaram que a filha dele tinha acabado de nascer e passava muito bem.

A existência de momentos fantásticos em sua trajetória, inevitavelmente, fez com que questionasse Izabel sobre a maneira pela qual ela poderia saber destes fatos ocorridos antes dela nascer, segundo ela, foi através de suas pesquisas que ela conseguiu mais informações sobre sua história. Ela escreveu sua primeira poesia aos 8 anos de idade e chama-se “mendigo”. Segundo a autora, esta poesia é muito importante por ter sido sua primeira, e, depois de me recitá-la, falou com emoção sobre o contexto em que ela foi escrita. A seguir, cito a poesia na íntegra;

Mendigo

*Mendigo que vive na rua,
No mundo da lua,
Pedindo um trocado,
Que sofre um bocado,
Por um pedaço de pão,
Mendigo coitado,
É muito maltratado,
É ofendido e humilhado,
Que vida sofrida,
Nas noites frias,
Morando na calçada,
Andando descalço,
Sem ter um cobertor,*

*Por um único momento,
Encontrar o amor,
Mendigo pedindo esmola,
Sem ter o que comer,
Mendigo não vai à escola,
Por não ter onde viver.
(Izabel Cristina Milano, 04/03/1978).*

Quando a questioneei sobre o uso do termo “mendigo” ela me disse que na verdade existem dois tipos de mendigos: Aqueles que saem de casa porque foram abandonados pela esposa, por problemas familiares, perdeu emprego ou por adição a drogas, e aqueles (como ela) que já nasceram na rua. Mas na verdade, segundo Izabel, a maneira correta de se referir a eles é como “moradores de rua”, são pessoas que perderam alguma coisa ou que por algum tipo de falta tiveram que morar nas ruas. Mas, ao mesmo tempo, “ninguém gosta de ser chamado de mendigo”. Para Izabel morar na rua é muito difícil e um dos seus piores aspectos é a relação com as outras pessoas, com as pessoas nos carros, nas ruas, nos restaurantes, a dependência de precisar que alguém “estenda a mão”. Continuou afirmando que às vezes se “sente apertada” com tudo isto, principalmente com as pessoas: “É o tempo todo assim, as pessoas fecham as janelas, não olham no rosto, é muito triste”.

Uma situação ilustrativa do processo citado por Izabel de “sentir-se apertado”, e da dificuldade frente comportamentos discriminatórios, se deu em uma ocasião em que estava com meu orientador em um café no centro da cidade. Um senhor adentrou o recinto, e como estávamos em uma das primeiras mesas, nos solicitou um café. Após ter concordado em lhe oferecer o café, pedi para uma das moças que ali trabalhava para que servisse o senhor. Ele conversou conosco durante alguns minutos e passou a abordar outras mesas para pedir um lanche, um complemento para o café que já havia ganhado. Daí em diante, a situação saiu completamente ao controle de todos.

Enquanto o senhor falava com as pessoas que estavam no café, estas por sua vez olhavam para as pessoas que trabalhavam, como se esperando que tomassem alguma providência em virtude daquele senhor que perturbava a ordem do espaço. As moças que

trabalhavam, bastante sem jeito com a situação, chamaram a responsável do lugar para que ela mesma resolvesse a questão. Sua abordagem ao senhor foi direta, imediatamente pediu para que ele se retirasse.

Quando percebi que as pessoas ali estavam completamente desorientadas no trato da situação, me dirigi até eles convidando o senhor para sair dali e esperar que o café saísse, pois sabia que se aquela situação continuasse, fatalmente ele seria expulso do lugar e não conseguiria nem mesmo tomar o café que já havia ganhado.

Quando voltamos para frente, sob a eminência de sua expulsão, o senhor começou a se alterar falando um pouco mais alto, justamente sobre o desrespeito que haviam lhe conferido. Em seguida, o café saiu e a pessoa responsável pelo café foi pessoalmente lhe entregar e bebida em mãos e convidar o senhor a se retirar. Quando ele se negou, a moça passou do convite a uma violência ainda maior, carregando-o pelo braço porta a fora a ponto de empurrá-lo. Por estar alcoolizado e com a perna machucada, ele desceu a rampa do café rolando de forma desengonçada, o que pareceu absolutamente perigoso, sendo nítida sua incapacidade de causar grandes problemas, se não o desconforto nos consumidores ali presentes.

É curioso notar que dentre as formas mais habituais de relação entre as pessoas que não vivem em situação de rua, uma de suas etiquetas, trata de certa impessoalidade no trato cotidiano com pessoas mais distantes. Poderíamos dizer que existem desde níveis mais íntimos, como o familiar, passando por relações inevitáveis e não necessariamente escolhidas, como nos espaços de trabalho, até relações sumariamente formais, como aquelas que temos nos elevadores com os vizinhos que cumprimentamos, mas que não existe de fato uma relação de importância, até aquelas pessoas que encontramos cotidianamente em determinados espaços e que não vemos nenhuma necessidade de nos entregarmos no estabelecimento de uma relação, como nos transportes coletivos, nos trajetos que fazemos pelas ruas, em que muitas vezes encontramos as mesmas pessoas, por vezes durante anos, mas que nunca entramos de fato em uma relação mais profunda.

O fato é que uma parcela de pessoas tem determinado espaço para escolher se preferem investir em tal ou qual relação, ao passo em que são impossibilitadas de tolher-se de tantas outras que colocam sob questão a continuidade de seus vínculos e mesmo da própria manutenção de suas vidas. Por exemplo, em relações familiares com a presença de

dependência financeira, nas quais mesmo quando determinados entes familiares não se suportam, precisam relacionar-se por consequência desta dependência, ou mesmo nas relações de trabalho em que o empregado precisa simular ou envolver-se de fato com os demais para garantir o sucesso de sua empreitada, e assim por diante.

Quando a população de rua se vê frente ao desafio de ter que resolver as suas necessidades, as pessoas domiciliadas não se sentem completamente à vontade com esta “invasão” brusca e no estabelecimento desta relação “incomum”. Adentrar numa relação de abordagem com um transeunte ou com alguém num estabelecimento, não faz parte do jogo que os domiciliados gostam de jogar. Estas abordagens acabam se tornando constrangedoras para quem as sofre. Consequentemente, tudo que se deseja é que aquela situação acabe o mais rápido possível.

Pois bem, a população em situação de rua sabe muito bem disto. Os que não sabem, estão inevitavelmente em vias de aprender. Eles sabem claramente que causam impacto frente os domiciliados, sentem na pele o que é ser objeto de incômodo e desconforto dos outros. Portanto, acabam sob um dilema. *“Eu preciso de ajuda, mas a situação é desfavorável”*.

A situação é desfavorável por muitos motivos. Adentrar uma relação sendo abordado por um estranho e ser requisitada a ajuda financeira mexe pelo menos com dois grandes baluartes de nossa cultura. O primeiro deles, diz respeito ao espaço do indivíduo que pode escolher em quais relações pretende se envolver e também exigir que não seja perturbado. O segundo, diz respeito ao valor moral do trabalho e da capacidade de conseguir seu auto-sustento sem precisar de desconhecidos. Constituindo assim, a idéia de que as pessoas que não conseguem ser bem sucedidas neste processo sofrem de algum tipo de desvio moral, são “vagabundos”, e daí em diante.

Izabel resume a questão ao me explicar que quem está na rua tem uma coisa em comum: *“Elas precisam da ajuda de outras pessoas”*. No entanto, as pessoas as humilham, não têm nenhum respeito, não olham nos olhos. As pessoas tentam pedir, tentam vender alguma coisa, mas nem sempre conseguem. Segundo ela, *“tudo isto é muito ruim, a pessoa ganha pouco dinheiro, se sente mal e, muitas vezes, acaba roubando. Tudo piora quando a pessoa é dependente de droga. Muitas vezes também as pessoas usam droga para ter coragem de roubar”*. Em resumo, o que fica claro na fala de Izabel é que são muitos os

problemas na rua, não apenas a relação de auxílio dos domiciliados, mas as próprias situações que a vida na rua apresenta às pessoas.

A pluralidade dos problemas, tais como ressaltado por Izabel, indica que a questão do ganho econômico é acompanhada de difíceis ambigüidades que não se resolvem apenas através da melhoria nas condições de renda. Este fato foi problematizado a partir de uma conversa que tive com Eduardo, morador de rua que conheci através do movimento – MNPR. Naquele momento ele estava trabalhando e sendo remunerado. Encontrei-o nos arredores do resgate social certa noite e ficamos conversando na frente de um bar ao lado do Terminal Guadalupe, uma região marcada por intenso fluxo, tráfico de drogas, prostituição e criminalidade. Já havia sido informado que ele estava trabalhando, mas ele me relatou os detalhes sobre o serviço, explicando que se tratava da instalação de ar-condicionados em prédios e que era um trabalho temporário. Naquele momento, estava recebendo 1.200 reais por quinzena, ou seja, 2.400 reais por mês. Acabei brincando com a situação dele, pois ele estava recebendo o dobro de muita gente que conheço e que não está em situação de rua.

Num primeiro momento perguntei por que ele não estava dormindo no Resgate Social da FAS, ou ainda, porque não tinha arrumado uma pensão ou mesmo alugado um espaço para ele, pois com este salário ele poderia viver com certa tranquilidade e fora da rua. Logo percebi que o motivo de sua ausência no Resgate se devia ao fato de que ele passaria uma noite longa dando voltas pelo Guadalupe conseguindo dinheiro para usar alguma droga.

Em frente ao bar ele me requisitou dinheiro para completar o valor de um *tubão*⁴¹ que iria tomar junto a outros amigos pela frente do bar, dizendo que teria gastado todo o dinheiro de seu ordenado como “playboy”, pois quando ele recebe o salário, em seguida, se junta com os companheiros mais próximos de rua e só tomam whisky e energético.

Toda esta situação foi tão curiosa que procurei conferir com outras pessoas próximas a ele - e que neste dia do encontro estavam dormindo no resgate - para saber se ele estava mesmo trabalhando e ganhando “todo este dinheiro”. De fato, pude aferir que a situação era mesmo esta e que o acesso ao recurso financeiro estava lhe possibilitando a

⁴¹ O tubão é uma bebida muito popular entre as pessoas em situação de rua devido seu baixo custo - 3 reais. Trata-se da mistura de alguma bebida alcoólica, em sua maioria, uma cachaça barata com suco em pó ou refrigerante.

vida na rua com alguns dias de regalia no consumo de drogas, nada mais que isto.

Ainda no mesmo dia, nos reencontramos mais tarde e ficamos conversando em outra parte do Guadalupe. Questionei-lhe sobre quais os motivos para não organizar a vida e a saída da rua, visto que ele já tinha as condições materiais para fazer isto. Brinquei com o fato de que ele ganhava o dobro do valor que eu recebia mensalmente e que assim ele poderia ter uma vida tranqüila, pagar suas contas, ter suas coisas.

Em sua resposta, me disse que a diferença entre nós era que eu não sou “vida loca”, ao contrário dele. Relatou-me que ele tem um filho e morava com a esposa, mas que a vida desregrada lhe fez perder tudo que tinha de uma maneira bastante radical e que agora não tinha mais para quem dar nada. No momento em que vivia com sua família, ele proporcionava tudo que podia à mulher e ao filho, mas desde esta época já vivia de maneira “louca” e aos poucos foi perdendo estes vínculos. Sendo que hoje, tudo que sobrou são as relações que ele constituiu na rua, assim, com o dinheiro que ganha, acaba por prover diversão para si mesmo e para seus companheiros.

O que se torna chocante neste caso é o fato de Eduardo ter conseguido, ao menos provisoriamente, resolver sua vida economicamente. No entanto, como fica claro, resolver esta circunstância não alterou o fato dele continuar pelas ruas e não ter grande perspectiva de sair desta situação. A conclusão mais fácil parece ser chegar à conclusão de que Eduardo, assim como tantas outras pessoas em situação de rua, vive estas condições porque quer. Pois, mesmo com oportunidades de saída, opta-se deliberadamente por permanecer em situação de rua.

Em uma conversa com Paulo e Frank, ambos participantes do MNPR, me explicaram um pouco mais sobre os “ciclos viciosos” da rua, que pode auxiliar a uma análise da situação anteriormente descrita desde outro ponto de vista.

O primeiro fato importante, segundo eles, é que a rua é repleta de fases. As pessoas estão vivendo diferentes momentos na rua. Alguns passaram muitos anos e já não tem forças para tentar sair – estas pessoas são conhecidas como *crônicos de rua*. Outros, mesmo com muito tempo de rua, vivem na luta para sair. Alguns, principalmente os mais novos e que usam drogas, acabaram de entrar e ainda estão vivendo um momento de descoberta do que é a rua. Cada pessoa teria o seu momento, “a sua *caminhada*”.

A conversa com Paulo e Frank me mostrou alguns motivos pelos quais a “conclusão fácil” sobre Eduardo não é verdadeira e não passa de uma análise superficial. Nas situações que narraram para tentar me explicar o que se passa, exemplificaram a situação de uma pessoa na rua que não consegue organizar sua vida por conta da adição a drogas. Em determinado momento ela pode conseguir um internamento numa clínica de reabilitação e sair *limpo*. Esta pessoa estaria então fisicamente e psicologicamente mais apta a uma reestruturação de sua vida, a procurar um emprego e ter sua autonomia financeira. No entanto, a primeira dificuldade encontrada seria justamente o fato de que após a saída da clínica esta pessoa estaria imediatamente na rua novamente, voltando para o convívio e os espaços que ocupam os antigos companheiros com os quais usava droga, assim, voltam à mesma rotina do tempo de vício.

Considerando que esta pessoa consiga reunir forças para se manter afastado das drogas mesmo estando na rua, na medida em que ele começa a organizar sua saída: “A pessoa entra num momento em que o mangueio deixa de ser interessante. O cara quer viver de outro jeito. Só que o que ele encontra é um monte de portas fechadas, então, automaticamente ele continua a vida como sempre foi”.

Uma das causas da necessidade de voltar a uma vida cada vez mais próxima às etiquetas da rua, responde simetricamente a outra importante etiqueta. A pessoa fora da clínica, tendo que dar conta de seus próprios meios de sobrevivência e estando em situação de rua, deverá ao máximo evitar ser visto como um *parasita*, *chupim*, ou *boca de espera*; Segundo Ivanir:

Os chupins são aqueles que ficam só nas custas de uma outra pessoa. Ficam nas custas de outra pessoa que também está na rua. Mas eu não, se fosse pra eu juntar um dinheiro logo porque eu tava querendo beber eu chegava e começava a manguear, mas na maioria das vezes eu me oferecia pra fazer um serviço.

É extremamente importante não corresponder com as características que definem o *parasita*, o *chupim* ou o *boca de espera*⁴². Para isto, a pessoa separada de algum trabalho precisará inevitavelmente *manguear*. Deste ponto em diante as coisas ficam ainda mais

⁴² Tratarei deste fato de maneira mais detalhada no próximo item deste capítulo.

problemáticas, como na conversa anterior em que Frank afirma:

Eu não sou parasita, então eu vou ter que *manguear*. Para *manguear*, você vai beber. Tem uma hora que não vai mais beber e aí vai fumar, *estiga* e então vai beber de novo, é um ciclo vicioso.

O processo se trata do fato de que a pessoa teria primeiramente que acionar a bebida como dispositivo para facilitar a ação do *mangueio*⁴³, ou mesmo conseguir ficar muito tempo cuidando de carros durante a noite. No entanto, “*tem uma hora que você não vai mais beber e aí vai fumar*”. Esta expressão é uma explicação sobre o fato de que as pessoas viciadas no Crack, em particular, tem na bebida a grande causa de voltar a fumar *pedra*. Segundo estes relatos, é a bebida e não outras drogas, como a maconha, que acionam uma grande vontade de voltar ao consumo de Crack. Sendo assim, ao beber para ter melhor desempenho no *mangueio* a pessoa aciona a *estiga*, que fatalmente, na maioria das vezes, levará ao Crack. Noutra de suas falas Frank afirma:

O cara tá sozinho... Vai para um hotel? O cara tá com dinheiro... Vai fazer o que? O cara é vadio, é sem vergonha? Não! O cara é doente! Boca de favela não é como uma farmácia que você compra um remédio e sai faceiro, você entra lá e gasta tudo!

Esta fala é conclusiva no que diz respeito a dois aspectos: no primeiro deles, mesmo sem estarmos conversando especificamente sobre a situação de Eduardo, ela contempla diretamente a forma como ele me explicou a continuidade de sua vida na rua mesmo conseguindo ganhar dinheiro. Ou seja, existem muito mais aspectos envolvidos e relacionados que são provocadores e que fazem a manutenção da permanência nas ruas. Mesmo havendo dinheiro, uma pessoa sozinha, tendo sofrido experiências de ruptura que o levam a rua, entre tantas decepções possíveis, muitas vezes precisa de mais do que o salário para conseguir sair dessa situação. Por outro lado, as drogas aparecem como uma questão de saúde pública. O aspecto referido como doença, mostra a força esmagadora que ela pode vir a ter sobre a autonomia dos sujeitos.

⁴³ Vale lembrar o fato narrado por Leonildo no começo do tópico sobre “ter coragem para manguear”

Ao longo de meu trabalho, nas conversas informais com pessoas que nunca passaram por situação de rua, a doação de recurso para a população de rua sempre foi uma polêmica. Existe um grande receio, por vezes um tanto pueril, no que diz respeito ao destino do dinheiro que se doa. As pessoas domiciliadas estão demasiadamente preocupadas com a possibilidade de serem enganadas, “passadas para trás” ou mesmo incentivando a degradação de uma pessoa que aparentemente, já está em condições terríveis.

Em certa ocasião tive a oportunidade de escutar um dos *mangueios* mais curiosos que conheci até hoje. Quando ele me foi contado, tratava-se da explicação de um exemplo de *mangueio* que “*deu muito certo*”, ou seja, que reverteu maior ganho econômico, em menor tempo. O caso era que alguém havia achado a chave de um carro importado, um “Citroen”. Com a chave em mãos, a estratégia era de andar pela rua, abordar alguém e explicar que estava de carro indo para uma maternidade, pois iria ter um filho e a mulher entrou em trabalho de parto. Porém, no caminho para o hospital a gasolina acabou e o carro ficou algumas quadras para trás. A pessoa explica que quando saiu do carro para achar um posto e comprar gasolina, acabou sendo roubado e os ladrões levaram tudo que tinha. Assim a pessoa se encontra sem dinheiro, com a mulher no hospital e com a necessidade de pelo menos 10 reais para conseguir colocar a gasolina no carro.

No momento em que ouvia a história, eles relatavam que quando era falado sobre o carro e mostrava-se a chave, “*os olhos das pessoas chegavam a brilhar*”, elas acreditavam na existência do carro e no fato como um todo, realizando assim a doação. O ideal para este *mangueio* seria abordar grupos. Assim se conseguiria mais dinheiro, pois todas as pessoas se comoveriam para ajudar nesta situação.

Por fim, se uma pessoa fizesse este *mangueio* ao longo de uma rua, chegaria ao fim do percurso com bastante dinheiro. Segundo os contadores, este *mangueio* tem variações e pode ser mudado conforme a situação, por exemplo, caso o que se tenha em mãos seja um capacete ou uma chave de moto, a história se adequa de acordo com os recursos em mãos.

Quando este *mangueio* me foi relatado, demonstrei toda minha surpresa sobre o fato e perguntei por qual motivo esta abordagem daria mais certo. Fui respondido que isto acontecia pelo motivo das pessoas acharem, que neste caso, a pessoa que está pedindo não é um vagabundo ou drogado. Por isto a pessoa dá dinheiro, principalmente mais dinheiro

do que se daria em qualquer outra situação de pedido, justamente porque ela pensa que poderia ser ela no lugar da pessoa que pede. Percebe-se, portanto que existe uma maior disposição de doação a uma pessoa reconhecida como igual – domiciliado –, que precisa de dinheiro circunstancialmente em uma emergência, ao contrário de uma pessoa em situação de rua, objeto de medo e indisposição.

Na viagem em que acompanhei um grupo de pessoas em situação de rua para a Marcha do MNPR em Brasília, pude observar de perto algumas dinâmicas do *mangueio*. A cada parada na estrada, as pessoas desciam do ônibus e tentavam a sorte *mangueando*. Em princípio, achei que seria difícil que eles conseguissem alguma coisa em postos e restaurantes de estrada. O fato particular dos *mangueios* da viagem foi que algumas pessoas no ônibus estavam com a camisa do movimento e em um grupo grande, então comecei a acompanhar os *mangueios* e pude ver a abordagem.

A tentativa se dava de maneira individual, cada pessoa sozinha abordava alguém e explicavam o que estavam fazendo, mostravam a camisa do movimento ou o ônibus em que estavam, falavam sobre a luta, que eram de Curitiba – PR, e que estavam indo fazer movimento em Brasília pelos direitos dos moradores de rua apenas com a comida que conseguiram através de doações e que ficariam viajando por quatro dias sem dinheiro algum. Por último, perguntavam se não haveria a possibilidade da pessoa ajudar com alguma contribuição.

Ao contrário do que imaginei inicialmente, tiveram algum sucesso. Ao longo da viagem, a comida foi acabando e então o *mangueio* passou a ser extremamente necessário. Os recursos que precisamos ao longo da viagem, desde água, refrigerante, mortadela, pão, frutas, café e cigarros, foram sendo comprados com dinheiro do *mangueio*.

Algo que me chamou muita atenção é que ao contrário do que se poderia imaginar, a relação proposta está longe de ser meramente utilitária. Havia paradas em que uma pessoa saía para fazer o *mangueio*, conseguia algum recurso e não fazia mais nada, passava todo o tempo conversando com a pessoa que foi abordada pela primeira vez em situações nas quais o interlocutor se interessava sobre o conteúdo da viagem. Ou seja, o *mangueio* vai um tanto quanto contra a lógica de produção e busca por maximização de resultados, sua lógica é outra. Mesmo sob grande desvantagem econômica, a relação não é subsumida pela necessidade de adquirir as coisas. Outro exemplo disto era quando a abordagem era

feita a mulheres, pois neste caso, mesmo na situação de pedir dinheiro, já se aproveitava a situação e o *manguêio* inicial se transformava numa tentativa de flerte.

Conseguir efetuar uma abordagem bem sucedida estabelece uma experiência. As pessoas em situação de rua aprendem as maneiras pelas quais abordar e quais tipos de conduta podem, devem ou não ser utilizadas na relação com tais ou quais pessoas variando conforme suas características. Segundo Paulo, “*Quem tá na rua tem uma idéia fácil de convencer. O usuário então... é o maior manipulador.*” E ainda;

O manguêador deveria trabalhar de vendedor. Quando você vai numa loja, você chega lá e sabe o que quer comprar. Vamos dizer, você vai comprar uma calça, você escolhe a calça e vai levar. O vendedor tá ali pra te atrapaalhar, ele quer te convencer a levar uma meia, uma cueca, outra coisa que você não foi lá pra comprar.

Em última instância, o *manguêador* desenvolve uma expertise dos sentimentos e condutas morais. Reconhece e identifica os valores em pauta e se utiliza dessa experiência adquirida a duras penas numa gramática em que o que está em jogo é sua própria sobrevivência. É fundamentalmente em virtude da constituição desta *expertise* que a compreensão sobre a negatividade do termo mendigo e da necessidade de auxílio tem um revés de exacerbação dos aspectos de criatividade e capacidade de construir respostas às dificuldades do auto-sustento. Segundo Samuel, coordenador nacional do MNPR, *mendicância* e *manguêio* são coisas diferentes. A prática da mendicância trata de situações em que a pessoa expõe publicamente sua necessidade de diversas formas. Seriam aquelas situações comuns em todo centro urbano em que uma pessoa está sentada no chão, suja, expondo ferimentos, caixas de remédio, acompanhado de uma criança, enfim, seria o próprio estereótipo do “mendigo”, “pedinte”, “indigente”, “necessitado” ou “pobre”, que estende a mão, uma caixa, chapéu ou boné para que as pessoas lhe dêem algum recurso em dinheiro, enfim, são situações em que o solicitante se resume a pedir ajuda. O *manguêio*, ao contrário, é absolutamente diferente. O solicitante usará toda sua experiência para conseguir convencer o interlocutor a fazer a doação.

Para me explicar esta diferença, Samuel narrou uma situação em que ele estava na rodoviária de Vitória – ES. Ao chegar a rodoviária avistou uma senhora com uma criança

pedindo esmola, toda suja, com alguns poucos trocados amontoados em sua frente. Ele abordou a senhora e disse que dentro de uma hora ele seria capaz de trazer muito mais dinheiro do que ela iria conseguir o dia inteiro, mas para isto precisaria da filha dela emprestada. Depois de titubear frente a proposta a senhora aceitou. Samuel atravessou a rua da rodoviária com a menina nos braços e começou a abordar os carros que paravam no sinal argumentando que estava com a filha e a mulher e que precisava de recursos para alimentação e remédio. Desta maneira, em uma hora ele retornou à rodoviária, entregou uma parte do dinheiro para a senhora que estava sentada, devolveu-lhe a filha e seguiu seu caminho.

Cada contexto e situação particular favorecem a estratégias diferenciadas para o *mangueio*. O tipo de história que se usa com uma pessoa de idade avançada não é o mesmo que se usa com um jovem, da mesma maneira que a abordagem na frente de um supermercado com pessoas saindo das compras com suas famílias, não será a mesma utilizada na frente de uma festa com pessoas embriagadas e assim por diante. A reflexão de Julio, por exemplo, é bastante crítica a este respeito;

Já aconteceu de chegar, pedir dinheiro para as pessoas e as pessoas me indagarem o seguinte: "Mas é para comprar comida?". E eu falar: "Não, não é para comer, eu sou alcoólatra, eu quero beber, eu preciso beber". "Não, eu vou te dar, eu vou te dar. Uma que você foi sincero e outra que é o seguinte: se fosse para comida eu não ia te dar, mas como é para bebida então pega". A própria sociedade ajudando ainda mais a enterrar a pessoa, quer dizer, teve uma inversão de valores, antigamente se a pessoa chegava e falava assim: "Eu estou com fome, eu preciso de um dinheiro". A pessoa pegava, ia com você até um restaurante, uma casa, uma lanchonete e comprava o alimento e te dava na tua mão. Mas falava: "Olha, o dinheiro eu não dou, mas o alimento tá aqui". E isto aconteceu muitas vezes comigo, de chegar, pedir o dinheiro: "Ah, é para beber?", "É para beber.", "É para se drogar?", "É para se drogar", "Então pega."

A fala de Julio demonstra duas faces distintas de uma relação, como me explicaram alguns moradores de rua que conheci no contexto dos encontros do MNPR. Uma pessoa em situação de rua pode passar o dia inteiro abordando os demais e falando sobre suas

necessidades. Por exemplo, realizando pedidos de alimentação, pedindo dinheiro para transporte ou para qualquer outro recurso. Esta mesma pessoa estará também realizando pedidos em lugares movimentados durante a noite, em frente a bares e boates. Se a tática utilizada durante o dia enquanto as pessoas estão trabalhando, fazendo compras, andando pelas ruas e dando conta de suas rotinas seria a de colocar-se como um trabalhador sofrendo o desemprego, um pai de família que precisa de auxílio para alimentar as crianças, ou mesmo alguém doente que precisa de remédios, durante a noite, ao falar com pessoas em seus momentos de lazer, principalmente quando se trata de jovens, a abordagem da “honestidade” costuma dar certo. Nestes casos, aquilo que se pede para alcançar o convencimento é, por exemplo, dinheiro para beber ou consumir drogas.

Os fins de semana no bairro Batel, são sempre uma boa escolha para *manguear*, tanto pelo fato de ser um bairro em que circulam pessoas de uma faixa elevada de renda, como pelo fato de que na saída das boates, além de um maior pagamento recebido ao cuidar dos carros, os *playboys* também dão bebida e até drogas em alguns casos. Assim, a “honestidade” é a melhor forma de convencer o *playboy*, pois eles estão num momento de festa, não querem escutar sobre fome ou doenças. A abordagem que dá certo é de pedir dinheiro pra tomar cachaça, isto cria uma empatia entre o *playboy* que sai da balada bêbado, que de outra maneira, não faria a doação. Neste caso, o doador se vê tocado pela suposta honestidade do morador de rua que assume sua dependência química e que pede dinheiro para fazer esta manutenção.

O aspecto intrigante desta relação é que na maioria dos casos, como me foi explicado por Frank, quando o morador de rua está na noite pedindo dinheiro para o *playboy*, dizendo que este dinheiro será usado para consumir droga, na verdade ele está ansioso para acabar sua noite resolvendo sua alimentação, visto que ele já passou o dia inteiro fazendo a manutenção de seu vício com o dinheiro das *tiazinhas*.

No entanto, todas estas iniciativas citadas ao longo do texto e tantas outras não contempladas aqui, nem sempre dão certo. Nesta mesma ocasião em que estas situações me foram contadas, questioneei sobre o que acontece quando um dia não se operacionaliza da maneira como se espera. O que se faz quando as investidas por doações não se cumprem? A resposta que obtive foi clara. Postas as necessidades, no limite, fatalmente a pessoa em situação de rua pode ser impelida a resolver seus problemas no “braço” ou no “grito”.

O tipo de situação em que se encontra o limite entre o legal e o ilegal, o desenvolvimento de um *mangueio* bem sucedido e a ultrapassagem desta dinâmica, foi exemplificado numa ocasião que em encontrei Sandro na Praça Santos Andrade, numa noite de sábado. Sandro mora na rua e o conheci através de alguns eventos públicos do MNPR. Ele estava com mais um casal que eu não conhecia e então ficamos na praça conversando e dividindo alguns cigarros. Minutos depois, se aproximaram dois rapazes que estavam com eles antes que eu chegasse. Pela comoção com a chegada, pareceu que eles estavam esperando os dois já há algum tempo. Quando um deles falou: “*Tive que fazer uma vítima ali no Círculo Militar.*” E com o susto dos demais, continuou: “*Já tava mangueando horas! Daí cheguei para uma mulher ali ‘senhora, eu to com fome, você não pode me dar umas moedinhas? Qualquer trocadinho serve’*” Obtendo sua resposta negativa, ele retrucou: “*Ah é? Então a senhora me passa tudo que você tem aí, pode ir passando!*” Conseguindo, assim, 40 reais.

O fato exposto é que no limite – pelo menos para uma parte das pessoas em situação de rua – recorre-se a outras formas de realizar a manutenção de sua vida, que passa por uma série de formas ilegais, tais como furtos e assaltos. O que foi possível aferir a respeito do roubo é que esta prática é entendida negativamente numa escala de preferência. O roubo é o próprio reconhecimento do insucesso do *mangueio*, portanto, a pessoa precisa assumir sua falta de habilidade e no limite utilizar-se de uma estratégia não desejada que o coloca em maior risco nas dinâmicas da rua, com a possibilidade de ser preso. Ao mesmo tempo, em alguns casos, a possibilidade do roubo não é completamente descartada, visto as necessidades imperativas.

O *mangueio* enquanto modo de relação da população de rua com os domiciliados, parte da inevitabilidade de realizar seu modo de vida sem interferir na vida de outrem. Mesmo que em suas reflexões as pessoas em situação de rua problematizem tal relação negativamente, assumindo duramente a culpa por não conseguir se realizar de maneira autônoma e necessitando assim do auxílio de outras pessoas. Em suas falas é muito presente o desgosto por representar aquilo que causa mal estar, alvo diário do olhar público que nem sempre vê, mas que nutre opiniões e definições de um "outro" misterioso (Leite 1996). Sendo constante alvo de investidas violentas, em situações de humilhação ou mesmo quando são simplesmente ignorados em seus pedidos de doações, nos olhares que se desviam, como numa tentativa de evitar qualquer contato.

Nestas investidas por doações, ou mesmo por alguma atenção, os moradores de rua rompem este estado de invisibilidade e se apresentam aos não-moradores de rua, muitas vezes representando objeto de medo, receio e desconforto. A sua existência irrompe num processo de “tornar-se pessoa” para o outro, quebrar a invisibilidade e constituir a si mesmo como objeto de pensamento, como fonte de referência da existência de uma vida possível, aquela que ele nos apresenta em suas narrativas.

Eis, portanto, o desafio do morador de rua: uma vez rompido o processo de ser “invisível” ele deve ter algo a mostrar. É a partir da ocupação deste espaço que ele compõe a sua forma de auto-representação. Separado dos elementos desejáveis de reconhecimento, como a família, o trabalho e uma rede de relações comunitárias, afinal, passaram por uma ruptura destes laços. A memória da vida antes da rua e a experiência adquirida nesta nova situação se tornam o lócus privilegiado para reivindicar na relação com o outro a identificação de si.

A pessoa nesta situação passa a converter espaços e fluxos narrativos num território de "estar" e de "ser" provisório, em constante mudança. Com esta provisoriedade de ocupação e de posicionamentos com relação ao outro, a pessoa na rua se vê frente a tarefa de se fazer, de ultrapassar uma imagem reificada, em uma luta constante de incorporar o outro, seja através de pedidos, do compartilhamento de suas histórias, de alguns minutos de atenção e de troca.

3.2. Inconstância e ambigüidade.

As etiquetas que dinamizam os modos de relação da população em situação de rua são muitas. Algumas complexas como as *histórias tristes* e o *mangueio*. Repletas de ambigüidades, detalhamentos e diferenças tênues que separam, e, principalmente, contradizem o que poderia nos levar a definições unívocas.

Como exposto no tópico anterior, mais que uma simples forma de angariar recursos, estes aspectos relacionam-se com diversas questões. A entrada na rua e as dificuldades de garantir a sobrevivência nestas condições, a discriminação, os problemas emocionais, conflitos éticos, a drogadição, a violência de mão dupla – sofrida e causada - se relacionam, se combinam e forjam a problemática da vida na rua.

No bojo destas características está à dificuldade em reconhecer as particularidades desta situação. Longe de contemplar a totalidade de características e etiquetas, a proposta é de problematizar um fato corrente, que se trata da definição da identidade da população de rua pelo viés da diferença com as normas estabelecidas. Esforço que considero contrário à tentativa de compreender a marcante experiência da vida na rua como um conjunto definidor de condutas que produzem uma especificidade.

Existe uma grande dificuldade em encarar a população de rua levando a sério as experiências *sui generis* vividas nesta situação radicalmente distante do que supõe a “normalidade estabelecida”. Ora, viver sobre outras regras, etiquetas, necessidades e preocupações é uma experiência transformadora que altera as pessoas na medida em que se afasta a população de rua na relação com a população domiciliada.

Um interessante exemplo que possibilita ver esta questão na prática está no livro *Viração* de Maria F. Gregori (2000) ao analisar os tipos de meninos e meninas de rua. A autora compara a construção de Jean Genet em “Diário de um ladrão” à constituição destes “tipos”. Em Genet a autor expõe uma construção literária que passa por uma representação do sublime, uma perspectiva romântica sobre a relação entre um casal homossexual de “mendigos”, que ao mesmo tempo contém a presença de certa escatologia, que se traduz na presença de flores, piolhos e um tubo de vaselina. Assim, “o que parece uma mistura desconexa é, na verdade, um recurso de representação que tem a qualidade de enunciar a natureza das experiências que não são reconhecidas e, por intermédio delas, provocar criticamente noções arraigadas”. (Gregori 2000:52)

Para a autora, no caso dos meninos de rua existe um aspecto sobre o qual há uma semelhança com a construção de Genet e também um diferencial. De um lado, os meninos se esforçam na constituição de uma experiência que se demonstre intensa, de outro, a ocupação deste espaço da rua atribui um descrédito patente. Em Genet, a situação vivida pelos personagens é uma escolha individual a qual normalmente se denota uma negatividade. Este aspecto é fundamental na obra e aparece como o dispositivo que realiza o erotismo, desaparecendo assim os componentes de negatividade que se poderia atribuir a uma vida de ladrão, sujo, “mendigo” ou mesmo homossexual.

O tipo dos meninos, por sua vez, é criado a partir de elementos simbólicos disponíveis e que são mais ou menos interessantes de acordo com as maneiras com as

quais eles pretendem se identificar. Em último caso, suas ações visam este “parecer-se” que facilite suas relações com a coletividade. Gregori (2005) afirma que estes tipos são constituídos a partir deste referencial simbólico disponível e que aparentemente nos é estranho. As simulações feitas pelos meninos efetivam um espaço, um local em que as relações e a comunicação são possíveis. Exprime a necessidade de constituir uma identidade, que a autora atribui ao próprio processo de desenvolvimento para a vida adulta.

De maneira semelhante ao que pude aferir, as pessoas em situação de rua estariam assim, se relacionando circunstancialmente a partir da sensibilidade que proporciona o reconhecimento e adequação das situações. Isto pode ser percebido a partir desta apresentação de si, por vezes como o “machão”, o “bandidão perigoso”, o “brigão”, por vezes como o “carente”, “pobre coitado”, “doente” entre outras características circunstanciais que podem ser acionadas.

Para Montes (1994) isto se trata de um momento após a entrada na rua em que uma forma particular de conhecimento começa a se constituir a partir da vida na rua; “No entanto, são laços contraditórios, porque há sempre uma negociação, dependendo de com quem ele está falando: ele está disposto a usar uma das suas identidades na sua relação com uma e outra identidade na sua relação com outro.” (Montes 1994:39).

Ainda para Montes, na constituição da identidade estabelece-se uma relação que permite a manipulação do discurso que é proferido pela própria sociedade, cuja re-apropriação e combinação destes discursos sociais pelos moradores de rua correspondem às expectativas das pessoas com os quais entram em contato e com os quais os moradores de rua se relacionam.

A reflexão particularmente importante para minha sugestão está na afirmação de Gregori sobre o caso dos meninos de rua, estes tipos construídos narrativamente têm uma implicação mais concreta, para a autora, começam a ter efeitos reais, suas experimentações implicam conseqüências mais sérias, tornando os “tipos” algo mais que “tipos”, tornando-se reais (2000:54). A autora entende este acontecimento como um processo paradoxal, na medida em que o jogo de colocar-se - montar este tipo - passa a cumprir em suas narrativas e vidas um espaço de maior importância, o jogo começa a ser tomado como um “jogo-em-si”. Espaço privilegiado de onde podem tirar o sentido e o prazer de suas vidas.

Consequentemente, os outros atores envolvidos passam também a encarar suas ações como tal.

É necessário considerar que Gregori trabalha com uma situação diferente da qual me proponho. O universo da criança e do adolescente tem suas especificidades, se faz necessário, portanto, apontar esta diferença no que diz respeito ao universo adulto. Mas, a situação de estar na rua coloca esta similaridade no que diz respeito a uma constituição de si que passa muito fortemente pela questão das narrativas e de certa emergência na auto-representação. Por vez que, separados dos vínculos de credibilidade e legitimidade sociais mais costumeiros, tais como a ligação com a família, um espaço domiciliar permanente e demais artigos que conferem esta credibilidade, o que resta são suas próprias histórias, narrativas e memórias.

Poder-se-ia afirmar que a questão sobre os tipos pode ser vista por outros pontos de vista. Seja a partir dos papéis sociais e manipulação da identidade, já que são muitas as formas de se explicar os motivos pelos quais os sujeitos assumem - provisoriamente ou não - uma série de condutas entendidas como negativas pelos demais para resolver problemas e viver em situações limítrofes. No entanto, afirmar que todas as pessoas sem distinção entre as que vivem em situação de rua para todas as outras, representam, manipulam e encenam, simplesmente não resolve o problema. Pois existe para as pessoas em situação de rua uma assimetria inicial a partir da falta de artigos de legitimidade que lhes possibilite controle sobre os discursos identitários.

O que foi possível aferir é que o processo de se reconhecer enquanto sujeito, passa por levar as condições apresentadas pelos momentos de ruptura às últimas conseqüências. Os riscos passam a ser assumidos em sua forma mais visceral, o momento é privilegiado em relação ao futuro, o tempo se modifica e se apóia no presente, na forma de conseguir a próxima refeição, o próximo trocado, o lugar seguro para dormir, mais um cigarro, mais uma dose, mais uma conversa. Enfim, dar conta dos diversos aspectos presentes em seus cotidianos.

Existe um paradoxo: o aspecto inconstante e ambíguo do comportamento – a suposta manipulação da identidade - se mistura com uma vivência que demanda uma postura definitiva e contundente, por mais que não seja necessariamente permanente. Um exemplo deste fato é o *cobrar a cena*. Esta ação trata da necessidade de se impor e sempre

estar pronto para confrontar (não necessariamente de forma violenta) a posição do outro e fazer valer a sua. É uma forma de manter o respeito, de adquirir respeito, por fim, de sobreviver na rua sem ser *tirado*, sem ser entendido pelos demais como alguém a quem se pode fazer qualquer coisa sem consequências.

A sua dinâmica é simples. Resumidamente, o fato é que submeter-se na relação com outro estabelece uma marca. A *cena* seria qualquer situação, seja um diálogo, gesto ou qualquer fato que diminua o outro. *Cobrar*, por sua vez, diz respeito a enfrentar e tirar a limpo tal ou qual fato. *Cobrar a cena* diz respeito a averiguar qualquer mal entendido ou ação em que a pessoa se vê prejudicada, passada para trás, humilhada ou diminuída, trata-se de uma obrigação em conferir quaisquer situações que possa vir a ferir o respeito e a honra.

Foi também na marcha para Brasília que presenciei alguns momentos em que esta etiqueta apareceu. O primeiro deles ocorreu quando um rapaz chamou um senhor mais velho de *loki*. A expressão não trata de nenhum xingamento particularmente problemático, no entanto, o senhor se vendo diminuído, imediatamente foi cobrar o rapaz sobre aquilo. Aparentemente, a desvantagem deste senhor era grande e caso ambos chegassem às vias de fato, suas chance de levar a melhor eram pequenas. No entanto, sendo cobrado, o rapaz se desculpou.

Ao longo da marcha, situações em que se cobrava a cena aconteceram algumas vezes. Em outra delas, Diego, um dos rapazes no ônibus para a marcha pegou o boné de Gordinho. Isso desencadeou uma briga que comoveu grande parte das pessoas no ônibus. Depois de passada toda a briga, pude entender que aquele pequeno fato do boné, era só o limite de uma situação de incômodo mútuo que já vinha se arrastando. Quando Gordinho enfrentou Diego iniciou-se uma briga em que ficava claro que só acabaria quando um dos dois não agüentasse mais. Ao invés de separar, as pessoas se comoveram para não deixar ninguém interferir e que “eles resolvessem a *treta*”.

Minha reação com o ocorrido foi de tentar falar com outras pessoas para que aquilo parasse, falei então com Vilmar, cogitando que aquilo era completamente desnecessário, que eles ainda viajariam juntos durante 24 horas para voltar a Curitiba e que eles não deveriam brigar. Vilmar argumentou para que eu não me preocupasse: “A gente é da rua! Deixa eles resolverem a *treta* deles que daqui a pouco está tudo bem”. Depois de perder a

briga, a postura de Diego se transformou rapidamente, ele voltou durante toda a viagem sem falar muito ou ter o mesmo tipo de atitude que teve na viagem de ida a Brasília. Ao mesmo tempo, aquilo não foi comentado em hora nenhuma ao longo da viagem. Parecia existir um acordo subentendido, nenhuma das partes evitou a briga, um deles levou a pior e a situação estava encerrada. A única coisa que parecia poder criar uma comoção maior ainda era que algum deles criasse algum motivo para não brigar, ou se submeter a palavra do outro evitando a briga. Evitar o conflito era a pior coisa que poderia acontecer para um deles. A relação, portanto, não se coloca em termos de hierarquia, independentemente das características da pessoa envolvida na situação, seja ela fraca ou forte, respeitada ou não, deve-se evitar a todo custo submeter-se às investidas de outras pessoas. Caso contrário, coloca-se sob o risco de ser reconhecido por alguém que não enfrenta as situações.

Augusto me contou de uma situação ocorrida quando ele estava dormindo no resgate social da FAS. Ele entrou atrasado no quarto em que dormiria e outra pessoa que dividia o quarto com ele já estava dormindo e com a luz apagada. Ele então pediu licença para acender a luz e arrumar sua cama. No entanto, seu companheiro de quarto ficou furioso, levantou e cuspiu em seu rosto. Segundo suas palavras, “*vai cuspir na minha cara? Ah não né!*”. Este fato desenrolou uma disputa física que envolveu outras pessoas e consequentemente, agente da guarda municipal que faz a segurança do Resgate Social. Augusto teve que ir até a delegacia, porém não ficou preso. No entanto, até mesmo o risco de ser preso deve ser assumido, pois, o contrário disso seria não criar uma confusão num momento em que foi violado. Esta situação desenrolaria fatalmente um desrespeito difícil de ser sustentando enquanto morador de rua.

De forma semelhante ao que é exposto por Gregori (2005), se um grupo de meninos ou meninas de rua comete uma atividade de roubo em conjunto, negar-se a dividir ou obter algum tipo de vantagem fora do combinado, fatalmente, leva a desavenças sérias, com possibilidade de desfechos violentos. Sustentar o vício alheio fornecendo drogas pode ser tanto uma forma de reciprocidade, quanto de desavença, na medida em que caso exista a contrapartida o vínculo se quebra de forma violenta. A relação violenta com a polícia depende não só do próprio comportamento de um grupo local que pode estar ou não cometendo ações que os comprometam, mas também com outros grupos de outras regiões, pois, caso cometam um assalto na região que não lhes pertence, pode atribuir ao grupo que não cometeu à infração a responsabilidade por ela, o que causa a possibilidade de que se

sofram sanções da polícia que convive neste mesmo espaço, havendo espancamentos, torturas físicas e psicológicas.

As regras e condutas, respectivamente oferecidas e exigidas pela rua dinamizam uma forma específica de ocupá-las. A situação de rua informa e forma os sujeitos de maneira muito radical, tornando estas condutas algo mais que uma maneira de explicar determinadas ações. Em resumo, a vida na rua tem suas regras, suas etiquetas. A habilidade de seguir estas regras e cumprir estas etiquetas pode definir o sucesso frente seus desafios ou mesmo a morte frente esta falta de habilidade. Pensando neste universo de tensões com comprometimentos tão radicais, como seria possível que os “tipos” constituídos nas ruas não se tornassem reais? Por vez que eles podem significar a própria diferença entre se manter vivo e sofrer todo tipo de violência?

Afirmações como: “Eu sou *dingo*!”, “Eu sou da rua!”, trazem em si a explicação desta forma definitiva com a qual se assume posições frente às adversidades da rua. Em todas as vezes que fiquei reticente quanto a alguma situação, como a possibilidade de ser abordado pela polícia, ser preso ou na eminência de uma briga, isto era ressaltado como uma forma de explicar que “isto é a rua”. É a necessidade de assumir os riscos até suas últimas conseqüências. Na necessidade de brigar, seja para ganhar ou perder, que assim seja. Se for para ser preso, que assim seja. Dentre todos os prejuízos possíveis na rua, o único que parece ser fundamentalmente prejudicial e que deve ser evitado a todo custo é passar por aquele que *não segura o B.O.*⁴⁴ Seja em uma situação de briga, desentendimentos, denúncia, etc.

A exceção desta lógica se dá em uma postura radicalmente diversa que se trata das abordagens policiais. Este é o único momento em que não existe escolha, há de se submeter.

Em uma tarde de sábado o MNPR promoveu uma formação política para um pequeno número de membros do movimento e apoiadores, este encontro ocorreu desde a manhã até o meio da tarde, e então, finalizada a reunião os participantes do movimento me convidaram para ir até o largo da ordem beber alguma coisa e assistir aos shows gratuitos que estavam acontecendo no centro de Curitiba.

⁴⁴ O B.O. é uma sigla utilizada pela polícia: Boletim de Ocorrência. Segurar o B.O. trata de resolver a ocorrência em que está envolvido, agüentar suas conseqüências sem prejudicar o outro.

Fomos andando pela rua procurando a bebida mais barata disponível e conseguindo os recipientes nas lixeiras das calçadas para servirem como copo. Ao chegarmos ao Largo da Ordem, o espaço estava tomado de pessoas passeando, bebendo, tocando violão, se descontraindo. Sentamos em frente a um dos monumentos desta praça, dividimos a bebida e estávamos conversando sobre as coisas que ocorreram no dia, sobre o Movimento e a situação de rua em geral.

Ao lado de onde estávamos havia um grupo de rapazes, fortes, brancos e bem vestidos fumando maconha. Algo absolutamente normal em grandes eventos e shows, principalmente, no Largo da Ordem. Após acabarem de fumar, saíram de nosso lado. Nós continuamos por ali, conversando e bebendo. Minutos depois, duas viaturas da Guarda Municipal chegaram ao local, saíram de seus carros com as armas na mão pedindo para que todos se levantassem, virassem de costas e pusessem a mão em suas cabeças. A Guarda Municipal chegou acusando o grupo de estar fumando maconha, que eles teriam visto nas câmeras e queriam saber onde estava a droga.

Revistaram a todos, em pleno Largo da Ordem lotado. Com as mãos viradas para trás, segurando a cabeça, os guardas pediram para que entrelaçássemos os dedos das mãos, por onde seguravam cada pessoa na hora da vistoria apertando os dedos por trás da cabeça e desferindo golpes nos testículos de cada um de nós. Não satisfeitos em não ter achado nada, fizeram uma segunda vistoria, pedindo para que cada um tirasse os sapatos e as meias e levantassem as camisas. Reviraram as poucas mochilas de algumas pessoas e derramaram todas as bebidas em nossa frente. Depois de mais de 20 minutos, falaram que poderíamos colocar os sapatos e conferir as bolsas para saber se estava tudo certo, terminaram dizendo que aquilo foi apenas uma abordagem de rotina para a nossa segurança.

Em outra ocasião, alguns minutos antes da reunião semanal do Grupo de Trabalho para Inclusão Social da População de Rua (GTIS – Pop. Rua) no Ministério Público, eu estava acompanhado de Augusto e outro conhecido dele a caminho do local da reunião. Logo depois de nos encontrarmos, dois Policiais Militares nos abordaram: “*Ei Djow, tão fazendo correria de droga né?*” Com nossa resposta negativa, eles se aproximaram, mandaram que encostássemos-nos à parede e começaram a nos revistar. Com a continuidade de suas perguntas, Augusto disse que era morador de rua e que estava a caminho de uma reunião no Ministério Público para discutir políticas públicas para a

população de rua. Os policiais me abordaram com ironia: “*E você também é morador de rua?*”. Respondi que não, dizendo que apoiava a causa deles e que participava na reunião deste mesmo grupo. Quando não havia mais motivo para nos segurar ali na rua por volta das 14 horas da tarde em pleno movimento comercial, eles nos liberaram.

A partir das diversas situações problemáticas que levam a pessoa a morar na rua e das dificuldades encontradas nesta situação para nela sobreviver, verifica-se em contraponto a criação e a experiência de vida a partir de categorias como o *mangueio*, *171*, *histórias tristes*, *cobrar a cena*, *segurar o B.O* e tantas outras que aparecem ao longo deste trabalho. Contrariamente ao reconhecimento das especificidades deste modo de vida e da complexidade destas formas, o que sempre foi notório ao longo de minhas pesquisas foi a presença de afirmações taxativas por parte de pessoas domiciliadas.

A questão sobre a legitimidade das narrativas, ou ainda, “sobre as mentiras que contam os moradores de rua para sobreviver” é um tema freqüente no imaginário sobre o assunto. Diversas vezes fui surpreendido por afirmações de pessoas que defendiam a vontade por parte das pessoas de se manter em situação de rua, ou ainda, sobre o fato de que as pessoas em situação de rua enriquecem com os pedidos de doação, ganham a vida mentindo, que se aproveitam da caridade, enfim, a lista de preconceitos se estende.

De certa maneira, a idéia sobre os “tipos” e a “manipulação” são categorias que parecem refletir parte deste imaginário. Cabe questionar, quais são as categorias que se opõem ao “tipo” ou à “manipulação identitária”? Afinal, falar em “tipos” e ressaltar que em algum momento eles se tornam reais é assumir, mesmo nas entrelinhas, que em algum momento algo irreal está sendo feito. De maneira semelhante, o uso e a manipulação da identidade aparecem com um tom negativo, uma espécie de má intencionalidade ou trapaça implícita. Sugiro, portanto, a existência de uma diferença radical entre a tendência em encarar os hábitos e comportamento como “tipos” e “manipulação identitária”, e, ao contrário disto, entender determinadas categorias, hábitos e comportamentos como produção genuína da própria experiência.

O fato é que as categorias trabalhadas têm um espaço central na vida das pessoas em situação de rua. Elas acionam um modo de relação com os demais em que a própria constituição da pessoa, seus aspectos emocionais, econômicos e morais se inter-relacionam. A tristeza, a alegria, a melancolia e a saudade, se confundem com decepções

amorosas, familiares, problemas econômicos, que são ativados tanto para explicar os motivos pelos quais se chegou à rua – “virar” morador de rua - como também uma maneira de se relacionar e dar sentido à situação que se vive no presente – “ser” morador de rua.

Não se trata de saber se temos elementos para saber se o que é enunciado pode ser atestado como verdade, ao contrário, trata-se de aferir a proposição que estas narrativas acionam, na medida em que elas propõem um “mundo” a ser visto e um modo específico de relacionar-se com ele. Deste modo, a figura de outrem tal como trabalhado por Deleuze e Guattari (1992) parece interessante para pensar esta questão,

Consideremos um campo de experiência tomado como mundo real, não mais com relação a um eu, mas com relação a um simples “há...”. Há, nesse momento, um mundo calmo e repousante. Surge, de repente, um rosto assustado que olha alguma coisa fora do campo. Outrem não aparece aqui como um sujeito, nem como um objeto, o que é muito diferente, como um mundo possível, como a possibilidade de um mundo assustador. Esse mundo possível não é real, ou não o é ainda, e todavia não deixa de existir: é um expressado que só existe em sua expressão, o rosto ou o equivalente de um rosto. (Deleuze & Guattari 1992:28)

Outrem é a existência de um mundo possível, que tem uma realidade própria, no qual aquele que fala precisa simplesmente exprimir algo para torná-lo real. Outrem é a possibilidade de existência de uma forma de expressão e de uma realidade que não pressupõe nada, senão a determinação de um mundo sensível para atestar sua realidade, ela necessita apenas ser esboçada como potência e expressão. A metáfora utilizada pelos autores é a de um rosto que traduz uma linguagem que lhe dá realidade, é a possibilidade de existência de um mundo, de uma diferença. “A China é um mundo possível, mas assume realidade logo que se fale chinês ou que se fale da China num campo de experiência.” (Deleuze & Guattari 1992:29).

O início da vida na rua, por sua vez, torna necessário que estas pessoas assumam novas regras e novos modos de relação, atualizando seus preceitos, moralidade e a própria história para lidar com sua nova realidade. É um domínio do devir, de uma criação do imprevisto em que se luta com as armas que se tem à disposição, na constituição de uma diferença, da transformação, da mudança, da contingência (Haesbaert 2007:240).

Trabalhar com pessoas em situação de rua depende fundamentalmente de levar a sério este modo de relação proposto por eles, é levar a sério uma forma de auto-

representação exposta no momento de pronunciar algo sobre si. A questão sobre a existência de elementos para verificar a veracidade dos fatos do comportamento nas narrativas constitui, portanto, um posicionamento político em última instância. Segundo Bauman (1998),

A noção de verdade pertence à retórica do poder. Ela não tem sentido a não ser no contexto da oposição – adquire personalidade própria somente na situação de desacordo, quando diferentes pessoas se apegam a diferentes opiniões, e quando se torna objeto da disputa de quem está certo e quem está errado – e quando, por determinadas razões, é importante para alguns ou todos os adversários demonstrar ou insinuar que é o outro lado que está errado. Sempre que a veracidade de uma crença é asseverada é porque a aceitação dessa crença é contestada, ou se prevê que seja contestável. A disputa acerca da veracidade ou falsidade de terminadas crenças é sempre simultaneamente o debate acerca do direito de alguns de falar com a autoridade que alguns outros deveriam obedecer; a disputa é acerca do estabelecimento ou reafirmação das relações de superioridade e inferioridade, de dominação e submissão, entre os detentores de crenças. (Bauman 1998:143)

O problema da “verdade” torna-se particularmente controverso na medida em que se enuncia algo sobre um segmento que parte de uma desvantagem enunciativa. O atual contexto das grandes cidades, o aumento do número de pessoas sofrendo vulnerabilidades de toda sorte e a criminalização da pobreza atualiza a discussão sobre o medo nas cidades, o desejo por segurança, a expurgação dos riscos e a constituição de um posicionamento cada vez mais avesso ao reconhecimento deste “outro” em desvantagem. Para Bauman (2009), as velhas “classes perigosas” são representadas historicamente por pessoas fora dos circuitos de reconhecimento social, que deveriam ter alguma funcionalidade dentro do sistema. Passam a ser identificadas como aqueles “não-assimiláveis”, incapacitados que estão para se reintegrar à funcionalidade estabelecida. Tratam-se de pessoas caracterizadas por sua superfluidade, ou seja, são aqueles que estariam excluídos de modo permanente dos circuitos de reconhecimento social – tais como o trabalho, a família ou vínculos tradicionais ligados a um território.

A condição irrevogável desta classe e suas escassas possibilidades de entrar no circuito de funcionalidade tornam estes “excluídos” um novo tipo de classe perigosa. Como no caso da população de rua, um segmento de pessoas que não entram nem mesmo no espaço das tradicionais classes sociais, pois não estariam inseridos em nenhuma categoria social legítima; são aqueles “sujeitos dispensáveis”, que “não contribuem” para a

vida social. Para estas pessoas, entende-se que não há jeito, não serão reeducados, reabilitados, não retornarão à comunidade, estarão perpetuamente às margens, completamente inaptos a fazer parte da sociedade. Portanto, precisam ser mantidos à distância, impedidos de criar problemas, já que estão distantes da lei e das normas que não conseguem respeitar.

Teríamos assim um grupo heterogêneo de pessoas que não estão enquadrados nos pressupostos reconhecidos da dignidade e dos baluartes da cidadania, do cumprimento da lei ou mesmo de uma estética da seguridade. Os centros urbanos estão tomados por pessoas a quem se dirige o medo, são aqueles que acionam receio a uma elite cada vez mais disposta a se defender a todo custo de qualquer risco, manter seu conforto e expurgar o incômodo de ser obrigado a conviver com este refugio.

Esta elite global está no contexto de certo distanciamento da comunidade e das relações mais orgânicas com as pessoas próximas e passam a acreditar cada vez mais nos sistemas de segurança, aumentando cada vez mais as distâncias, assim como a diferença social e econômica. Este seria o fenômeno ao qual o autor se refere como “extraterritorialidade”, onde esta elite descarta espaços que se tornam intransponíveis e têm a função de protegê-los dos perigos e impurezas potencialmente acionadas pelos “outros”. Na prática, podemos observar políticas que fazem a vida dos “outros” ainda mais difíceis, por vezes expulsando sem-tetos, moradores de rua, catadores, ou qualquer pessoa que possa criar constrangimentos e incômodos para a ordem.

Tais relações entre mundos antagônicos, a saber, o de uma elite global e demais refugos da sociedade globalizada, realiza na cidade um grande conflito entre uma pressão globalizante e as identidades locais, que tem como resultado a transformação de identidades. Esta separação entre global e local é simplesmente heurística, já que na realidade, a elite global, nunca estará efetivamente desligada de um espaço físico e tangível, obrigando-os a ter que lidar com seus riscos.

As conseqüências deste processo podem ser percebidas com a separação cada vez mais intensa de grupos que se “fecham em si mesmos”, cada vez mais incapacitados de organizar uma resposta comunitária às supostas ameaças que os assolam. Talvez, não seja por acaso que a questão população em situação de rua, e, particularmente, o

questionamento sobre como resolvê-la é constantemente veiculado como questão nos meios de comunicação.

A construção desta resposta, por sua vez, parte fundamentalmente do reconhecimento das especificidades em jogo, da percepção sobre o fato de que esta realidade, por mais catastrófica que possa ser para as expectativas de reconhecimento na dignidade e na cidadania, caminha em suas margens e nem por isso perde seu componente particular. Entender e pensar esta diferença depende de nossa capacidade de reconhecer estas especificidades, de entendê-las como algo mais que tipos, manipulações ou falseamentos, por fim, de levar um modo de relação a sério e entender seus motivos. Deste reconhecimento depende o sucesso em criar políticas públicas e ações que favoreçam a construção de alternativas de vida, possibilidades de saída das ruas ou no mínimo da aplicação e garantia dos direitos fundamentais e do respeito à cidadania da população em situação de rua.

4. Capítulo III – Do crime à política: uma história da constituição da “questão população em situação de rua” em Curitiba - PR.

4.1. A criminalização e seus reflexos.

Os avanços no que tange à construção de respostas outras que não releguem a população de rua à criminalização e banalidade de sua existência se desenrola desde um tortuoso caminho. Cada vez mais, parece estar constituída uma dinâmica que confronta idéias de gestão com as idéias formuladas a partir da própria experiência cotidiana dos usuários dos equipamentos públicos e daqueles que experimentam os problemas da vida na rua. O processo de organização a partir das instituições de atendimento passa a dar espaço a uma abordagem diferenciada, inaugurada pela mobilização das pessoas em situação de rua ou que tiveram trajetórias de rua, mobilizadas a partir de suas próprias demandas.

A partir do trabalho de Karvat (1996) sobre a mendicidade e a vadiagem na Curitiba de 1890 a 1933, é possível visualizar algumas mudanças no contexto do que foi e do que é ainda hoje a questão população de rua. Em seu trabalho, o autor apresenta diversos dados em que a presença da população de rua traduz uma imagem perturbadora de pessoas absolutamente “fora de lugar” dentro do sistema de idéias vigente, quadro que paulatinamente se modifica.

Dentre as fontes citadas por Karvat como jornais impressos e os relatórios dos chefes de polícia - tanto no Governo do Império quanto na República - sobre a presença de mendigos e vadios, é possível vislumbrar uma série representacional de indivíduos contraventores. Aliados por necessidade ou por uma falta moral daquilo que seria o grande valor e princípio instituinte daquilo que é entendido como relações sociais desejáveis. Estes indivíduos, separados do trabalho e incluídos no código penal estariam imediatamente relacionados à designação de contraventores na medida em que não cumprem com o papel do cidadão. Por sua vez, “[...] o não pertencimento ao grupo dos cidadãos pode denotar o não pertencimento à coletividade e portanto, à própria república. E este não pertencimento, isto é, a exclusão, parece ser o destino dos *indivíduos*, do *homem reles*, desde a formulação da república.” (Karvat 1996:19)

Os ditos indivíduos seriam as pessoas das camadas sociais inferiores, destituídos dos direitos civis e políticos. O sufrágio, por sua vez, seria o grande baluarte da definição do sujeito como incluído dentro da proposta republicana de cooperação social. A mendicância e a indigência como elementos que destituem o indivíduo deste direito é entendida também como um entrave à cooperação social pelo bem comum, ou seja, à própria condição de cidadania (Karvat 1996: 20-21).

Desta forma, se reforçam alguns critérios sob os quais o indivíduo se torna a tal ponto indesejável e signo de fracasso social, individual e principalmente moral. A ponto de sua existência se tornar uma verdadeira afronta. Tanto a mendicância, a vadiagem e a indigência, indistintas mediante os constituintes, o Código Penal e o Catecismo Republicano de Alberto Sales, constituem-se como estados infratores do dever, pela negação do trabalho que todos deveriam cumprir. Sendo assim, tais situações são entendidas como um estado anti-social, plausível de repressão, denúncia e intolerância.

As condenações e processos previstos no Código Penal de 1890 suprimiam os direitos políticos daqueles que fossem condenados pelas condutas de vadiagem e mendicância. Em 1893 o Decreto de 13 de Outubro previa a criação de colônias correcionais para reabilitação ao trabalho para mendigos validos – aptos ao trabalho -, tornando estas práticas objeto de prevenção e reabilitação, mesmo assim estes sujeitos ainda tinham seus direitos políticos banidos. Até a Constituição de 1934 os mendigos continuam não alistáveis e inelegíveis, no entanto, atribui-se a eles o direito de prover a própria subsistência e de sua família através do trabalho, cabendo ao poder público amparar os indigentes (Karvat 1996:23).

A grande mudança proferida pela Constituição de 1934 é que mesmo mantendo os mendigos afastados de direitos políticos. No tocante aos direitos e garantias individuais assegura-se, ainda que com ressalvas, o direito do provimento à família, sendo que, no caso de indigência, o poder público passa a ter o dever de amparar estes sujeitos. Isto acontece devido uma nova leitura sobre a contravenção de vadiagem e mendicância, pois, o que se torna objeto de punição é a ociosidade voluntária e não a falta de emprego. Na circunstância desta falta, cabe ao Estado prover a manutenção da vida do desempregado e de sua família, não podendo nestes casos haver processo pelo crime de vadiagem. Segundo Karvat,

Fica claro que antes de qualquer coisa, vadiagem e mendicância se constituem em estados anti-sociais e dessa forma, em problemas sociais. E, como problema social eram, notoriamente, tratados como casos de polícia. [...] Todavia, podemos apontar apenas que – fruto dessa legislação – o encarceramento de vadios e mendigos continuará a acontecer, mesmo depois desse momento [...]” (Karvat 1996:25)

O que num primeiro momento pode parecer à apresentação de uma longínqua realidade mostra aspectos atuais que provavelmente sejam resquícios da própria criminalização e do tratamento que perdurou por muitos anos acerca da questão população em situação de rua. Este fato é perceptível através da fala de Paulo, que com seus 38 anos de “convivência na rua”, relatou em entrevista que até poucos anos atrás era quase impossível dormir no centro da cidade de Curitiba. A situação de viver na rua era muito mais difícil do que atualmente. Só era possível dormir em lugares ermos, em matagais sob o abrigo de materiais que escondesse a pessoa, caso contrário, facilmente era possível ser surpreendido com pessoas jogando água para despertar o sono.

Segundo Paulo, antigamente a vida na rua era mais difícil por uma série de motivos. Entre os quais, o fato da população de rua não gerar tanto apelo quanto hoje, não havia tantas instituições de auxílio, atendimento e serviço como atualmente, inclusive no que diz respeito às religiões. O número de pessoas organizadas para o trabalho com a população de rua era muito menor do que atualmente. No entanto, em meio às dificuldades de sobreviver na rua, a relação com a polícia parece ser um complicador ainda mais agudo do que atualmente: *“Se a polícia pegasse... morador de rua era bem conhecido! Tava com a cabeça raspada, polícia fazia por sacanagem raspar o meio da cabeça, ou do lado, ou cortar que nem índio na tigela para mostrar que aquele lá era morador de rua. Era taxado! Era marcado. Esse é morador de rua.”*

Para além dos estigmas corporais e as demais dificuldades de morar na rua, segundo Paulo, em consonância com Karvat e para além dele, as perseguições e a criminalização da população de rua era pauta constante até poucos anos atrás:

A polícia pegava o cara a toa... antigamente tinha a lei da vadiagem. Então, se não trabalhasse, não tivesse carteira assinada você era preso. Ia ter que carpir o fundo da delegacia, passar pano na delegacia, limpar tela, pintar tela, pintar as grades,

pintar muro da delegacia, lavar carro da polícia. Você era vadio. Hoje em dia não. Hoje em dia tá melhor que antigamente.

As melhorias citadas por Paulo, dizem respeito a um aumento das formas de auxílio e serviços assistenciais específicos destinados à população de rua: *“Hoje em dia tem a FAS que ajuda, os padres, as freiras, as irmãs... Onde você vai você toma café, antigamente não tinha. Como fazia para comer? Ou você batia carteira ou engraxava sapato.”*

4.2. O Resgate Social da FAS.

O quadro que se apresenta, portanto, revela que a criminalização da população de rua não está distante como se poderia imaginar. Pelo contrário, a novidade é justamente a existência de transformações paulatinas no que diz respeito à forma de tratamento e mesmo de trabalho com esta população.

Tais transformações podem ser observadas a partir do desenvolvimento da rede de atendimento destinada à população de rua na cidade de Curitiba⁴⁵. Segundo informações que constam no sitio on-line da FAS - Fundação de Ação Social de Curitiba, esta instituição tem como missão “coordenar e implementar a política de assistência social no município, para a proteção social de famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social.” Sua função e competência são criadas a partir da Lei Ordinária N° 7671/1991 que transforma a instituição anteriormente chamada FREI – Fundação de Recuperação do Indigente. Instituída pela Lei Ordinária N° 2585/65. Cabe ressaltar ainda que independente das mudanças de nomenclatura e mesmo de atribuição das instituições responsáveis pela política de assistência social, o município vem atuando de acordo com as orientações estabelecidas na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social desde 1993. A partir do ano de 2004 a FAS passa a atuar de acordo com as diretrizes da PNAS - Política Nacional de Assistência Social⁴⁶.

⁴⁵ Sobre este aspecto, tratarei da FAS e da Casa João Dorvalino Borba

⁴⁶ FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. Histórico da Fundação de Ação Social. Disponível em <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=71>> [acessado em 16/08/2011]

Para dar passos rumo a compreensão do desenvolvimento da questão população de rua em Curitiba e sobre o importante papel ocupado pela FAS neste percurso, entrevistei Neli, assistente social dedicada ao trabalho com a população de rua em Curitiba há mais de 18 anos.

A trajetória de Neli no trabalho com a população de rua começa aproximadamente entre os anos de 1987 e 1988 quando trabalhava na unidade de recuperação de alcoolistas do Hospital Adauto Botelho. É a partir de 1993 que começa a trabalhar na prefeitura de Curitiba, justamente no processo de transição em que a instituição chamada FREI se transforma na FAS.

Uma vez na FAS, o primeiro lugar que Neli trabalha é na Fazenda Solidariedade. A fazenda administrada pela FAS se localizava em Campo Magro e tinha capacidade para atender de 350 a 400 pessoas. Parte delas era abordada na rua – principalmente no período de inverno – por educadores sociais. Passavam por uma triagem e eram encaminhados para a fazenda, onde permaneceriam entre 1 ano e 1 ano e 2 meses. Segundo Neli, existiam muitos itinerantes e *trecheiros*. A Fazenda representava para a população de rua uma possibilidade de se preservar durante os meses do inverno, seja fazendo o tratamento proposto ou não.

O aspecto opcional do tratamento funcionava de tal maneira que aqueles que optassem por fazê-lo teriam a vaga disponibilizada, enquanto para os demais existia um plano diferenciado chamado “plano inverno”, para que as pessoas pudessem sair normalmente depois do período que passavam maior necessidade de acolhimento. Neste espaço de 32 alqueires de terra existiam diversas atividades tais como panificação, serviço de manutenção, tecelagem, trabalho com papel reciclável e um laboratório de plantas medicinais mantido pela própria fazenda.

Para Neli a Fazenda Solidariedade era o que existia de mais concreto para o atendimento da população de rua naquele momento, juntamente com o atual Resgate Social da FAS, que naquela época se chamava FAS-SOS. Ela trabalhou na fazenda até o ano de 2002 quando foi transferida para o Resgate Social da FAS e começa a trabalhar com o atendimento diário à população de rua. Assim, um novo quadro de situações aparece além do trabalho com aqueles que eram encaminhados para a Fazenda. Trata-se daqueles que ocupam os espaços públicos do centro da cidade, a situação particular das mulheres em

situação de rua - público novo em sua experiência até então -, e ainda, os jovens e *crônicos* mais resistentes aos tratamentos e encaminhamentos.

O Resgate Social da FAS, por sua vez, é um espaço de albergamento com capacidade para 280 pessoas. Atualmente as mulheres estão separadas dos homens e são encaminhadas para pernoitar no Albergue São João Batista, assim como a população migrante do interior do Estado. A FAS mantém convênios de colaboração com comunidades terapêuticas para reabilitação do uso de substâncias químicas, também com espaços destinados ao cuidado de idosos, comunidades que atendem população de rua com transtorno mental e ainda espaços para mulheres vítimas de violência.⁴⁷

Nas dependências do Resgate Social existe um trabalho de Serviço Social 24 horas e uma unidade de saúde básica, ambos para o atendimento específico à população de rua. Além do atendimento no espaço do Resgate Social, existe também o serviço de abordagem de rua que atende solicitações feitas através do número telefônico 156, assim como a busca ativa nas ruas para o fim de promover o atendimento às pessoas em situação de rua.

O albergue oferece 4 alimentações diárias, assim como espaço para higienização dos usuários e a possibilidade de resgate da documentação pessoal caso exista o interesse, assim como uma assessoria jurídica que auxilia nas dificuldades e dúvidas das pessoas sobre o atual estado em que se encontra os tramites documentais e demais orientações legais. Em suma, o Resgate Social da FAS é o espaço que concentra a maior parte de serviços para a população de rua.

Ao longo de uma grande experiência no trabalho com a população de rua, Neli percebe mudanças drásticas no que diz respeito ao perfil desta população. Quando ela começa a trabalhar com este público, ainda na fazenda, o número de pessoas atendidas por mês naquele espaço era aproximadamente 400. Segundo sua experiência, este era todo o contingente populacional que se tinha conhecimento entre os anos de 1993 e 1994. Em grande parte, estas pessoas eram alcoolistas com mais de 30 anos de idade. Hoje em dia, a população é muito jovem e em sua maioria é usuária de Crack, havendo inclusive uma maior presença de mulheres em situação de rua, sendo que, anteriormente este número era menor e sua maioria era de mulheres com transtorno mental. As mudanças agudas percebidas por Neli tratam de uma maior presença feminina e de um crescimento no

⁴⁷ O quadro com todos os espaços de atendimento está nos Anexos

número de jovens em situação de rua, assim como as substâncias psicoativas predominantes, com uma maior presença do Crack.

Estas mudanças ocorrem dentro de um espaço temporal muito curto. Segundo Neli, do ano de 2002 até por volta de 2007 e 2008, a FAS conseguia fazer o atendimento da demanda, cumprindo de 60 a 100 atendimentos diários. Seria a partir de 2009 que aumenta significativamente o número de pessoas em situação de rua e consequentemente a procura pela FAS. A partir destas mudanças, constituem-se novos desafios. Segundo Neli,

Acho que a maior urgência da FAS nesse momento é vincular mais vagas à albergagem. Porque hoje ainda ficam muitas pessoas na rua, que não tem um espaço para pernoitar. Porque mesmo esse morador de rua que é cuidador de carro, ou que exerce alguma atividade informal durante o dia, a gente sabe que todo esse dinheiro ele destina ao uso de substância. E ele acaba dependendo da vaga do albergue pra dormir. E o albergue hoje não tem condição de atender todo mundo. Fica muita gente sem teto à noite mesmo. Então acho que o maior objetivo da FAS nesse momento na verdade é conseguir vaga para albergagem.

Neli entende que ainda existem muitos pontos sobre os quais avançarem. Com o aparecimento do MNPR torna-se mais explícito para a população de rua que seus direitos existem e que é necessário lutar por eles. Ao mesmo tempo, os desafios são grandes, visto que é necessário também que o usuário do Resgate esteja consciente de seus deveres e das regras de convivência no espaço. Talvez, como fica claro em várias passagens deste trabalho, o Resgate Social da FAS aparece como um grande problema para as pessoas em situação de rua. Acredito que isso se deve ao fato do trabalho de campo ter sido concentrado na experiência das pessoas em situação de rua e não das instituições, gestores e educadores. No entanto, entre as acusações da população de rua sobre o serviço destinado a eles e a falta de dados mais aprofundados sobre os espaços de atendimento, cabe a citação de uma longa passagem da entrevista com Neli em que ela explica um pouco das controvérsias entre funcionários e usuários do Resgate Social,

Na verdade assim, nós temos problemas sim. A maior dificuldade e os maiores problemas que ocorrem aqui na FAS ocorrem no período da noite. É justamente quando a concentração de pessoas é maior e grande parte deles está alcoolizada

ou sob efeito de outras substâncias. Grande parte dos problemas ocorrem nesse horário mesmo. Eu vejo assim, é uma população difícil no trato? É. Se fosse fácil eles não estariam nessa condição. Provavelmente eles já vem de longa data com problemas, e com dificuldade de estar lidando com esses problemas. Eles tem muita dificuldade de aceitar limites, de trabalhar em cima de critérios, eles não aderem a isso. Eles estão o tempo todo tentando quebrar esses limites e esses critérios que a gente coloca. Eles tem dificuldades de assumir responsabilidades. Eu entendo que é em função da dependência. Porque no período da manhã, quando eles saem, geralmente eles já saem mais tranquilos. Então já passou o efeito da substância. Nós temos também, claro, funcionários que tem dificuldade em lidar com esse usuário nesse momento. Então grande parte do confronto ocorre nesse momento. E muitas vezes ele poderia ser evitado sim. Se o funcionário tivesse um pouquinho mais de tolerância no atendimento. Às vezes falta um entendimento da situação, eu vejo que falta às vezes mais informação pra esse funcionário. Ele deveria ser melhor capacitado para atender essa população. Eu acho que todo funcionário que vai trabalhar com morador de rua ele deveria no mínimo ter noções sobre dependência química, sobre todo esse processo da dependência. Pra poder entender melhor o usuário naquele momento e poder ajudar. Às vezes a gente acaba perdendo o momento de estar ajudando ele pelo fato de não entender o movimento que ele faz. Muitas vezes ele está pedindo ajuda e a gente não entende. Então falta um pouco de sensibilidade também dos funcionários de estar trabalhando com essa população. É uma série de questões que envolve isso. Tem problemas, nós temos inúmeros problemas. E muitas vezes o usuário tem razão, porque quando ele não é bem atendido, quando ele não é bem recebido, quando é negado atendimento a ele. Não dá pra dizer que isso não acontece, isso acontece. Ele tem razão nesse momento. E muitas vezes ele não é compreendido, e muitas vezes não entende de que é por falta de conhecimento de quem está entendendo ele. Então se tivesse essa capacitação para o funcionário eu acredito que uma série de dificuldades no atendimento do usuário seria tratado de uma forma diferente, mais humana. Eu percebo esse atendimento às vezes grosseiro, ele acontece de fato. O usuário é grosseiro, o funcionário também é grosseiro no atendimento. E acontecem essas reclamações. Então, é claro que ele já deixou a estrutura da casa dele porque ele já tinha essa dificuldade de relacionamento. Ele vai continuar com

essa dificuldade de relacionamento e aí ele encontra um serviço onde tem profissionais nem sempre capacitados pra atender ele, que acabam fazendo exatamente o que a família fazia. Acabam recebendo ele da mesma forma. E daí ele vai continuar a ter os mesmos problemas que ele tinha na casa, ele terá aqui. Ele tem isso aqui realmente como uma referência de casa, e aqui que ele vai ter os problemas dele. Principalmente quando ele vai de encontro com um funcionário que não tá capacitado pra atender ele naquele momento.

Dentre as ações recentes para realizar avanços da política pública no município é importante ressaltar a Rede Solidária. Esta iniciativa trata da criação de um espaço de discussão e construção proposto pela FAS para reunir diversas Secretarias Municipais, como a de Saúde, do Abastecimento, Esporte e Lazer, do Trabalho, a COHAB e diversos representantes da sociedade civil para elaborar soluções e trabalhos destinados à população de rua. Alguns exemplos de iniciativas neste sentido podem ser citados, tais como a política adotada pela Secretaria de Abastecimento para atender a população em situação de rua, proporcionando um benefício de 50 reais mensais destinados a compras no Armazém da Família. E ainda, a atuação da Secretaria de Esporte e Lazer que firmou um convênio no qual um profissional de educação física realiza atividades quinzenais no resgate social e também na Casa João Dorvalino Borba.

4.3. O Centro de Convivência João Dorvalino Borba, as ONGs e a Articulação

O Centro de Convivência João Dorvalino Borba – também conhecido por Casa João Dorvalino -, por sua vez, é outro espaço importante na constituição do que se tornou a questão população em situação de rua em Curitiba. É um espaço de atendimento a população adulta em situação de rua que funciona durante o dia - até parte da noite - mas não é um espaço para pernoite. O Centro oferece atividades socioeducativas e de escolarização. Também é possível obter serviços de encaminhamento tais como a busca por documentos pessoais, inclusão no mercado de trabalho, encaminhamento para cursos

profissionalizantes (Liceus de Ofícios) além da inscrição para benefícios socioassistenciais como o Bolsa Família, subsídio alimentação e Benefício de Prestação Continuada – BPC. No mesmo espaço também é servida alimentação para os frequentadores e durante a noite é oferecido o jantar em uma parceria com entidades sociais voluntárias. O encaminhamento para este espaço é feito pela Central de Resgate Social e pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, ou ainda, a pessoa que pretende utilizar o serviço pode frequentá-lo por iniciativa própria⁴⁸.

Num primeiro momento é confuso entender qual é a natureza desta instituição. Diversas vezes ao longo do trabalho de campo, fui surpreendido pela forma com a qual algumas pessoas se referiam a este espaço como “FAS” ou “Projeto”, não ficando claro se esta instituição é uma iniciativa das ONGs ou se é parte da FAS. O fato é que existe uma relação direta entre FAS e a Casa João Dorvalino. Ao mesmo tempo a história de sua constituição tem relação direta com a rede de entidades que realizam trabalho socioassistencial no município de Curitiba.

Para uma melhor compreensão da trajetória de construção da Casa João Dorvalino, conversei com Ubiratan da Silva, conhecido como “Bira”, que junto com sua esposa Clarice são coordenadores do Projeto Sopa Solidária e oferecem sopa todas as noites de terça-feira no Centro de Convivência. O início de suas trajetórias no trabalho voluntário com a população de rua, somadas a de outros grupos que realizam trabalhos semelhantes, culmina no próprio nascimento da Casa João Dorvalino.

Há oito anos Bira conhece Ariovaldo, conhecido por “Ari”, um senhor deficiente físico que entregava sopa na Praça Tiradentes com o Projeto Sopa Solidária. Segundo Bira, Ari o incentivou a conhecer o Projeto e desde o primeiro contato, Bira se emocionou com a atividade: *“Eu não fazia idéia do que era, a gente vê morador de rua, mas você não imagina como é chegar num lugar e ver 100 moradores de rua numa fila esperando para se alimentar.”*

Depois de um ano que Bira e Clarice estavam como voluntários, Ari resolve mudar de área de atuação e convida o casal para coordenar o Projeto. Prontamente eles aceitam e

⁴⁸ FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. Centro POP – João Dorvalino Borba. Disponível em <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/nucleoRegional.aspx?id=135>> [acessado em 16/08/2011]

continuam com o mesmo sistema de trabalho, entregando sopa para a população em situação de rua na Praça Tiradentes entre o período de 2003 a 2004.

A fala de Bira ressalta duas dificuldades maiores que existiam para o trabalho ao qual se propunham fazer. Os problemas citados se relacionam diretamente com as próprias especificidades da vida na rua e as grandes dificuldades de se resolver as questões que a envolvem. Na época da distribuição de sopa na praça era comum que a quantidade de sopa servida não cumprisse com toda a demanda de pessoas que buscavam alimentação o atendimento.

Por estarem em um local aberto, as pessoas iam chegando e os 80 litros de sopa não eram suficientes. Além disso, era muito comum que as pessoas que os procuravam na Praça solicitassem outro tipo de ajuda além da sopa. No entanto, não existia naquele momento nenhum mecanismo concreto para se efetuar algum encaminhamento de auxílio. Segundo Bira, *“O que nos incomodava naquele tempo era ficarmos na rua. Sempre pensávamos em ter um lugar para ficarmos mais tempo com eles sem ter que olhar para o relógio. Porque a Kombi não pode ficar em cima da calçada, o centro da cidade não pode ter isso.”*

É no ano de 2005 que o Projeto Sopa Solidária é convidado a participar de uma reunião com a Prefeitura Municipal de Curitiba. Nesta reunião estiveram presentes outras organizações sociais que trabalhavam com a população em situação de rua, assim como comerciantes da região da Praça Tiradentes. A proposta do encontro era criar um espaço em que as organizações pudessem ter um atendimento melhor, mais adequado e protegido das intempéries. A primeira reação de Bira e de boa parte das organizações era de negar este espaço, em suas palavras: *“Não posso trabalhar com população de rua num espaço fechado, tenho que trabalhar onde é o ambiente deles”*. Na mesma reunião, Bira se convenceu de que esta atividade precisava ser modificada:

Eu lembro que me apresentei, falei do projeto e do que nós fazíamos e cada um foi se apresentando. Chegou uma hora que um comerciante, um português dono de uma padaria ali na Tiradentes, olhou pra mim e falou: “Rapaz, o trabalho que vocês estão fazendo está destruindo o meu.” E aquilo me impactou, aliás, chamou atenção de todo mundo. E eu falei pra ele, “Mas senhor, não estou entendendo. Nós procuramos fazer uma ação de solidariedade, de ajuda aos excluídos”. O

comerciante respondeu: “A ação de vocês é bonita, mas a consequência é catastrófica”. E eu pedi para ele me explicar o porquê. E ele me convenceu. Ele disse assim: “Vocês vem, entregam a sopa, dizem ‘Deus abençoe’ pra eles e vocês vão embora. Só que eles continuam lá. Tem uns que tomam a sopa, mas tem uns que ficam lá fazendo algazarra. Ficam em frente ao meu estabelecimento comercial, jogam a sopa, fazem suas necessidades.” [...] “E eles ficam ali incomodando, fazendo aglomeração, minha freguesia quer entrar na padaria e não pode. E outra, os potes eles jogam tudo ali na frente.” Aquilo ali me incomodou, não é isso que a gente quer. Eu lembro que falei pra Clarice, “eu não vou mais entregar sopa na rua”.

Até o momento desta reunião, o que havia na cidade era uma série de entidades que trabalhavam em separado, cada uma a sua maneira, realizando trabalhos pontuais com a população de rua, principalmente com a entrega de comidas, roupas e cobertores. A Praça Tiradentes era um dos espaços que concentrava maior número de organizações no centro da cidade, cada uma delas oferecia alimentação em um dia diferente ao longo da semana. Na mesma época em que estas entidades distribuíam sopa, outros grupos realizavam atividades semelhantes em outros lugares, tais como a Praça do Homem Nu e a Rua Riachuelo, além de outras ações durante a madrugada em diversos outros pontos do centro da cidade.

A reunião chamada pela prefeitura marca o início da construção do Centro de Convivência João Dorvalino Borba. Diversas entidades são chamadas para esta organização e se convencem de que a idéia poderia gerar bons resultados. Como foi exposto por Bira, *“Ninguém acreditava que isso iria dar certo, você imagina? Crente com espírita, católico.”* Mas o que surpreendeu a todos foi certo tipo de encantamento recíproco que cada grupo teve ao ser informado sobre o trabalho do outro. O peso que as denominações religiosas de cada grupo poderia ter sob a possibilidade do trabalho não atingiu negativamente a proposta, ao contrário, o que ocorreu foi um entendimento mútuo de que o projeto todo era para a população em situação de rua, como nas palavras de Bira, *“Eu encontrei pessoas que tem os mesmos sonhos, independente do crédulo, da profissão de fé”.* Em sua análise, isto foi fundamental para que o projeto desse certo.

Desta maneira, a Casa João Dorvalino Borba acaba por ser construída a partir do trabalho de muitas mãos e do esforço coletivo, no ano de 2005. O nome do Centro de Convivência é fruto de uma homenagem ao Sr. João Dorvalino Borba, uma grande referência no trabalho com a população em situação de rua em Curitiba. Por mais de 20 anos ele fez o trabalho de distribuir sopa para as pessoas na Praça Tiradentes. Em relato, Bira afirma que

Eu tive a oportunidade de uma vez na terça-feira ele ir lá [na distribuição da sopa]. E o que me chamava atenção era que ali na frente da catedral tinha um banco de praça e a gente entregando a sopa, ele chegou e sentou. Quando ele sentou, todo mundo aglomerou em cima dele. Ele era muito carismático. As pessoas gostavam de ouvir ele. Ele era cristão, mas tinha uma fala diferente. O Ariovaldo e o João foram muito inspiradores pra mim. E ele tinha uma fala muito legal, era sempre um bom conselheiro. Ele era aquele cara que dizia assim: “Escuta, tá na hora de você parar com esse negócio de cachaça. Teu cabelo já tá branco, você tá careca. Tu não acha que já tá na hora de parar?” “Pois é seu João, eu to tentando, mas não consigo largar e quero me esforçar.” A idéia de dar o nome da casa para homenagear a memória dele, não foi só pelo bem que ele fazia, porque ele dava a sopa. É que ele realmente fazia diferença através do trabalho dele. Não foi mais um. João Dorvalino não era mais um. Ele era um cara diferente.

O próprio Projeto Sopa Solidária se inicia quando João Dorvalino Borba convida o Ari para começar o projeto em sua igreja, pois naquele momento não havia nenhuma instituição oferecendo sopa nas noites de terça-feira. O Ari organiza e coordena o projeto de 2001 a 2004, quando então, Bira e Clarice assumem. Segundo Bira, a existência de um espaço como o Centro de Convivência, com maior dinâmica e possibilidade de trabalho com o segmento, sempre foi um sonho de João Dorvalino Borba, que veio a falecer no mesmo ano em que o projeto do Centro começa a se concretizar. A partir das diversas entidades que distribuía sopa, a gestão pública e o Ministério Público que participaram do acompanhamento e elaboração, o projeto começa a funcionar no lugar da antiga Casa do Pequeno Jornaleiro, na Rua Saldanha Marinho.

O grande diferencial da Casa João Dorvalino foi não ter sido construído exclusivamente pela gestão pública. Ela foi construída pelas entidades organizadas coletivamente e em conjunto com a gestão pública. Como na fala de Bira,

O papel de execução é do equipamento público, não é nosso. O Município não precisava nem ter chamado a gente pra criar a casa, mas chamaram. Isso é uma coisa que a gente não pode deixar de reconhecer. Mas, eles não acreditavam que esta chamada poderia gerar o que gerou.

Um importante fato gerado pela construção da Casa João Dorvalino foi a aproximação entre uma série de grupos e pessoas que realizavam trabalhos com a população de rua, tais como Arly Brasil, o Padre Ilson, ligado à Pastoral do Povo da Rua, o Egberto da Federação Espírita do Paraná, a Rosely Rodaski, entre outras pessoas. Mas, o início dos trabalhos na Casa não respondeu a uma série de outras angústias no que diz respeito ao atendimento da população de rua. O sentimento apontado por Bira era de que após a efetivação do espaço sobrava uma grande pergunta: “*E agora?*”

Esta questão resvalava sobre as possibilidades de se ampliar e melhorar um atendimento diferenciado que não se resumisse à entrega da alimentação. Trata-se de como seria possível ter um grupo integrado o suficiente para construir respostas concretas no processo de construção de saída das ruas por parte dos sujeitos que assim desejassem. Aos poucos, a participação na Casa João Dorvalino motiva as entidades e indivíduos a participarem de outras ações relacionadas à população em situação de rua.

A Casa João Dorvalino acaba por se tornar um grande divisor de águas no tocante ao trabalho socioassistencial destinado à população de rua. Pois, além do trabalho desenvolvido por cada entidade, passa a existir também uma rede de pessoas articuladas em torno da questão população de rua. Afirmaria ainda, que este divisor marca a passagem de um trabalho puramente assistencial para uma ampliação das preocupações que resulta no início de um trabalho de formação, capacitação, trocas de experiências e mobilizações.

Ao longo do trabalho de campo tive a oportunidade de participar de uma série de eventos e reuniões propostas por esta rede, tais como seminários, encontros e reuniões para articulação. Ao questionar Bira sobre este início ele afirmou que, “*Isso é uma coisa nova e*

um desafio. A verdade é que nós nem sabíamos o porquê estávamos fazendo isso. Tudo começou por conta da João Dorvalino e do grupo que se reuniu pra pensar junto o projeto. Mas tinha a ansiedade do ‘E agora?’ Estes encontros são fruto desse questionamento.” Toda a preocupação passava pela análise de que “*Precisamos entender, nos capacitar, buscar informações técnicas, científicas, ouvir a academia, ouvir pessoas ligadas a esta área, nós precisamos nos capacitar.*”

Para auxiliar na resolução destas expectativas foi organizado uma série de eventos. A partir de alguns encontros percebe-se a necessidade de trabalhar temáticas pontuais no que tange a população de rua. E assim é realizado no ano de 2007 na PUC – Pontifícia Universidade Católica, o Primeiro Seminário sobre População de Rua, que tinha por objetivo discutir os motivos pelos quais as pessoas passam a estar – e se manter – nesta situação. No ano de 2009 é realizado o II Seminário Sobre População de Rua – Reflexão e Ação, na Paróquia de Orleans. Por último, em 2011 é realizado no largo da ordem, no espaço da Cúria Diocesana, o III Seminário com o tema “Reinserção Social”. O grupo que trabalhou em conjunto para a realização destes eventos e que organizam reuniões de organização e propostas fica conhecido como Articulação. Fazem parte a Pastoral do Povo de Rua, a ASP – Ação Social do Paraná, a Casa do Peregrino e a ABASC – Associação Batista de Ação Social de Curitiba.

Além dos objetivos particulares de cada um destes eventos, resalto que eles foram particularmente importantes para criar visibilidade em dois níveis: 1) Divulgação da questão população de rua para o público geral que não tem nenhum tipo de trabalho com o segmento. 2) Divulgação e estabelecimento de uma rede de contatos entre pessoas que trabalham com a questão. A partir destes encontros, pessoas que não conheciam umas as outras passam a ter notícia de uma maior diversidade de ações e perspectivas de trabalho. A divulgação destes eventos atrai técnicos e gestores de outros municípios do Paraná que participam destes momentos, e em geral, diversos grupos e indivíduos da cidade também tiveram a oportunidade de se conhecer e trocar experiências.

Mesmo que indiretamente, a realização destes eventos e a articulação da rede de entidades influem no processo de adensamento das preocupações em torno da discussão e criação de políticas públicas para a população em situação de rua em Curitiba. Como salientado por Bira, as políticas públicas para a população de rua ainda são uma novidade. Até pouco tempo atrás esta discussão simplesmente não existia em Curitiba.

A sociedade civil não sabe disso [das políticas públicas]. O avanço foi a política pública e o desafio é a capacitação para entender a política pública [...] Se você perguntar para a maioria das organizações sociais, elas vão dizer que desconhecem [as políticas para a população de rua]”⁴⁹.

É no bojo destes avanços, participações, mudanças, discussões e eventos que o Movimento da População de Rua começa a ganhar força e pautar especificamente uma discussão sobre políticas públicas.

4.4. O MNPR em Curitiba.

A presença e atuação do MNPR em Curitiba, PR se relacionam diretamente com o histórico da organização em nível nacional. Nos últimos anos, o Estado do Paraná passa a se destacar nacionalmente na medida em que solidifica suas bandeiras de reivindicação e avança nos debates. Mas antes de adentrar a breve história de atuação do Movimento em Curitiba é necessário apresentar alguns antecedentes fundamentais para compreensão desta trajetória⁵⁰.

A partir do trabalho de Costa (2007)⁵¹ é possível saber que os antecedentes que forjam as causas eleitas pelo movimento, assim como as próprias organizações e indivíduos que iniciam esta história mostra seus primeiros contornos na década de 50, na cidade de São Paulo. No entanto, é apenas no final da década de 90 que estas iniciativas passam a ganhar força e se configura uma atividade mais intensa, com mobilizações no que diz respeito a ausência de políticas públicas para o segmento, pautadas fundamentalmente por organizações sociais de cunho religioso. As bases deste início tem como principal lócus a oposição frente as sucessivas violências enfrentadas pela população de rua, o preconceito, ausência de políticas públicas para o atendimento, assim como a ausência de perspectivas de saída da situação de rua, visto que, o que se tornava cada vez mais aparente era o aumento exponencial do número de pessoas em situação de rua.

⁴⁹ Colchetes do autor.

⁵⁰ As informações utilizadas para sintetizar esta história são de autoria do próprio MNPR, podem ser encontradas em seu sítio virtual e ainda estão em processo de elaboração.

FALA RUA. Disponível em <<http://www.falarua.org>> [acessado em 16/08/2011]

⁵¹ Para maiores informações sobre os antecedentes da organização do MNPR e do trabalho com a população em situação de rua no Brasil, particularmente, na cidade de São Paulo, ver: (Costa 2007)

No final da década de 90, inicia-se um processo de aproximação da população de rua com os catadores de materiais recicláveis organizados em torno de cooperativas de trabalho que começam a ser constituídas e desenvolvidas nas grandes cidades. No ano de 2001 é realizada uma Marcha para Brasília que reúne a população de rua e os catadores, favorecendo também o estreitamento dos vínculos entre estes segmentos.

No ano de 2004, em São Paulo, ocorre o caso que ficou conhecido como “Massacre da Praça da Sé”, no qual sete pessoas em situação de rua foram assassinadas, havendo ocorrências similares em outras cidades do país. Este fato é o estopim que marca a necessidade de organizar um movimento de bases mais sólidas e com atuação em nível nacional para a defesa dos direitos da população de rua.

Na oportunidade de um encontro dos catadores de matérias recicláveis, a população de rua e seus apoiadores se organizam para participar do 4º Festival Lixo e Cidadania em 2005, na cidade de Belo Horizonte - MG. Com a presença de representantes da população em situação de rua de diversas cidades realiza-se um encontro dentro do Festival para lançar publicamente o MNPR.

No mesmo ano o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS realiza em Brasília o I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua que contou com a presença de diversos representantes, de diversas esferas do governo, organizações da sociedade civil e a população de rua. Em 25 de outubro de 2006 o presidente Luiz Inácio da Silva cria o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI com a finalidade de construir propostas de políticas públicas para a população de rua. No GTI participariam representantes de diversos ministérios além do MDS, tais como o Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, do Trabalho e Emprego, da Cultura e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, assim como representantes da sociedade civil.

A partir da criação do GTI, inicia-se também um debate mais consistente do documento sobre a “Política Nacional para a População em Situação de Rua” do MDS. Considerando a necessidade de uma participação ativa do segmento, no qual fossem protagonistas no trabalho de constituição de uma lei federal para que cada Ministério envolvido no debate tivesse previsto financiamento para atender a população de rua. Com o II Encontro Nacional de população em Situação de Rua no ano de 2009, consolida-se a proposta da Política Nacional com a assinatura do decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de

2009, pelo Presidente da República, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da política.

A presença de Curitiba no processo de composição e organização do movimento acontece depois de uma parte destes fatos e se acentua no decorrer de algumas destas iniciativas, quase se confundindo com a história pessoal de Leonildo, representante do Paraná e atual coordenador nacional do MNPR. Sua trajetória de rua, citada anteriormente, lhe coloca num fluxo entre as cidades de São Paulo e Curitiba.

Segundo Leonildo, o que existia para a população de rua no ano de 2005 em Curitiba, era o assistencialismo. O que existia de concreto era o albergue (Resgate Social da FAS), em suas palavras, *“um albergue somente para mais de 2 mil pessoas em situação de rua”* sendo que não havia vagas para todas as pessoas. No entanto, no final do ano de 2006, Leonildo retorna a São Paulo: *“Saí daqui porque estava quase pegando uma tuberculose. Estava em situação de rua e desisti, resolvi ir embora.”* Neste período ele conhece o movimento em São Paulo, se interessa e se aproxima. Pouco tempo depois recebe o convite de pessoas ligadas ao Movimento para que ele voltasse a Curitiba e começasse o processo de organização da população de rua na cidade. Depois de titubear com relação às dúvidas sobre esta possibilidade, Leonildo resolve voltar a Curitiba:

Naquela época o povo falava: ‘ah, mas movimento da população de rua?’, a própria população de rua tinha esta resistência. As ONGs e as entidades também: ‘A gente já traz uma alimentação pra vocês’. Mas eu perguntava pra eles: ‘Até quando eles queriam me ver ali, trazer comida pra mim? Se eles não pensavam em estar cobrando da prefeitura um acesso a saúde, ao emprego, trabalho, moradia’. Foi difícil no começo

Aos poucos, a presença do Movimento começa a ganhar alguma notoriedade e reconhecimento por parte das pessoas que trabalhavam com a população em situação de rua. Segundo Leonildo, uma das conquistas importantes neste processo ocorreu em 2008 quando Curitiba foi incluída no censo realizado pelo MDS para levantar o número e as características da população de rua de diversas cidades brasileiras. Até este período, a atuação do movimento ainda era modesta, como nas palavras de Leonildo:

A gente sempre trazia o jornal 'O Trecheiro'⁵², algumas coisas, mas o que aconteceu mesmo para levantar o movimento foi agora, no começo de 2010. O toque inicial foi junho de 2009 quando a gente fez uma audiência pública na fundação escola do Ministério Público, onde tivemos vários participantes de entidades, a população de rua, e, a imprensa veio em cima. Em Setembro tivemos o fórum região-sul aqui no Shopping Capital, o Anderson da Coordenação Nacional do Movimento veio participar. E mais a partir de janeiro de 2010, quando a gente fechou essa parceria com o Ministério Público de estar fazendo os fóruns e as reuniões no Centro de Apoio⁵³.

Este apoio ao qual Leonildo faz referência se consolida com a criação do Grupo de Trabalho para Inclusão Social da População em Situação de Rua, que agrupou uma série de apoiadores da causa do movimento e auxiliou em sua organização a partir de 2010.

4.5. O Grupo de Trabalho para Inclusão Social da População em Situação de Rua – GTIS / Pop Rua.

No ano de 2007 foi encaminhada ao Ministério Público uma denúncia coletiva de maus tratos e irregularidades no atendimento do Resgate Social da FAS. Este processo desencadeou um plano de trabalho para realizar um diagnóstico do fluxo de atendimento realizado por esta instituição, assim como propostas de alteração para discussão com o setor. A partir desta denúncia, particularmente enfocada sob a política de assistência social, inicia-se uma preocupação ampliada com as políticas destinadas a este público. Este possível começo é ressaltado por Sandra Mancino, assistente social do Ministério Público, como sua primeira lembrança da relação do Movimento com o Ministério Público no Paraná.

A partir de 2008 o trabalho do Ministério Público ainda muito focado em uma abordagem dos processos e denúncias, começa a se transformar, havendo uma relação mais presente, mesmo que tímida, visto que o Movimento também não estava de fato

⁵² Jornal sobre a população de rua distribuído gratuitamente e construído pela Rede Rua de Comunicação.

⁵³ Centro de Apoio Operacional às Promotorias – CAOP. Espaço onde são realizadas as reuniões semanais do GTIS Pop Rua.

organizado. São feitos alguns eventos e o Ministério Público é convidado para participar, no entanto, esta participação não se efetiva devido a problemas de organização do próprio Movimento. É no final de 2009 que Sandra Mancino retoma o trabalho com a população de rua e participa de uma audiência pública realizada no dia 08 de dezembro de 2009⁵⁴, que mais tarde acabaria por se tornar o marco do processo de mudanças que culminam no fortalecimento do MNPR em Curitiba.

Compreendo que alguns antecedentes desta audiência pública são fundamentais para a compreensão do processo de fortalecimento. Até o momento desta audiência, a principal organização em torno de questões relativas à população em situação de rua em Curitiba era o Fórum de Entidades de atendimento – Articulação. O primeiro contato que tive com estas organizações foi em novembro de 2009, na ocasião do “II Seminário povo em situação de rua – reflexão e ação”, evento realizado pela ASP – Ação Social do Paraná, ABASC – Associação Batista de Ação Social de Curitiba, a Casa do Peregrino e Pastoral do Povo da Rua. No centro de eventos da Paróquia Santo Antônio de Orleans.

O seminário teve início com uma apresentação musical de 3 pessoas recém saídas da rua acompanhadas por um voluntário de uma instituição religiosa, quando um dos músicos foi convidado a dar seu depoimento: *“Estes dias estava na rua jogado, quase morto, se não fossem os irmãos aqui eu não sei o que tinha acontecido comigo”*. Ao final de sua fala, o voluntário que auxiliava na apresentação afirmou como se tentasse motivar os demais participantes do evento que trabalhavam em organizações voltadas ao atendimento à população de rua: *“É necessário nunca desistir de ninguém, às vezes o irmão volta para rua, mas a gente não desiste. Ele volta, a gente vai e pega ele, vai pra rua, a gente volta e pega ele de novo. É muito difícil seguir o evangelho, mas é necessário perseverar.”*

Após a apresentação musical, um dos participantes da Pastoral do Povo da Rua, apresenta a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, abordando as especificidades do segmento, tais como a centralidade de sua existência no meio urbano, sua heterogeneidade que deve ser respeitada, a necessidade de desmanche das instituições totais e da construção da intersetorialidade nas políticas de atendimento.

⁵⁴ Nesta época eu já estava em trabalho de campo por alguns meses e tive a oportunidade de acompanhar fatos marcantes no que diz respeito ao fortalecimento do Movimento e da questão população em situação de rua em geral.

Esta política deveria favorecer ao reconhecimento da dignidade, promoção dos direitos civis, políticos e sociais, afirmar os direitos fundamentais de âmbito individual e respeitar a diversidade étnica, religiosa e de gênero. Sendo, ao fim, dever do Estado a garantia da população de rua enquanto sujeito de direitos, e para isto, seria premente uma mudança civilizatória que reconheça a pessoa em situação de rua como cidadão em plena atribuição dos seus direitos.

Ao longo do evento, não ficava claro qual era afinal de contas seu caráter, se religioso, assistencial, político, ou todas estas coisas ao mesmo tempo. Havia uma grande heterogeneidade de participantes, entre padres, pastores, gestores públicos e a própria população de rua. Parecia que cada pessoa que obtinha direito a fala, fazia seu uso da maneira adequada aos preceitos de sua própria organização, não havendo, em princípio, uma fala unificada. Esta diversidade pode ser ilustrada pelas falas citadas, pois, por um lado, a fala do primeiro voluntário trata da resolução dos problemas que são acompanhados pela rua como uma necessidade de “seguir o evangelho”. Na sequência, a fala do participante da Pastoral do Povo de Rua que coloca o peso da questão em torno das reivindicações por políticas públicas.

Nos debates que eram feitos ficava nítida uma grande preocupação dos participantes das organizações no que diz respeito ao protagonismo da população de rua. A fala por parte deles era requisitada com ênfase. Mesmo quando ninguém se prontificava a falar, os organizadores se referiam a algum morador de rua pelo nome para que a pessoa se pronunciasse. Aos poucos, começavam a comentar questões no que diz respeito ao atendimento nos equipamentos sócio-assistenciais. Como a falta de respeito à dignidade, pois mesmo uma pessoa que mora num albergue precisa de privacidade, que por sua vez, não é respeitada no Resgate Social da FAS, e ainda, afirmava que neste espaço todas as pessoas ficam misturadas, pessoas que estão doentes provisoriamente ou que tinham algum tipo de doença mental. Também foi citada a dificuldade de se conseguir emprego caso a pessoa more no espaço da FAS, pelo preconceito atribuído às pessoas que fazem uso do serviço. Em sua maioria as falas eram críticas e concentradas no atendimento do Resgate Social.

Os agentes da FAS, por sua vez, elaboravam um discurso defendendo a instituição, recorrendo principalmente às dificuldades de gestão para tornar o serviço melhor. Por muitas vezes, o debate se acirrava e percebia-se uma grande dificuldade para o alcance de

uma compreensão mútua, por um lado, a população de rua denunciava as condições das ferramentas públicas de atendimento, por outro, os agentes públicos defendiam seu próprio trabalho.

Nesta oportunidade foi possível perceber um pouco da tensão que se coloca a partir dos debates entre técnicos, assistentes sociais e demais profissionais que trabalham nos equipamentos públicos destinados à população de rua. Foram expressas diversas opiniões sobre o funcionamento dos equipamentos públicos, seus limites e pontos positivos. As pessoas em situação de rua presentes no seminário faziam críticas aos serviços e elaboravam demandas sobre como estes poderiam melhorar de modo a atender de forma mais efetiva a população de rua. O que ficava nítido era a existência de certa disjunção nestas falas, a sensação de que ambos os lados tinham dificuldade de se entenderem mutuamente. De um lado, pessoas que vivem nas ruas, que conhecem bem suas dificuldades e tem demandas pontuais. De outro, profissionais que conhecem outro lado, aquele dos entraves políticos, dos limites institucionais, econômicos e até mesmo de interesses.

Neste mesmo evento conheci Valter, que naquele momento estava a poucos meses em Curitiba. Ele morou nas ruas do interior de São Paulo e pegou o *trecho* até chegar a Curitiba, quando resolveu entrar numa clínica de recuperação à drogadição na tentativa de parar de beber. Na ocasião afirmou seu incômodo com algumas posturas adotadas pelas organizações em Curitiba e que se repetem em muitos lugares. Ele me dizia que “*Curitiba ainda está muito longe de São Paulo*”, se referindo ao momento particular no que diz respeito à maturidade das organizações e a luta da população de rua. Seguiu me contando de certa vez em que parou em um albergue no interior de São Paulo, pois não queria ficar na rua. No entanto, se aborreceu com a assistente social que insistentemente pedia o telefone de sua mãe, pois via nele alguém com capacidade de se restabelecer: “*Olha, eu tinha o telefone da minha mãe, mas não ligava porque não estava a fim de fazer isso no momento! O que eu ia fazer? Dar o telefone pra assistente social ligar pra ela, dizer que eu tava não sei onde, mal, bêbado? Eu vou ligar quando quiser.*”

No desenvolvimento da conversa, o ponto fundamental era a contraposição entre a possibilidade e a vontade de sair da rua, eis a necessidade de um desenvolvimento da rede de atendimento que garantisse possibilidades e ao mesmo tempo respeitasse o momento particular que cada sujeito enfrenta, pois nem todas as pessoas estariam em condições e

com vontade de sair da rua, citando seu próprio exemplo: *“Eu passei tempo na rua, ficava com uns amigos bebendo, quando a gente subiu pro Paraná, queríamos passar de Curitiba, mas eu resolvi me internar e meu amigo continuou no trecho”*. A conclusão era que na medida em que ele tomou a iniciativa de se internar é necessário que exista um espaço para acolhê-lo, no entanto, era necessário também que a iniciativa partisse dele, pois *“ninguém se recupera contra a vontade”*.

A idéia passa por afirmar que os momentos de cada indivíduo são diferentes. Ao que parece, a grande dificuldade de compreensão das pessoas que não passaram pela rua é justamente entender que mesmo numa situação vista como absolutamente desfavorável – a vida na rua e todas suas dificuldades –, poucas vezes sabe-se ao certo os motivos que as mantêm na rua quando existe alguma possibilidade de saída. Como no exemplo de Valter e tantas outras pessoas que estão na rua e que tem famílias que se encontram numa casa, mas que muitas vezes se mantêm na rua e negam este auxílio proposto pela assistência social de retomar os vínculos familiares. Em alguns casos, a rua constitui uma alternativa a situações anteriores percebidas como piores que a própria rua, este é um dos principais pontos “não entendidos pela sociedade.”⁵⁵

A partir da participação neste evento, fui informado da audiência pública do dia 08 de dezembro de 2009, em que o Pastor Carlos Varela, representante da AMOR - Associação dos Moradores Organizados de Rua, convocou um debate sobre a criação de uma lei municipal para a população de rua. Neste evento estavam presentes representantes de algumas organizações da rede de articulação, do Ministério Público, do MNPR e a população de rua. A grande polêmica desta audiência era a proposta de um Projeto de Lei que tratava sobre a obrigatoriedade por parte do Resgate Social da FAS em atender por um número mínimo de dias as pessoas que utilizavam o serviço, pressupondo que este seria um tempo adequado, ou pelo menos mais favorável, para que as pessoas pudessem organizar suas vidas.

A proposta causou confusão entre os presentes, pois se tratava de uma política em desacordo com os debates que estavam sendo feitos e que parecia “cair de pára-quebras”, sem discussão ou elaboração prévia. Nesta reunião, estavam presentes Valter e Leonildo⁵⁶,

⁵⁵ No próximo capítulo a idéia sobre a “sociedade” será trabalhada em maiores detalhes.

⁵⁶ Nesta época, Valter era o representante do MNPR no Estado do Paraná. Posteriormente, Leonildo se tornou o representante e continua até o presente momento.

ambos militantes do MNPR. Leonildo questionava: “*Mas como vamos propor uma lei sem nem fazer um debate com a população de rua?*” A questão levantada era sobre a conveniência da discussão de um projeto numa reunião em que a população de rua não se encontrava, portanto, sua legitimidade estava comprometida, pois não contemplava as necessidades da população de rua, e tampouco foi construído em conjunto com as pessoas que de fato utilizam o serviço público. A lei alteraria diretamente o cotidiano da instituição, seria proposta pelas pessoas em torno da rede de mobilização, mas não estava em consonância com os debates que estavam sendo feitos naquele momento.

A fala de Leonildo, portanto, levantou uma questão sobre a necessidade de se criar um espaço de amplo debate e informação para a população de rua entre si e desta com os gestores públicos, em que ela estivesse de fato presente, pudesse decidir sobre as pautas de discussão e então fazer suas próprias propostas confluentes aos problemas enfrentados, criando maior efetividade de possíveis leis e ações direcionadas ao segmento. Em consonância com esta afirmação, Sandra afirma que:

Nessa reunião lá do dia 08 de dezembro de 2009 ficou claro que precisaria ter um Movimento mais autêntico da população em situação de rua. Que as pessoas que estavam falando pela população em situação de rua, por mais boa vontade que tivessem, não conseguiam apreender a dimensão das necessidades e dos interesses desse grupo. E que eram grupos onde eles tinham dificuldade inclusive pra participar e pra ter voz.

A idéia em torno da construção deste espaço sugerido na reunião pareceu interessante aos presentes. Nesta mesma ocasião decidiu-se a data de um encontro para que se formasse um grupo, assim como a realização do primeiro Fórum Permanente da População em Situação de rua. Como nas palavras de Sandra, “*Dia 08 marca a idéia do primeiro Fórum. Mas o primeiro Fórum marca a criação do Grupo de Trabalho de Inclusão Social*”, que por sua vez, marca também a participação e o apoio mais intensivo por parte do Ministério Público nas questões relativas à organização da população em situação de rua e sua demanda por políticas públicas e a defesa de direitos.

Com a entrada do Ministério Público na discussão, segundo Sandra, são traçadas algumas linhas de ação no que diz respeito às atribuições desta instituição. A primeira

delas diz respeito ao estabelecimento de uma “porta de entrada” no que diz respeito à violação de direitos da população de rua, visto que um dos trabalhos específicos do Centro de Apoio Operacional às Promotorias – CAOP é focado nos direitos humanos.

A outra linha trata do processo de discussão e acompanhamento da implementação da política nacional para a população em situação de rua no Estado do Paraná. A partir do lançamento de programas como o Programa de Enfrentamento ao Crack - que reflete em ações específicas na área da saúde e da assistência social voltados à população de rua -, efetuou-se o monitoramento da adesão em torno destas políticas. Segundo Sandra, não cabe ao Ministério Público obrigar o município a aderir a tal ou qual política, visto que, esta adesão significa a constituição de toda uma estrutura e o recebimento de recursos para co-financiamento do Governo Federal. Mas, caso exista uma política sem adesão do município, o papel do Ministério Público é cobrar o atendimento, pois o município recusou o recurso para fazê-lo.

A terceira linha de atuação diz respeito ao entendimento de que *“política pública é um campo de disputa”*. Assim, a atribuição de defesa do regime democrático e das questões sociais requer o fortalecimento dos movimentos sociais para que os direitos essenciais, a democracia e a igualdade sejam alcançadas em lei e políticas públicas em todas suas formas. Decorre disso, também, o entendimento sob a importância do apoio a um movimento de pessoas com alto grau de vulnerabilidade.

Portanto, a organização do GTIS Pop Rua cumpre papel fundamental no crescimento do MNPR no Estado do Paraná. A partir de suas reuniões semanais foram realizadas diversas reuniões do Fórum Permanente da População em Situação de Rua e o Arte da Rua que resultaram em grande visibilidade política para as questões que apresentaram. Segundo Sandra, *“Para estabelecer o processo de trabalho e interlocução com gestores públicos o Grupo de Trabalho foi essencial”*. Decorre disso também, uma participação diferenciada por parte das entidades de atendimento, em outra perspectiva, *“Uma interlocução diferenciada com o Movimento, uma interlocução de igual para igual”*, afirma Sandra.

A grande transformação ocasionada pelo fortalecimento do Movimento juntamente à existência do GTIS / Pop rua, parece ter sido o estabelecimento da questão população em situação de rua enquanto um fato político. A partir da iniciativa da própria população em

situação de rua como agente, sujeito organizado em torno de pautas coletivas e criação de demandas por políticas públicas e cidadania, em consonância com a história que vem sendo construída pelo MNPR em nível nacional, inaugura-se outra forma de atuação da população de rua. São criados eventos e espaços de intervenção voltados especificamente para a participação e formação da população de rua em que gestores e usuários debatem possibilidades de mudança e melhoria das políticas⁵⁷.

O fato notório é que de uma atividade anteriormente criminalizada, prevista como ato contraventor, a situação de rua ganha visibilidade e começa a alterar sua imagem pública. Tanto a gestão pública e seus serviços, quanto às entidades da sociedade civil organizada em torno de serviços assistenciais entram num processo de refletir suas ações frente o fato recente da auto-organização da população de rua e da criação e exposição de suas demandas e propostas. A mudança fundamental trata de um processo em que a população em situação de rua passa a assumir as questões relativas aos seus direitos. Este fato é um ponto chave para entender os rumos da luta por políticas públicas específicas, encampada pelo MNPR e seus apoiadores.

⁵⁷ O quadro com todas os eventos realizados pelo GTIS Pop Rua e o MNPR estão em ANEXO.

5. Capítulo IV – A rua e a sociedade.

Neste capítulo apresento elementos etnográficos sobre algumas categorias que parecem frutíferas para pensar a maneira como a população em situação de rua vem agenciando as especificidades do seu modo de vida, suas dificuldades, o desconhecimento geral da população domiciliada perante a vida na rua e os desafios de se organizar politicamente. Trata-se, resumidamente, das diferenças entre aquilo a que se referem por “Rua” e “Sociedade”. Dicotomia que trata substancialmente das diferenças entre os participantes, e, principalmente, a forma particular com que as pessoas em torno do MNPR parecem retratar a composição da população em situação de rua enquanto uma questão política.

Através das ações e eventos do GTIS e do MNPR, foi possível acompanhar e perceber a maneira pela qual a população em situação de rua agencia e coloca em prática um entendimento particular das mudanças recentes no contexto das demandas elaboradas pelo segmento. As pistas sobre a centralidade das categorias Rua e Sociedade foram aparecendo ao longo de todo o trabalho de campo e remetem aos primeiros contatos com os participantes do Movimento.

No fim do mês de Janeiro de 2010 fui convidado por Valter - naquele momento representante do MNPR em Curitiba – para um encontro nacional de formação política do Movimento em Cajamar - SP. Este convite aconteceu por acaso, poucos meses depois de iniciar o trabalho de campo e freqüentar eventos e reuniões sobre população de rua em Curitiba. Havendo uma desistência por parte de um dos participantes, Valter me chamou em uma madrugada poucas horas antes do horário da viagem.

Ao chegarmos à rodoviária do Tietê, em São Paulo, encontramos diversos participantes do MNPR esperando o transporte para continuar a viagem até Cajamar. Aos poucos, a concentração de pessoas ia aumentando e as vans saíam rumo ao local em que tudo aconteceria. Naquele momento, não fazia idéia do que esperar da viagem, tampouco o que ela guardava para mim. Não sabia exatamente onde ficaria hospedado, nem mesmo como seria a alimentação ou qualquer outro detalhe sobre a semana. Chegando lá me surpreendi com o grande número de participantes, a beleza da chácara que sediaría o evento e a organização das pessoas em situação de rua preparando a primeira atividade de

apresentação e abertura dos trabalhos. O clima desde o início era de festa, reencontros e celebração.

Notei que as atividades do evento eram divididas entre momentos de exposição de técnicos, profissionais e militantes que abordavam temas tais como organização política, gestão, políticas públicas e direitos humanos. Enquanto noutros momentos, existiam espaços de maior participação e elaboração da população de rua, tal como questionamentos sobre as exposições dos técnicos. Em algumas delas, moradores de rua polemizavam estas falas de maneira contundente, ressaltando aspectos pragmáticos da organização, supostamente orientados a uma prática imediata, calcada na resolução de problemas que, de certo modo, desvalorizava os debates mais elaborados e detalhados sobre os temas.

Outro momento importante era o de discussão em grupos. Os GTs⁵⁸ eram em sua maioria compostos por moradores de rua e existia um deles em particular que congregava os técnicos e apoiadores do movimento. Esta organização possibilitava que a população de rua tivesse um momento de discussão apenas entre eles. Posteriormente, presenciei este modo de organização sendo repetido em outros encontros: um “espaço da rua” e um espaço para técnicos e apoiadores.

Ao longo de todo o evento o que mais chamou atenção foram os momentos ocorridos fora dos espaços de atividade, palestras e debates. As conversas de bastidores do encontro, as rodas de conversa e os momentos de refeição, guardavam questões interessantes, que aos poucos começaram a aparecer. Percebi que existia uma questão, relatada praticamente como um incômodo. Se tratava da argumentação sobre “as pessoas não saberem o que é a rua”. Esta era uma fala constantemente pautada, que tratava de tencionar a relação entre quem viveu na rua e aquelas pessoas que não tinham esta experiência.

O incômodo provinha das falas proferidas pelos apoiadores⁵⁹ sobre temas tais como políticas públicas e demais assuntos que eram tidos como demasiadamente técnicos, um tanto hermético, e que não contemplava os aspectos mais íntimos da vida na rua. De duas

⁵⁸ Grupos de Trabalho

⁵⁹ A população de rua envolvida no movimento – MNPR – se refere aos não moradores de rua como técnicos ou apoios. Sendo os técnicos, pessoas que podem auxiliar em resolução de questões tidas como técnicas, tais como revisão e elaboração de alguns textos, auxílio jurídico ou mesmo político. Enquanto os apoios seriam todas as pessoas que auxiliam de alguma maneira, mesmo que não seja através de resoluções técnicas. Eu mesmo já fui referido tanto como técnico, quanto como apoio.

maneiras, e em momentos distintos, pautava-se tanto a diferença entre técnicos e população de rua, quanto valorizava-se o protagonismo da população de rua no tocante às decisões, reflexão e elaboração daquilo que pudesse afetar seu cotidiano, principalmente, quando se tratava de propostas de melhoria para suas condições.

Em certo aspecto, esta é uma fala velada, pois a parte dos envolvidos na organização do encontro que não havia passado pela experiência da vida na rua, se dedica a esta questão desde longa data. Em parte, parecia que cada pessoa sabia bem o seu lugar, visto que a idéia de protagonismo é muito presente entre os participantes do Movimento – e seus apoiadores. Mesmo assim, este princípio não impedia que as pessoas em situação de rua demonstrassem certo incômodo com as análises de quem não tinha *trajetória de rua*. Em contraposição, quando alguma fala era proferida por ex-moradores de rua, reconhecidos por sua trajetória e também por sua importância no Movimento, a fala “mais elaborada” não se tornava um problema. Ao contrário, a qualidade destes companheiros era ressaltada e apoiada.

Ao que parece, o descrédito atribuído por parte da população de rua aos domiciliados, é uma resposta simétrica à linguagem por vezes hermética dos técnicos e profissionais. Este posicionamento por vezes acionado, não costuma ser utilizado como forma de impedir o debate, pelo contrário, ele é uma forma de marcar uma posição qualificada, que insere o morador de rua na discussão possibilitando uma fala a altura, que se propõe tão legítima - ou mais - que a dos técnicos e apoiadores.

No caminho das primeiras impressões, percebia que aferir sobre a incapacidade das pessoas que não passaram pela rua era pura e simplesmente uma forma de resguardar a importância da experiência de vida na rua quando este é o assunto. Uma forma de proteger a autoridade sobre a fala daquilo que lhes dizia respeito, a própria vida na rua e a experiência sobre esta situação.

Este conhecimento diferenciado é posto em jogo principalmente quando os debates se acirravam em momentos de discordância entre as partes. A trajetória de rua servia como uma forma de legitimar posições que se pressupunha serem as mais acertadas, pois os demais não sabem o que era melhor para quem vive esta situação.

No entanto, se existe uma diferença no que diz respeito às pessoas que passaram pela rua e os apoiadores, técnicos e gestores, a “rua” por sua vez, não é homogênea. Em

qualquer reunião do GTIS é possível observar a diversidade da qual é feita a rede de mobilizações da população de rua, e a partir delas, compor uma série de outras distinções internas. É comum que no começo das reuniões cada participante se apresente identificando os motivos que o levaram a participar da reunião, apresentando o nome, como conheceu o GTIS ou se está vinculado a alguma organização. Na dinâmica de apresentações a primeira questão que fica clara é a presença de pessoas em situação de rua e os apoios. Entre os apoios, instituições religiosas, representantes de sindicatos, Ongs e gestores públicos.

Quando as pessoas em situação de rua se apresentam percebe-se também uma série de distinções. Uma parte deles se apresenta como “*integrante da população de rua*” ou “*eu sou do Movimento da População de Rua*”. Estes são os que participam a mais tempo de reuniões e eventos, que se identificam diretamente como “participantes do movimento”. Algumas vezes, marcam o fato de terem saído da rua, mas ter continuado na luta. Em outros casos, se mantêm na rua e estão na luta. Uma parcela dos participantes fala de outros aspectos que os identifica com a rua, tais como: “*eu estou vivendo na FAS*”, “*eu estou nesta caminhada*”, “*eu estou na rua*”, “*vim aqui pra saber dos direitos*”.

É importante notar que aqui temos dois blocos de distinções: a primeira ligada a estar vivendo na rua ou ter trajetória de rua. A segunda, ligada ao auto-reconhecimento de se incluir ou não no Movimento. Estas distinções resultam no fato de que existem pessoas do Movimento que passaram pela rua ou que estão na rua, e outros que estão na rua, mas que não se identificam diretamente com o Movimento⁶⁰.

Da mesma maneira que a diferença entre moradores de rua e apoios agencia uma forma de refletir sobre a participação e as opiniões acerca das políticas, presenciei também momentos em que a distinção entre “estar na rua” e “ter trajetória de rua” potencializa distinções e até mesmo conflitos internos. A urgência do “estar na rua” por vezes gera embates no que diz respeito ao que se refere por “imediatismo”, comumente atribuído aos integrantes do movimento que ainda estão na rua. Este imediatismo diz respeito ao fato de que quem está na rua precisa urgentemente produzir respostas provisórias à resolução de problemas prementes à sobrevivência, como a próxima refeição e o lugar para dormir. Este

⁶⁰ O que poderia servir apenas como um modo heurístico de classificar posicionamentos, acaba por ilustrar fato uma classificação que ultrapassa a mesa de reuniões e o movimento. Servindo também para identificar a composição da população de rua em geral.

aspecto adentra os debates de diversas formas, tanto na construção de um discurso radicalizado como: “*não há tempo a perder*” “*precisamos resolver tal ou qual situação*”, como também para justificar atitudes impensadas ou que podem ir contra os acordos coletivos no Movimento.

A pessoa que está na rua justifica sua atitude apresentando as dificuldades de sua vida como argumento explicativo de seu ato, por vezes confrontando as pessoas que não estão mais na rua, pois, supostamente, elas não estariam mais vivendo sob as mesmas dificuldades. Esta distinção é particularmente curiosa se considerada a fragilidade sob a qual vivem as pessoas que “tiveram trajetórias de rua”, pois elas vivem em espaços provisórios, cedidos pelo empregador, ou vivem circunstancialmente na casa da pessoa com quem se relaciona no momento, por vezes sem emprego ou com emprego provisório.

Dentre as pessoas que estão no movimento e também em situação de rua, uma questão sempre apresentada são as dificuldades de estar organizado no movimento. Pois, sobreviver na rua demanda tanto o conhecimento dos seus meios quanto a presença em espaços de atendimento e auxílio. Esta questão nos leva a outra distinção, que distingue, dentre as pessoas que estão na rua, aqueles que são usuários e não usuários dos equipamentos sócio-assistenciais. Esta distinção versa sobre o fato de que nem todas as pessoas que estão na rua se utilizam destes serviços. Certa vez, Samuel um dos coordenadores nacionais do MNPR, ao falar sobre a importância e os limites das entidades que atendem a população de rua afirmou: “*Olha, tem um monte de gente na rua que se não fosse pelas ONGs e as instituições, elas morreriam. Mas tem um monte de gente que vive sem elas também.*” Leonildo, ao falar de sua própria experiência na rua, revelou que “*Quando eu tava na rua, sabia o moco bom pra ficar, conseguia as coisas pra comer, mangueava, tem um monte de gente na rua que pode passar qualquer coisa na FAS, mas ele não sai de lá.*”

Outro conjunto de pessoas seriam aquelas que estão na rua, mas que não tem muitas notícias sobre o Movimento, não participam ou até mesmo desconhecem completamente sua existência. Desta forma, haveria em princípio uma grande diferença entre o morador de rua no Movimento e aquele que não tem notícias sobre o mesmo. Esta distinção parece pouco operativa por alguns motivos: a grande valorização do protagonismo e da experiência de vida na rua, o conhecimento de seus meandros, costumes e etiquetas estabelece um reconhecimento da *caminhada* que é em si mesmo valorizada, havendo

assim uma valorização daquelas pessoas que se saem melhor e são respeitadas na rua. Criando outro tipo de distinção, que diz mais respeito à experiência de vida na rua do que propriamente a formação política.

Os aspectos reconhecidamente atribuídos à população de rua não parece criar uma grande diferença entre pessoas do movimento, daquelas que não participam. A diferenciação mais acionada é a que diz respeito a pessoas que continuam na rua ou que já saíram dela e continuam no Movimento, e ainda, aquela entre moradores de rua e “os outros”, ou seja, apoios, técnicos, gestores, todo aquele não-morador de rua.

A diferenciação de pessoas com base na experiência ou não da situação de rua produz uma maneira de orientar e identificar agências dentro da rede de mobilizações. A diferença entre estas experiências aciona uma série de formas de distinguir pessoas. No entanto, ao longo dos encontros ficava nítido que estas dicotomias tem um espaço muito mais central no debate do que poderia supor inicialmente, extrapolando o que em princípio poderia ser visto apenas como uma forma de legitimar posições frente a disputas políticas. O que se coloca em última instância é uma diferença de conhecimento a partir destas experiências.

Em outro encontro de formação, desta vez, o Seminário Regional da População de Rua – Região Sul⁶¹. Uma das propostas de trabalho era o “mapeamento da conjuntura da população em situação de rua”. A dinâmica foi conduzida por Luiz Kohara, experiente militante em torno das ocupações urbanas do centro de São Paulo e da situação de rua. Sua proposta de trabalho teve início com a seguinte questão: “Como a sociedade vê a população de rua?”

Grande parte da discussão foi tematizada a partir do eixo – Rua x Sociedade. Os questionamentos feitos ao longo da formação tratavam de elencar perspectivas sobre o que a sociedade pensa da rua, particularmente, como as pessoas em situação de rua percebem o ponto de vista da sociedade em relação a si mesma.

Ao serem questionados sobre “*como a sociedade vê a rua?*”, os participantes do evento, pessoas em situação de rua de Porto Alegre, Londrina, Curitiba e região metropolitana, traziam manifestações de indignação frente ao fato recorrente de “*nem*

⁶¹ Construído por Curitiba e Porto Alegre, realizado nos dias 23 e 24 de julho de 2010.

mesmo ser notado”, em afirmações como “*a sociedade nem vê a gente*”, em situações tais como quando estão deitados pela rua e “*as pessoas fingem não ver*”, desviam o olhar, não respeitam e discriminam.

A drogadição e a saúde mental também foram abordadas como fatos que desenvolvem atitudes discriminatórias. O próprio fato de que nem todas as pessoas em situação de rua são necessariamente drogaditas, por mais comum que venha a ser esta recorrência. As pessoas com problemas no tocante à saúde mental são sumariamente deixadas de lado, juntamente à criminalização da pobreza, que reserva à população de rua o estigma de potencial criminoso.

O uso das ferramentas públicas de assistência social também foi tematizado como marca recorrente de diferenciação por parte dos domiciliados, havendo a identificação de um desprestígio na medida em que se faz necessário recorrer a instituições públicas de atendimento e à salvaguarda de serviços básicos para a manutenção da vida cotidiana, tais como os espaços públicos de albergamento e os espaços que fornecem alimentação gratuita.

A marginalidade atribuída à população de rua também foi sugerida como uma relação assimétrica que não diz respeito às qualidades da pessoa em situação de rua, e sim ao próprio olhar marcado dos domiciliados. Assim afirmou Dona Eva, representante dos catadores de materiais recicláveis de Porto Alegre: “*Essa pessoas que eles veem nunca foram marginais, são as pessoas que olham para ele como se fosse marginal*”. A rua concede a marca do marginal a partir do olhar de quem vê e não dos atributos próprios da pessoa.

Dentre as manifestações, a família aparece como um dos lócus que reproduz o preconceito, na medida em que ela teria grande dificuldade de reconhecer a experiência de algum membro que está ou esteve em situação de rua. Juntamente a isto, denunciaram também a falta de políticas inclusivas em programas sociais como o “minha casa, minha vida” e o orçamento participativo, em que existem promessas de inclusão da população de rua, mas que até aquele momento não haviam sido concretizadas.

A questão da estética do morador de rua também foi levantada como uma forma que, na medida em que possibilita o reconhecimento e a distinção das pessoas, pelas roupas simples, ou mesmo pela questão da higiene, favorece a uma relação de asco dos

domiciliados para com a população de rua. Segundo outra manifestação, em Curitiba se as pessoas estão mal vestidas ou sujas, “*são vistas como leprosos*” e novamente discriminados.

Fechando esta parte do seminário, Luiz Kohara retoma a fala assumindo que um dos pontos fundamentais é a falta de credibilidade e mesmo de conhecimento da sociedade sobre a complexidade da vida nas ruas. O papel do movimento seria justamente de constituir um contraponto ao que está amplamente divulgado sobre a população de rua e que causa uma relação violenta entre as partes, processos de criminalização e a relação estabelecida de maneira estereotipada entre pobreza e drogadição.

Esta dinâmica abordou também um segundo ponto. Tendo desenvolvido a maneira pela qual a população de rua entende a forma como a sociedade a enxerga, Luiz propôs o seguinte questionamento: como a população de rua vê a si mesma?

Neste ponto foram levantadas diversas opiniões, tais como os próprios estereótipos que identificam a população de rua como pessoas sujas, mal vestidas, descalças ou de chinelo até as questões mais íntimas sobre o convívio e o contato entre eles no processo de estar na rua. Samuel relatou um fato particular sobre Belo Horizonte, afirmando que existe um tipo de discriminação – e até de hierarquia - entre as pessoas que vivem em situação de rua, fundado no valor de estar vivendo numa república⁶², no albergue ou na rua. Quem está na república discrimina as pessoas que estão no albergue, que por sua vez, discriminam quem está na rua.

Algumas manifestações atribuem o preconceito das pessoas em situação de rua com relação aos demais na mesma situação a um tipo de jogo em que “*a sociedade faz a cabeça da gente*”. Caso alguém melhore um pouco sua condição de vida, isto cria margens para que ela passe a discriminar os outros que não tiveram o mesmo sucesso, acrescido a isto, houve também falas que afirmavam que “*quando a pessoa consegue se erguer ela esquece os demais irmãos*”.

A diferença que sintetiza idéias sobre a rua e a sociedade teve outros desdobramentos e pude ver esta distinção ser aguçada em outras situações. Na ocasião da semana do calouro da UFPR, fui requisitado a fazer uma ponte com o movimento para

⁶² As repúblicas são moradias provisórias e coletivas que existem em algumas cidades.

possibilitar a fala de algum de seus integrantes para a realização de uma palestra sobre o corredor cultural, um projeto de revitalização do centro entendido pelos estudantes envolvidos no evento como uma política higienista. Para esta palestra, convidei Valter para expor as considerações do MNPR.

Ao final do debate, um estudante de direito o questionou sobre “*como os moradores de rua voltam para a sociedade?*” Esta pergunta é particularmente interessante, visto que, em sua fala, Valter não abordou diretamente nenhum aspecto desta tensão entre rua e sociedade. É como se o estudante sugerisse uma separação que existe de fato, ao contemplar que os moradores de rua ocupam algum outro espaço que não é o da sociedade, constatando uma separação que está dada em princípio.

Em sua resposta, Valter afirmou que para voltar à sociedade o morador de rua precisará restabelecer aqueles vínculos que perdeu. Refazer sua documentação, tratar de sua saúde - principalmente da dependência química -, conseguir um trabalho e um local para morar. Porém, a sociedade não dá as condições necessárias para o estabelecimento deste retorno, o sistema de saúde trata da dependência química de forma precária, muitas vezes as pessoas são expulsas da cidade ou sofrem outros tipos de violência.

A questão é colocada como se não existisse um real interesse em integrá-los, como fica claro em uma das falas do palestrante: “*Voltar para a sociedade? Hoje existe um projeto de construir uma casa para moradores de rua na BR, eles querem é colocar o morador de rua na saída da cidade, para que ele nem chegue a entrar*”. O problema, tal como posto por Valter, se trata da negação sistemática do acesso às condições de “pertencer” à sociedade. Pois, se houvesse um trabalho de integração calcado na recuperação destes vínculos e na resolução de alguns problemas, a pessoa se reintegraria à dita sociedade e “*Daqui a pouco ninguém sabe de onde ele [o morador de rua] veio. Se eu não tivesse com a camisa do movimento [do MNPR] eu passaria despercebido e nenhum de vocês saberia que eu fui morador de rua.*”⁶³

Após esta palestra questionei Valter sobre o que estava colocado nesta relação, afinal, estariam os moradores de rua verdadeiramente fora da sociedade? A articulação de sua resposta argumentava no sentido de afirmar a participação da população de rua na sociedade, indicando contrariamente a este vocabulário geral da noção de exclusão social.

⁶³ Colchetes do autor.

A idéia que Valter desenvolveu era que a pessoa em situação de rua, como qualquer outro cidadão, contribui com a sociedade nas diversas atividades em que investe. Seja nos serviços cotidianos que prestam; em trabalhos informais como o recolhimento e venda de recicláveis; cuidando de carros e até mesmo quando consomem artigos de necessidade com o dinheiro que conseguem. O argumento se radicaliza em determinados momentos, e joga com a moral alheia, como me foi repetido diversas vezes por militantes do MNPR: *“Quando o morador de rua compra sua cachaça, compra um lanche, um cigarro, ou o que for, ele também paga imposto, ele contribui para a sociedade, portanto, tem direitos também.”*

Como tentou me explicar Carlos - morador de rua de Curitiba - na ocasião do encontro do MNPR em Cajamar: *“As situações são as mesmas em todas cidades, o que muda são os personagens”*, fazendo referência às queixas e aos problemas da vida na rua no Brasil, frente sua experiência recente de conhecer pessoas em situação de rua de outros Estados. A suspeita de Carlos era que a rua parecia uma coisa só, com diferenças que no fundo tratam de uma mesma situação. Em Curitiba, temos a Guarda Municipal e os grupos neonazistas, em Porto Alegre, a Brigada Militar, o Choque de Ordem no Rio de Janeiro, arquitetura anti-mendigo em São Paulo, grupos de extermínio em Salvador – e em tantos outros lugares. Existe também a precariedade no sistema público de atendimento e assistência. O preconceito dos domiciliados os atinge de modo semelhante em todo lugar. Existem facilidades e dificuldades que são conjunturais de acordo com algumas especificidades do lugar em que se encontra, mas ao fim, a Rua e a Sociedade seriam estes dois universos em conflito, em constante relação.

Existem argumentações que enfatizam a não existência de uma separação tão rígida entre a população de rua e a sociedade quanto às falas mais recorrentes ao tematizar a sociedade pode sugerir. No encontro regional já citado, a situação foi bem sintetizada pelo grupo que participou da formação. Num primeiro momento, afirma-se que não há um descolamento real das pessoas em situação de rua para com a sociedade, em seguida, assume-se que a construção desta separação provém das manifestações da grande mídia que reforça todo o preconceito ao associar a população de rua com as drogas, a falta de higiene e à criminalidade. O papel da mídia seria, por fim, e na maioria dos casos, um tipo de contra-serviço que trata de reforçar algo que já está dado no imaginário estabelecido, ou seja, a marginalização e criminalização destas pessoas. Os rumos da conversa levam à

conclusão de que a sociedade não compreende a complexidade das ruas, não tem acesso aos diversos caminhos que levam um grande número de pessoas a viver esta situação, sua pluralidade e diversidade de pessoas, suas especificidades e os desafios de vencer as necessidades que a vida na rua impõe.

Quando alguma pessoa em situação de rua utiliza o termo sociedade para pontuar esta separação é comum que algum *apoiador* tente explicar que as pessoas em situação de rua fazem parte da sociedade, são cidadãos e tem direitos.

O Fórum Nacional da População de Rua, realizado em 24 de Abril de 2010, tinha por um de seus objetivos produzir uma carta aberta destinada ao poder público denunciando uma série de violações de direitos manifestadas pelos participantes ao longo do evento. No momento de construção coletiva da carta, em que as denúncias foram efetivamente sistematizadas, era possível perceber, por parte dos apoiadores da população de rua, sua escolha minuciosa das palavras que pudessem retratar de fato uma posição adequada frente à barbárie do conteúdo das denúncias. As informações elencadas eram tão chocantes que faltavam palavras para relatar e marcar tamanha revolta.

Este tipo de espaço de discussão vem criando uma dinâmica em que a população de rua expõe suas dificuldades, enquanto os apoiadores tentam auxiliar na instrumentalização para a luta e reconhecimento de seus direitos. Esta dinâmica vem trazendo resultado no que diz respeito à valorização da experiência de rua como ponto central para se pensar o espaço ocupado por estas pessoas frente à sociedade.

Nas discussões públicas é comum que os não-moradores de rua presentes demonstrem um grande choque frente às denúncias e queixas feitas pela população de rua. Os argumentos em repúdio aos casos narrados se estabelecem justamente – e de forma um tanto genérica – na idéia de sociedade como um equivalente ao Estado democrático de direito, em que todas as violações de direito são enfrentadas como intoleráveis, em parte, incompreensíveis para todos aqueles aos quais é extremamente difícil imaginar tais ações e sua peculiar violência. Para ilustrar este contexto, cito na íntegra a carta produzida no fórum que foi encaminhada a diversos setores públicos:

O Fórum da População em Situação de Rua de Curitiba, realizado em 24 de abril de 2010 com a participação da população em situação de rua de Curitiba e região metropolitana, lideranças nacionais do Movimento Nacional da População de Rua, Organizações Não Governamentais e

instituições de outros estados, permanecem estarecidos ao tomarem conhecimento da prática de abuso e violação dos direitos da população de rua acolhida na FAS - Fundação de Ação Social da Cidade de Curitiba (Resgate Social), por parte de funcionários e guarda municipal, e vem manifestar total indignação diante de fatos como:

- Atitudes de tortura e gestos obscenos utilizando cassetete e máquina de choque elétrico aplicado na região anal para despertar as pessoas;
- Os servidores da FAS (Resgate Social) se negam a distribuir roupas e calçados doados pelas entidades e população de Curitiba solidária e sensível às carências do próximo. Tal fato surpreendeu os participantes do Fórum quando os usuários reportaram ter conhecimento que vários servidores desenvolvem atividades de comercialização de roupas usadas em lojas de brechós, e que muitos destes são vistos de posse destas doações posteriormente;
- A morosidade no atendimento médico, sendo esta justificada pelos servidores como decorrente da falta de profissionais;
- A lentidão com a qual os usuários são atendidos pelos servidores (estes ficam muito tempo no telefone, conversando entre si, no computador e tomando café), fazendo que isto culmine com pessoas esperando em longas filas até avançada hora da noite e sob as fortes intempéries da nossa cidade. Tal situação corrobora para a impaciência e muitas vezes causam tumulto na frente da referida instituição, que responde com a ação violenta dos guardas aos usuários.
- Profissionais sem capacitação para o devido acolhimento e atendimento as pessoas em situação de rua;
- Falta de higiene e condições mínimas para a manutenção do albergue – Resgate Social.
- Ausência de atividades que motivem os albergados, tais como cursos de capacitação profissional conjugados com mecanismo de reinserção ao mundo do trabalho; Falta de condições de assistência àqueles que conseguem se inserir no trabalho.
- Falta de vagas que condigam com a demanda tanto para pernoite quanto atividades promovidas na entidade João Durvalino;
- Recusa de atendimento a migrantes, ferindo o direito de ir e vir assegurado constitucionalmente;
- Não "permite" ou convida a população de rua para o debate acerca de seus direitos, serviços prestados e demais aspectos ligados a este grupo populacional;
- A junção imprópria de pessoas com problemas diversos de saúde mental aos demais;
- O tratamento inadequado e insuficiente de saúde mental e uso abusivo de substâncias psicoativas;

- Ausência de recursos para a construção do projeto de saída e reincidência; entre outros.

Solicitamos providências imediatas no sentido de garantir que a dignidade humana seja respeitada, que os infratores sejam punidos, respondam pelos atos cometidos e que a instituição coíba qualquer prática que viole os direitos humanos.

Movimento Nacional da População de Rua / PR

Sempre que alguma situação de incapacidade de acesso a serviços públicos, violência física provida de agentes públicos ou falta de instrumentos de assistência são pautados, é possível perceber a comoção das pessoas domiciliadas em torno de problemas que em grande parte aparentam-se muito distantes deste universo, enquanto, para a população de rua, tais situações são expostas com uma naturalidade assustadora, quase ofensiva a todo aquele que tem seus direitos minimamente resguardados.

Percebo que quando os *apoiadores* afirmam que a população de rua é parte da sociedade a partir de uma concepção da sociedade enquanto Estado democrático de direito e da perspectiva da cidadania, o que é colocado em jogo é uma noção bastante ampla de “exclusão social”. Quando se fala em população em situação de rua, a primeira idéia e talvez a mais geral que se tem em vista é de um panorama de situações de vulnerabilidade, aspectos de pobreza e abandono, insegurança, decadência e sofrimento. Características costumeiramente atribuídas ao desenvolvimento do capitalismo, transformações e mesmo inadequações das políticas sociais, dificuldade de inserção nas formas legítimas de reconhecimento social tais como o trabalho, moradia e formas de reprodução econômica que culminam na idéia de uma moralidade e um modo de vida desejado.

Um dos conceitos mais utilizados para se referir a este tipo de questão nos últimos anos é a “exclusão social”. O que normalmente se refere como crise da “sociedade do pleno emprego” em estudos da realidade euro-americana, gera uma série de questionamentos sobre quem são estes agentes desvinculados da socialização pelo trabalho, das garantias de direitos sociais, de redes de segurança como os sindicatos e associações de trabalhadores. A separação destes vínculos reconhecidos no trabalho e na possibilidade de se ter direitos é parte fundamental da problemática da exclusão, em que um número cada vez maior de pessoas passa a viver uma situação de insegurança e risco.

Robert Castel (2005) fala de um crescimento vertiginoso da incerteza num contexto de decadência da sociedade do pleno emprego, em que se supunha a existência de condições de generalizar as benesses do capitalismo avançado a todos os cantos do planeta. A crise desta “modernidade organizada” trata da falência destas expectativas;

Esta modernidade não conseguiu realizar a grande promessa trazida pelo liberalismo: aplicar ao conjunto da sociedade os princípios da autonomia do indivíduo e da igualdade dos direitos. Uma sociedade não pode fundar-se exclusivamente num conjunto de relações contratuais entre indivíduos livres e iguais, pois assim ela exclui todos aqueles, e em primeiro lugar a maioria dos trabalhadores, cujas condições de vida não podem garantir a independência social necessária para entrar em paridade numa ordem contratual. (Castel 2005:41).

Segundo Bursztyn, o lado mais perverso deste processo é o rebaixamento de um grande número de pessoas na hierarquia social, de tal forma que, suas pertenças a vínculos que, em tese, garantiriam sua permanência na estrutura estabelecida vão se diluindo. “Perdem a proteção social, perdem a referência de lar, frequentemente perdem os vínculos familiares, perdem auto-estima. Dificilmente conseguem um caminho de volta. Deixam de pertencer ao mundo oficial e passam a ser vistas como ‘problema’”. (Bursztyn 2000:51)

Neste contexto se insere os mais variados coletivos humanos, em uma ou noutra parte do “problema”. Cria-se uma população incontável de “refugo humano”, uma “população supérflua” (Bauman 2005) de pessoas que não conseguiram se inserir no projeto econômico de uma sociedade de valorização intensiva da utilidade, da produção e do consumo. São duplamente rejeitados e obtém um espaço garantido no “exército de reserva” de mão-de-obra para a produção, visto sua incapacidade de inserção enquanto consumidores preferenciais.

A noção de exclusão parte de uma perspectiva do centro, pois, em princípio, existe um Estado, relações desejáveis, proteção e direitos sociais aos quais as pessoas deveriam ter acesso. Elas deveriam estar “incluídas” dentro desta possibilidade de terem direitos. Por outro lado, temos uma conjuntura sociopolítica que nega o direito de um contingente cada vez maior da população de fazer uso deste acesso. O termo desta discussão é um centro de poder econômico, político, jurídico que dentre tantas outras formas, possibilita ou deixa de possibilitar relações específicas com estes poderes.

Estar incluído implica a possibilidade de efetivamente existir um pólo de inclusão, necessariamente central, pois refere-se à exclusão como se ela fosse uma exceção num panorama de incluídos. A quantidade de pessoas e grupos aos quais poderíamos nos referir como excluídos é imensa: população de rua, sem-tetos, sem terra, favelados, desempregados, catadores de recicláveis, imigrantes, trabalhadores precarizados e tantos outros.

O que chama atenção é que estes diversos grupos acabam por ter uma identidade estabelecida pelo não-acesso. A exclusão acaba por ter a função de abarcar uma série de situações dispare, englobando pessoas sob uma mesma determinação, subsumindo as diferenças. Esta atribuição é comum, partindo de uma perspectiva do centro; logo, tudo o que não é centro aparece uniformemente sobre o ponto de vista da exclusão, definindo as especificidades a partir única e exclusivamente desta falta que os homogeniza. Com a marca da pobreza que unifica corre-se o risco de uma generalização que descaracteriza, e assim podemos perder o fundamental, que é entender a situação por dentro, a partir da dinâmica e das questões criadas no solo que possibilita experiências específicas a partir da ocupação deste espaço da exclusão.

Um segundo problema é que a leitura via exclusão acaba por velar uma dinâmica social que não pressupõe de início sua possibilidade. O discurso da inclusão é o da equidade, da paridade de direitos e possibilidades atribuindo aos indivíduos toda responsabilidade por sua não inserção nas benesses do capitalismo. Desconsidera-se que a possibilidade da situação de rua é um fato crescente e está colocada para um grande número de pessoas, por outro lado, a vida na rua não é um espaço legitimamente reconhecido como plausível de ser ocupado. Este fato é encarado como um “acidente de percurso”, como algo que deu errado e que está em vias de se resolver.

Esta formação sociopolítica que gera o que o Castel chama de “insegurança social” trata de processos de perda que “dissocializam os indivíduos”, que se pautam pelo desgaste e mesmo ruptura dos vínculos sociais dos indivíduos frente suas pertenças. Assim, “os excluídos’ são coleções (e não coletivos) de indivíduos que não têm nada em comum a não ser partilhar uma mesma penúria. São definidos numa base unicamente negativa, como se fossem elétrons livres completamente dissocializados” (Castel 2005:49). A designação ‘os excluídos’, portanto, trata do grupo de agentes “desfiliados” que sofreram rupturas dos laços que conferem legitimidade no jogo social.

O autor afirma que “ninguém, nem mesmo o ‘excluído’ existe fora do social” (Castel 2005:49), já que o próprio processo de descoletivização é um processo coletivo, na medida em que é uma realidade para cada vez mais pessoas. Portanto, uma vez que o conceito de exclusão não significa efetivamente “estar fora” da sociedade, ele não consegue abarcar de fato o problema da conceitualização por parte da população de rua, que coloca os termos em oposição, numa relação negativa e ambígua.

Ao que parece a comoção dos apoiadores está diretamente relacionada com a noção de exclusão, ou seja, afirma-se a pertença da população de rua na sociedade. No entanto, estão na sociedade ocupando um espaço específico, o de excluídos.

Em uma reunião no GTIS, Sandra Mancino estimulou uma dinâmica em que os participantes pudessem falar sobre o que a luta do movimento significa, o que se pretende e quais são as razões para sua existência. Ao longo desta dinâmica apareceram algumas falas sobre a concepção mais geral em torno da questão do movimento e seu papel frente aqueles que não moram na rua. Em sua fala, Roberto, participante do movimento, afirmou que: “Por mais que a gente esteja na rua, a gente é sociedade. Só que é sociedade que foi mandado para fora da sociedade.” Outro participante, Frank, afirmou que “nós queremos conquistar direitos na sociedade. Levar o que queremos para a sociedade”, sendo assim, o papel do movimento está em fazer esta ponte entre distintos planos, o da rua e da sociedade. É preciso informar este outro “universo” o que a rua quer. Por fim, Leonildo ressalta que “O que a gente precisa é mostrar organização pra sociedade”.

Depois da rodada de falas em que os participantes expuseram suas idéias acerca do movimento, quase ao fim da reunião, Ezequiel, estagiário do Ministério Público, pontuou que a população em situação de rua não está fora da sociedade pelo fato de ter direitos e serem cidadãos como qualquer outra pessoa. Sua fala não causou nenhuma polêmica, nem houve comentários para desenvolver a questão, mas em minha experiência convivendo e presenciando este tipo de momento, acredito que este silêncio tem algo a dizer e arriscaria afirmar seu conteúdo.

A conceituação formulada pela população de rua acerca da sociedade tem algo de muito próprio. O termo é utilizado para indicar outras coisas além da questão em torno da pertença: “A sociedade não sabe o que é a rua”. Esta afirmação - feita diversas vezes e de maneiras distintas ao longo do trabalho de campo - é acionada para designar diferenças

entre pessoas. Em outros momentos, para criticar os serviços de atendimento que não estão em consonância com as “reais necessidades” das pessoas em situação de rua ou ainda para demonstrar algum problema prático vivido na rua.

Um segundo aspecto desta utilização é quando o termo sociedade aparece como a síntese genérica de todos os problemas que assolam a vida na rua. A sociedade responde como a produtora de todas as dificuldades.

As situações do Seminário Regional e da Palestra proferida por Valter constituem dois momentos em que esta questão foi tratada com maior profundidade, no entanto, talvez elas não abarquem suficientemente a questão a ponto de eleger tais conceitos com a centralidade que sugiro. Existe uma justificativa simples para este fato: isto se dá porque mais do que uma questão amplamente discutida em eventos, pautada em momentos de formação política ou mesmo em palestras, a categorização sobre a rua e a sociedade se apresenta principalmente no plano cotidiano. Ela faz parte de uma gramática própria. É constituinte de uma cosmovisão particular à situação de rua. Portanto, a dificuldade não está em demonstrar onde esta categoria aparece, a dificuldade está em capturar seu significado, pois a utilização do termo é absolutamente constante e utilizada de diversas maneiras, sobre perspectivas e pontos de vista diversos. Mas, se por um lado, posso não conseguir dar conta da amplitude da categoria, acredito ter chegado ao menos em um “núcleo duro” que oferece os temas básicos desta distinção que parece central para entender os desafios na mobilização política da população de rua.

Em outro evento, o Arte da Rua, mobilização do MNPR em que os participantes levam caixa de som e microfone para algum local do centro da cidade⁶⁴ para demonstrar publicamente o movimento, assim como realizar manifestações artísticas da própria população de rua. Leonildo, em sua fala de abertura ressaltou os objetivos do Arte da Rua como *“uma reunião entre a população em situação de rua e a sociedade em geral para apoiar a luta por melhorias”*. A iniciativa propõe mostrar para as pessoas em situação de rua que existem pessoas se organizando para conquistar direitos negados pelo poder público, e ainda, o evento tem por objetivo *“mostrar para sociedade que existe população em situação de rua em Curitiba e que tem negado os seus direitos como saúde, trabalho, ao emprego, a segurança, moradia e é isso que queremos com essa noite de Arte da Rua, é*

⁶⁴ O primeiro Arte da Rua foi na Praça Tiradentes, os demais na Boca Maldita.

para que a sociedade saiba que existe mesmo morador de rua em Curitiba.” A exposição de Leonildo é curiosa por questões práticas: é possível que alguém desconheça a existência de pessoas em situação de rua em Curitiba? Por que é necessário demonstrar à sociedade esta presença? Neste mesmo evento, Valter proferiu uma fala em consonância com Leonildo:

A população de rua não quer nada diferente, ela está buscando a mesma coisa que todo cidadão tem, direito! Quer morar, trabalhar, tem vontade de estudar, de constituir família, de produzir ainda mais para a cidade que não os acolhe. O frio mata em Curitiba e as pessoas passam pela pessoa na rua e não conseguem enxergar. Será que é a cidade que é fria ou o coração das pessoas que é mais frio ainda?

A chave para entender esta relação está justamente na interface entre a maneira pela qual a população de rua se utiliza dela e as explicações dos apoiadores sobre esse pertencimento à sociedade. Em meio a uma série de afirmações cambiantes, os apoiadores da luta por direitos da população de rua, retratam uma sociedade em que todos têm direitos, independente de suas condições. É no bojo deste entendimento sobre a sociedade que está a possibilidade de organização da população de rua para fazer valer suas necessidades a partir das regras deste jogo, ou seja, no âmbito do Estado, da cidadania, das leis, das políticas públicas.

O problema se inscreve justamente nos limites desta empreitada, pois, a conceitualização apontada pelos apoiadores não consegue operar boa parte das garantias de direito atribuída a ela. Consequentemente, afastados do acesso às benesses da sociedade, a população de rua fica entre a denúncia sobre a fragilidade destas garantias e uma argumentação que os “inclua”, e que, portanto, faria valer direitos entendidos como atribuição da “sociedade”.

O que a população de rua apresenta como um problema é a idéia de sociedade e seu uso intensivo como um dispositivo relacional que sintetiza explicações frente à problemática da vida na rua. O problema com a sociedade se trata de uma concepção sobre uma entidade real a qual se refere como operadora de opressões e políticas que não cumprem as expectativas de quem vive o cotidiano da rua, e que obviamente precisa ser entendida de forma mais aprofundada. Talvez este seja um caminho possível para entender

mais sobre os motivos que fazem da rua um espaço especialmente problemático para além de suas dificuldades materiais. Pois, as queixas da população de rua se tratam muito mais dos problemas vividos pela intolerância, pelo preconceito e por uma enorme quantidade de portas que se fecham por uma representação negativa da população de rua por parte dos outros, a qual se atribui responsabilidade à sociedade.

A relação de oposição - entre “rua” e “sociedade” – marca, portanto, uma diferença de conhecimento, pois se admite que “*A sociedade não sabe o que é a situação de rua*” e ao mesmo tempo, “*na rua as coisas acontecem em outra lógica, que não a da sociedade*”. Mas, se por um lado “*a sociedade não sabe o que é a rua*”, entende-se que “*a rua sabe o que é a sociedade*”, pois os atributos vinculados à experiência na sociedade foram vividos e observados pelas pessoas que articulam uma reflexão sobre estes pólos.

Existe uma mesma base, um pano de fundo marcado pela violência que congrega experiências negativas nas ruas de todo país. As formas de se impedir acesso tanto àquilo que é público quanto privado, a violação sistemática de direitos, a perpetração de violências físicas e simbólicas por parte de diversos agentes, por fim, todos problemas da população de rua são de uma só vez, calcificados sobre uma mesma alcunha e responde pelo nome de “sociedade”. O termo sociedade parece congrega no contexto destas discussões uma série de experiências sobre os fatos que estabelecem dificuldade para a vida na rua, tanto quanto é um operador que faz a manutenção da existência deste modo de vida. O que a população de rua apresenta num primeiro momento é uma relação de contraposição entre dois pólos radicalmente opostos entre si – a rua e a sociedade.

Na ausência de recursos econômicos e formas de se legitimar frente a outrem se articula a idéia de uma ausência e mesmo perda da condição de pertencimento. Paralelamente elabora-se uma argumentação que nega a idéia de exclusão para reivindicar o pertencimento a ela, pois, pertencer à sociedade significa ter seus direitos respeitados. Este fato fica exposto nas falas, na medida em que, os critérios de pertencimento estão justamente em valores e acessos tais como trabalho, moradia, saúde, educação, família, segurança. Estes são alguns dos critérios que fazem a pessoa estar na sociedade, enquanto sua ausência produz, conseqüentemente, o não pertencimento.

6. Capítulo V - A atuação do MNPR em Curitiba / PR

6.1. A luta pelo ponto de vista

Uma vez entendido que a dicotomia ‘Rua e Sociedade’ produz distinções entre pessoas e constitui uma idéia central nas concepções acerca da mobilização política. Cabe questionar quais são os critérios práticos que dinamizam esta conceitualização, que resulta na produção de uma polaridade que se funda na ininteligibilidade da Sociedade para com o universo próprio da Rua.

Resta saber quais são os motivos para que a falta de atributos e acessos citados anteriormente dificultem ainda mais a situação da população de rua e a sua possibilidade de ter garantidos os seus direitos a partir das especificidades do segmento. Para tanto, é necessário explorar de que maneira a separação entre estes pólos é compreendida na prática. Particularmente, trata-se de averiguar quais são os aspectos e valores reconhecidos na Sociedade que faltam a Rua.

O fato ocorrido em Abril de 1997 em Brasília, quando quatro jovens incendiaram um índio Pataxó na rua, pode nos auxiliar a refletir sobre o tipo de questão que está em jogo no processo de conceituação das idéias anteriormente trabalhadas. Na primeira declaração de defesa pública dos jovens, um deles afirmou: “Nós não sabíamos que era um índio, pensamos que era um mendigo qualquer” (Fonseca 2005:226).

Este tipo de acontecimento é uma dura rotina que as pessoas em situação de rua enfrentam. Para citar alguns casos, podemos pensar em vários massacres perpetrados por grupos de extermínio Brasil afora⁶⁵, o constante desrespeito a seu direito de permanência e mesmo acesso a lugares públicos, a serviços negados pela falta de comprovante de residência, negação ao acesso de serviços de socorro, a constante humilhação pelos transeuntes e tantas outras.

Neste sentido, é importante refletir sobre o que está implícito na afirmação destes jovens que queimaram o índio. A pessoa em situação de rua não porta a mesma

⁶⁵ Fatos como a operação “mata-mendigos” no Rio de Janeiro na década de 1960, a “chacina da Candelária” no Rio de Janeiro em 1993, o “massacre da Praça da Sé” em 2004 e as chacinas ao longo do ano de 2010 em Maceió são alguns dos que ganharam notoriedade pública.

humanidade que um índio ou dos próprios jovens que o queimaram? Existe uma humanidade diferenciada, ou mesmo uma perda da humanidade na medida em que se está na rua dormindo?

Poder-se-ia pensar que este fato chocante estaria muito distante do cotidiano, como se fosse apenas um caso isolado de jovens irresponsáveis. No entanto, parece que esta afirmação resume sobre o lugar que constantemente tenta se reservar à população de rua. O que se percebe é que a população de rua é constantemente tolhida de seus direitos mais básicos, desrespeitada em sua condição para além das faltas que o suposto processo de exclusão já lhe conferiu, pois para além da exclusão ainda encaram o não reconhecimento de sua humanidade frente processos sociais que deslegitimam as condições atuais de suas vidas. A falta de alguns referenciais e de elos que ligam a pessoa ao reconhecimento bloqueia a possibilidade de ser tratado como uma pessoa em plena atribuição dos seus direitos. Em suma, parte-se de um princípio velado, que afirma em suas entrelinhas que morar na rua não é um espaço a ser ocupado “nesta sociedade”.

A argumentação de Schneider (1968:V) ajuda a pensarmos a população de rua e o impasse no que diz respeito a importância da família nesta sociedade, mas, principalmente, sobre o que a falta ou a suspensão dos vínculos familiares pode produzir a partir de uma multiplicidade de valores e idéias que a noção de família condensa e aciona.

Em seu estudo sobre “a natureza do parentesco” nos Estados Unidos, o autor assume a existência de um sistema de parentesco próprio às sociedades ocidentais modernas. No qual o intercuro sexual aparece como o símbolo que provê os termos pelos quais cada membro familiar está associado e pelo qual a família como unidade pode ser definida e diferenciada. Portanto, a família é definida como uma unidade “natural”, baseada em “fatos da natureza”. Estes fatos servem como símbolos pelos quais cada membro da família é diferenciado e determinado.

Um dos dados importantes é que para a família efetivamente constituir-se e ser percebida como tal, as pessoas desta unidade precisam viver juntos, assim, viver junto é fundamental para sua constituição e a quebra deste vínculo constitui a base para deixar de sê-lo. Estar sozinho, viver sozinho, significa estar fora deste todo/unidade, porquanto que a idéia de viver junto é fundamental para esta noção. O bem-estar da família também está diretamente associado à idéia de viver junto.

A família também é uma unidade protetora que é responsável pela condução dos seus membros. Para os americanos, os problemas em que as crianças e adolescentes se envolvem, tais como a delinquência juvenil, pobreza e adição a drogas, aparecem como sua responsabilidade. É como se a família, ao menos idealmente, estivesse a todo tempo dedicada a cada um dos seus membros e vice-versa. Assim, se ela vai bem, não existiriam problemas tais como a separação do casal ou o desvio de comportamento dos filhos. (Schneider 1968:45)

A população de rua, por sua vez, incita a pensar situações radicais de suspensão dos vínculos familiares e o que esta suspensão pode acarretar. Partindo da abordagem de Schneider, teríamos assim o símbolo desta suspensão e uma série de componentes negativos com a qual este primeiro símbolo se relaciona. O aspecto a se colocar é o da ausência da família enquanto um símbolo/unidade recorrente para a população de rua. Que está diretamente conectado com uma série de outras combinações singulares de acordo com a trajetória de cada pessoa em situação de rua. Entende-se, portanto, que a família ainda tem um grande poder de síntese de experiências positivas sem a qual torna-se difícil uma vivência que não seja entendida como estritamente negativa.

Em cada caso a família é acionada como um espaço problemático quando relacionada com outros fatores, tais como a economia familiar, emoções, drogadição e violência. Assim, o indivíduo na rua, separado de sua família, está diretamente relacionado à negatividade que a falta da referência familiar ocupa. É como se a rua fosse o lócus em que se relaciona a falta da família, com uma série de outras unidades negativas para os domiciliados. Parece que tais unidades negativas auxiliam no estabelecimento de mais um critério para a construção de uma percepção particular sobre a população de rua.

Tratada como um símbolo, a família é também um padrão – naturalizado - de como o parentesco deveria funcionar. O lar como o espaço onde a família vive, é distinguido do trabalho, onde as relações são outras, onde se espera as pessoas adotem determinados comportamentos, da mesma forma que o lar congrega também uma série de outras atitudes mais ou menos prescritas.

A idéia de lar enquanto espaço de segurança, atitudes prescritas, espaço em que se desenvolve o amor e respeito familiar é problematizado por Delgado (2007), em uma reflexão sobre os espaços públicos e os privados. O autor sugere que o espaço da casa e da

rua – em suas palavras, o dentro e o fora, o entrar e sair – marcam uma separação importante. O espaço “fora”, seria aquele marcado pela banalidade, por aquilo que é frio, passageiro, ao qual atribuímos os perigos físicos e morais. Enquanto o espaço de dentro, o entrar, põe a salvo os indivíduos de um exterior percebido como inumano e atroz. O espaço de “dentro” assegura os indivíduos, seria marcado pela previsibilidade, pelas certezas, uma forma de se defender do espaço público, onde tudo vale e existe todo tipo de riscos (Delgado 2007:27).

De forma complementar DaMatta (1997:53) se utiliza de metáforas como “vá para o olho da rua” e “estou na rua da amargura” como formas de marcar este espaço como próprio da impessoalidade e daquilo que é desumano, espaço em que há solidão e ausência de solidariedade. A rua representaria assim, o inverso da casa, “espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa idéia de “amor”, “carinho” e “calor humano” (DaMatta 1997:57).

Arriscando uma síntese analítica do que foi descrito até o momento, é como se o fracasso nas relações familiares funcionasse como uma espécie de prelúdio ao fracasso em todas as outras relações sociais. Pois, se considerarmos a família como o lócus fundamental em que se desenvolveriam relações positivas; espaço de preparação para que o sujeito desenvolva suas outras relações; o que haveria de acontecer com aquelas pessoas que de alguma maneira não realizam estas expectativas? É como se a pessoa que sofre o rompimento dos vínculos familiares mostrasse a incapacidade de ter sucesso em relações entendidas como aquelas mais básicas. Consequentemente, não estaria preparada para desenvolver relações entendidas como mais complexas do que aquelas com a família, visto que, ela falhou perante aquilo que há de mais imediato e simples em termos de relações humanas.

A situação narrada por Lévi-Strauss (1982:363) em seu clássico texto “A família”⁶⁶ dá visibilidade aos motivos pelos quais uma pessoa pode vir a ocupar um lugar de

⁶⁶ Lévi-Strauss narra uma situação entre os Bororo do Brasil Central em que um homem de aproximadamente 30 anos estava sujo, mal alimentado, triste e solitário, o que o fez questionar aos demais qual era o problema daquela pessoa, pensando primeiramente que ele poderia estar doente. No entanto, o autor é surpreendido com a resposta, sendo informado que aquele homem era solteiro. O fato mostra que entre os bororo, o impacto de ser solteiro incide sobre o trabalho dividido entre o homem e a mulher. Sendo assim, um homem solteiro não conseguiria desfrutar do trabalho da mulher, incluindo até mesmo tarefas como a catação de piolho, as pinturas corporais e a depilação, o que explicaria o aspecto deste homem. Situação parecida vive também os órfãos, que afastados de uma posição de parentesco frente o grupo, passa a estar sem proteções, direitos e deveres coletivos. Ser solteiro ou ser órfão apresenta, portanto, uma carência. O uso destes termos

desprestígio entre os Bororo. Os motivos muitas vezes referidos como argumentos explicativos sobre o fenômeno população de rua são em maior número. Seja a partir de uma justificativa econômica pautando questões como o desemprego estrutural, a migração do meio rural para o urbano, crescimento das cidades, questões de saúde como a dependência de drogas, ou mesmo por um caráter emocional, e ainda, a família, que aparece como um dispositivo fundamental que pode definir, estabelecer ou mesmo recuperar a pessoa da situação de rua.

Existe uma grande diversidade de situações narradas, que se experimentarmos confrontá-las, coloca-se em cheque o problema de uma concepção ideal de família como instituição fundamental, a dignidade do trabalho e a ocupação de uma casa. Valores sem os quais a situação do indivíduo é fragilizada. Virtualmente, a não realização deste ideal faz com que a pessoa na rua fique à mercê de uma incapacidade de saída da rua, tanto quanto de violências que colocam sob risco o respeito de sua cidadania e até mesmo de sua condição humana. Desta forma, mais que uma separação alegórica entre a rua e a sociedade, o que se tem é uma separação de fato. Viver na rua separa substancialmente o sujeito destes valores que conferem legitimidade e pertença social.

Partindo destas reflexões sobre aspectos tais como o trabalho, família e o domicílio, assim como a problematização feita pela população de rua entre “Rua e Sociedade”, é possível fazer alguns apontamentos.

Em primeiro lugar, possibilita pensarmos os impactos da existência de pessoas que moram na rua e de tudo aquilo que sofrem, a partir de uma relação com estes supostos limites imaginários e o que cada um destes aspectos significa. Isso resulta na associação da população de rua com boa parte dos valores negativos, medos, riscos e até mesmo ódio que a idéia de “rua”, suspensão dos vínculos familiares e a falta de trabalho tal como posta pelos autores, condensa. Em suas falas, isto se confirma, pois é costumeiro que ressaltem este combate em situações que são expulsos de locais públicos quando estão dormindo, pedindo dinheiro ou até mesmo na tentativa de trabalhar informalmente. São recorrentes também as falas que retratam a humilhação e mesmo a internalização de atributos negativos e situações de violência física. Suas falas vão para muito além de uma lamentação sobre estas condições de vida – que efetivamente são duras. Apresentando

de maneira ofensiva pode inclusive comparar as pessoas a figuras como a dos aleijados e as feiticeiras, situação diretamente relacionada com um tipo de maldição sobrenatural.

assim, a latente inquietação sobre quais os motivos de sua presença causar tanto repúdio. Sentimento este que culmina na dificuldade ou mesmo na impossibilidade de permanecer na rua quando na maioria esmagadora das vezes, ela é a única opção que resta.

As idéias até aqui expostas colocam mais questionamentos e dúvidas do que conclusões, pois, relacionando os autores: 1- Em Schneider, a família aparece como um “fato da natureza”, fundamental e posto de início, espaço aglutinador de experiências positivas. Na medida em que sua falta estabelece critérios de negatividade, assumo que a suspensão destes vínculos significa um fato “antinatural”, portanto, presume-se, deve ser evitado para o andamento natural das relações. 2- Em Lévi-Strauss podemos pensar a existência de um espaço reservado àquelas pessoas que não conseguem adentrar uma posição dentro do sistema de parentesco e por conta disso ficam a mercê de toda sorte, como se sua humanidade fosse reconhecida apenas parcialmente. 3- Por fim, a rua em contraposição a casa sintetiza uma série de idéias e valores, pois a população de rua por conta de seus vínculos familiares suspensos e o uso da rua como espaço em que vive é alvo de representações negativas, por vez que não tem acesso a uma série de prerrogativas nas relações estabelecidas de legitimidade e reconhecimento.

A sociedade se opõe a rua e vice-versa, tal como a diferença entre população de rua e domiciliados. A sociedade, espaço dos domiciliados, é reconhecida como o espaço do direito, do respeito. A rua, por sua vez, é o espaço em que as normas do direito não se operam da mesma maneira. A situação de rua e suas ausências marcam de maneira muito profunda um limite de reconhecimento entre o “eu” e o “outro”. As conseqüências deste não reconhecimento podem ser observadas através da presença sistemática de investidas violentas, no ato constante de ignorar, humilhar e a própria produção da invisibilidade. As pessoas que estão na rua desvencilhadas de determinados aspectos, são empurradas a uma condição de negação sistemática do reconhecimento de sua humanidade, tal como exposto no exemplo dado por Lévi-Strauss. É como se a pessoa em tais condições fosse apenas meio-humano, ou no mínimo, uma pessoa que está à mercê de uma série de violências.

Um indivíduo, consciente de ser objeto de um malefício, é intimamente persuadido, pelas mais solenes tradições de seu grupo, de que está condenado; parentes e amigos partilham desta certeza. Desde então, a comunidade se retrai: afasta-se do maldito, conduz-se a seu respeito como se fosse, não apenas já morto, mas fonte de perigo para o seu círculo; em cada ocasião e por todas as suas condutas, o corpo social sugere a morte à infeliz vítima, que não pretende mais escapar àquilo que ela considera

como seu destino inelutável. Logo, aliás, celebram-se por ela os ritos sagrados que a conduzirão ao reino das sombras. Incontinenti, brutalmente privado de todos os seus elos familiares e sociais, excluído de todas as funções e atividades pelas quais o indivíduo tomava consciência de si mesmo, depois encontrando essas forças tão imperiosas novamente conjuradas, mas somente para bani-lo do mundo dos vivos, o enfeitado cede à ação combinada do intenso terror que experimenta, da retirada súbita e total dos múltiplos sistemas de referência fornecidos pela convivência do grupo, enfim, à sua inversão decisiva que, de vivo, sujeito de direitos e de obrigações, o proclama morto, objeto de temores, de ritos e proibições. A integridade física não resiste à dissolução da personalidade social. (Lévi-Strauss 1973:193-194)

No entanto, esta morte tem outro ponto de ligação e semelhança diferenciado dos casos de enfeitamento, trata-se de um tipo particular. A ruptura sofrida pelo sujeito mediante estes artigos de legitimidade causa outro tipo de impacto que não anuncia diretamente a morte do sujeito. No entanto, a falta destes artigos favorece a uma maneira particular de definir socialmente.

Esses fatos são bem conhecidos em numerosas civilizações, ditas inferiores, mas parecem raros ou inexistentes nas nossas. O que lhes confere um caráter social ainda mais marcado; pois eles dependem evidentemente da presença ou da ausência de um certo número de instituições e crenças precisas desaparecidas do leque das nossas: a magia, as interdições ou tabus, etc. (Mauss 2003:350)

Arriscaria relacionar a falta destes atributos legitimadores – tais como a família, o domicílio, o trabalho, a suposta sanidade mental - à relação extremamente violenta que se estabelece com a população de rua. Esta falta marca a diferença entre uma espécie de respeito à integridade humana que é sistematicamente negada à população em situação de rua. No limite, a falta destes artigos vem estabelecendo a própria manutenção da vida e da morte destas pessoas. Ponto este que fala principalmente sobre os próprios domiciliados, a saber, o estabelecimento de uma relação que tem como pano de fundo lógico uma relação violenta e intolerante que se estabelece com determinadas pessoas a partir da falta de acesso a artigos de legitimação centrais nesta sociedade.

As pessoas que estão na rua, desvencilhadas de determinados aspectos que acionam legitimidade, são empurradas a uma condição de desumanização, de retirada sistemática da sua condição de humanidade e interlocução.

Pude verificar este fato ao final de uma reunião do Grupo de Trabalho para Inclusão da População de rua. Acompanhei alguns de seus participantes para conferir uma questão relativa ao atendimento de saúde na Fundação de Ação Social – FAS. A denúncia que havíamos recebido versava sobre a existência de critérios desconhecidos para efetivação do encaminhamento para os médicos via assistência social. Segundo a denúncia, para ser atendido pelo médico a assistente social deveria avaliar e encaminhar a pessoa, tornando o processo moroso e muitas vezes incapacitando a consulta. Ao falarmos com Neli, responsável pela diretoria do Resgate Social da FAS, nos foi informado que casos como este já não estavam acontecendo, que o encaminhamento médico era feito na mesma hora e diretamente com o médico.

Após uma semana, um dos participantes do MNPR ficou doente e precisou ser atendido na FAS. Segundo suas palavras, foi atendido sem nenhum problema. Quando sugeri que a reunião obteve sucesso e que as coisas estavam efetivamente mudando, Vilmar me explicou que estas mudanças se devem ao fortalecimento do Movimento. A questão foi colocada ressaltando o fato de que as pessoas envolvidas nas discussões têm que “*botar a cara*”, se apresentar publicamente e ocupar os espaços de debate.

No momento em que me foi proferida esta fala, Vilmar tinha acabado de retornar de uma reunião com o observatório de políticas públicas. Segundo sua reflexão, ao passo em que ele continua freqüentando estas reuniões, as demais pessoas estão passando a respeitá-lo, ficando curiosas com relação à luta do Movimento e principalmente, percebendo que ele está realmente envolvido na questão, que veste a camisa. Segundo ele, “*As pessoas sabem que o movimento tem um canal com o Ministério Público, e que agora já não é mais como antes, se fizer algo errado, nós denunciaremos e corremos atrás dos direitos*”. E continuou sua fala relatando uma série de fatos que impactaram diretamente a vida das pessoas em situação de rua a partir do desenvolvimento da organização. Tais como a obtenção do guia sobre os direitos do morador de rua confeccionado pelo Ministério Público de Minas Gerais e a Secretaria de Direitos Humanos.

Neste documento existe um espaço para identificação do morador de rua, para que coloque sua foto, nome, CPF, INSS e contato, além de ter também uma série de informações sobre os direitos dos moradores de rua. Em algumas ocasiões, o guia já foi elencado como uma forma de se colocar para os demais e exigir um tratamento condizente em situações em que se antecipava o desenrolar do abuso de autoridade por parte de

agentes públicos. O guia, assim como a camisa do Movimento, aparecem como elementos que possibilitam o reconhecimento do morador de rua para os demais.

Outra questão diz respeito àqueles que participam efetivamente das reuniões do Movimento e que passaram a articular a relação com o MNPR, objetos, a presença no Ministério Público e a própria experiência do movimento social para garantir situações de respeito mínimo frente às adversidades encontradas na rua.

Quando Vilmar me narrou sua experiência de atendimento médico na FAS, ressaltou que na verdade, mesmo que seu atendimento decorresse de uma conquista do Movimento ao conseguir um diálogo, ele acredita que as mudanças que estão ocorrendo a partir da efetivação deste diálogo não difere daquilo que já vem sendo falado desde sempre nos equipamentos públicos e privados, assim como com as autoridades. No que diz respeito ao atendimento da FAS, nas palavras de Vilmar, *“Eles poderiam simplesmente ter feito há muito tempo atrás o que a gente sempre falou. Se eles nos ouvissem, muitas questões já estariam resolvidas há muito tempo.”* Em seguida, Vilmar pontuou que ninguém melhor que as pessoas em situação de rua sabem daquilo que é necessário para suas vidas. E por isto é tão importante que estas pessoas estejam organizadas e ocupando espaços que há pouco tempo atrás nem mesmo poderiam imaginar. *“O que a gente precisa é de mais pessoas nossas lá, falando e discutindo o que é melhor para quem tá na rua”*. Assim, se por um lado faltam artigos de legitimidade, como exposto anteriormente, inicia-se em contrapartida uma produção de artigos de reivindicação⁶⁷.

O que muitas vezes não é considerado é que a população de rua tem o que dizer sobre as ferramentas públicas que se utilizam, ou quando não as utilizam, tem seus motivos para não fazê-lo. Os gestores públicos também tem discursos que mostram os motivos pelos quais os equipamentos são ou não eficazes, e até mesmo, como já presenciei, tem motivos para afirmar que determinados “tipos” de moradores de rua não se adéquam a estes instrumentos por problemas individuais, por exemplo, a motivação dos mesmos. Em última instância, não existe de fato um reconhecimento da experiência de vida na rua. A pessoa nesta situação torna-se desprovida de agência, relega-se a eles a oportunidade de cumprir um papel passivo, de mero receptor de políticas de assistência e não como agente.

⁶⁷ Este aspecto será particularmente trabalho no próximo tópico do capítulo.

O caso de Izabel é ilustrativo. Ela passou por muitos anos em situação de rua e quando a conheci, conseguia dinheiro suficiente com a venda de seus artesanatos e poemas para pagar uma diária em um hotel no centro da cidade. Ela se negava a frequentar o Resgate Social, pois afirma que o espaço é demasiadamente invasivo, sujo e mal cuidado, as companhias são ruins, acontece todo tipo de confusão e mesmo violência lá dentro.

Numa oportunidade de conversar com uma assistente social da FAS, perguntei mais sobre o caso da Izabel e me foi dito que ao contrário do que ela afirma, ela tem família em Curitiba e um “bem-feitor” que a auxilia economicamente. Ela tem uma irmã que já tentou ajudar, que a levou de volta para casa, mas que não suportou seus “hábitos de rua”, levando-a de volta a FAS. Em suas palavras, “*deixando por conta deles*”. Para esta assistente social, Izabel é um dos exemplos de pessoas que não querem ser ajudadas, que passaram muito tempo na rua e que incorporaram tão fortemente seus hábitos e etiquetas, que assim iria permanecer.

De forma semelhante, Roberto me contou sua experiência com a família em uma reunião do Grupo de Trabalho da população de rua. Depois de 5 anos na rua ele voltou para casa, mas não agüentou ficar. Naquele momento, ele teria acabado de voltar de casa, passou um tempo com a mãe, mas acabou voltando para a rua. Segundo ele, já estaria acostumado a viver desta maneira, não conseguia se adequar aos horários, rotinas e às cobranças de sua mãe. Ao mesmo tempo, tanto Izabel quanto Roberto, em situações distintas, demonstram vontade de sair da rua. Izabel espera a ajuda de uma companheira de rua que sofreu um acidente e que estaria em vias de receber uma indenização. Roberto espera conseguir um trabalho e poder se organizar economicamente para alugar um espaço⁶⁸.

Os profissionais e demais pessoas preocupadas com a questão, constantemente afirmam a necessidade de reconstituição daquilo que perdeu-se na trajetória de vida de cada um para que estas pessoas possam sair da situação de rua. Um dos fatores mais problemáticos neste debate é justamente a ausência de determinados artigos que supostamente causariam e definiriam a situação de rua, tanto quanto impediriam as pessoas de sair dela. Tais situações são muito constantes na vida de pessoas que vivem na rua. E podem ser acionadas por muitos outros fatores que não a família.

⁶⁸ A última notícia que obtive sobre Roberto era que ele parou de frequentar as reuniões por ter conseguido um emprego fixo.

A política da assistência social mais comum que pude observar, ainda que com pouca profundidade, tanto em Balneário Camboriú quanto em Curitiba, é a de encaminhamento e encorajamento para o retorno a casa. A família continua sendo vista como o principal espaço de proteção e de relação que as pessoas tendo vivido a situação de rua devem restabelecer para conseguir sair efetivamente dela.

Quando o assunto é o processo de saída, a família aparece como um espaço de reconciliação, como um aspecto sem o qual o fim da vida na rua é necessariamente dificultado. Esta fala é proferida tanto por ONGs que trabalham com a população de rua, quanto por instituições públicas como a FAS e até mesmo pelo Movimento da População de Rua em determinados momentos.

A diferença fundamental na fala do Movimento é que o retorno familiar aparece muito mais como uma escolha que deve ser tomada pela própria pessoa em situação de rua e o papel do poder público seria o de auxiliar tal retorno quando requerido. O que se critica nesta política de retorno é que em muitos casos ela acaba sendo adotada como uma prática sistemática de encaminhamento das pessoas em situação de rua para sua cidade de origem. No limite, a política é sistematizada como um reconhecimento da origem, estabelecimento de contato familiar e o encaminhamento de passagens que possibilitem a pessoa a realizar este retorno – quando elas são de outros lugares que não aquele em que se encontram no momento.

Nas abordagens de rua realizadas pela assistência social, nas duas cidades em que fiz pesquisa, é muito comum que os indivíduos sejam questionados sobre o fato de terem parentes vivos, principalmente, parentes que vivam na cidade em que é feita a abordagem. Ou seja, trata-se de uma política que ainda vê na família o principal espaço – quiçá, o mais recomendado - de saída da rua. É como se a relação casa/rua fosse vista como uma via de mão única, em que a ausência de uma situação, causa a outra, e a saída da segunda é apenas possível traçando o caminho inverso, com o retorno para a casa da família de origem.

É curioso perceber nas falas de pessoas em situação de rua que quando a saída da rua é aventada, questões tais como o emprego, a profissionalização, a moradia, a saúde e a reabilitação ao consumo de drogas são efetivamente os temas presentes, não a família. A fala vai ao sentido de dar importância, em primeiro lugar, à resolução da própria vida

enquanto indivíduo com os vínculos familiares rompidos. Como se o acesso à família nas condições em que se encontra no momento não fosse uma alternativa viável, mesmo nos casos em que a vontade do contato familiar é grande. Em outras palavras, é como se o contato familiar fosse uma vitória que só se conquista no fim. A família deixa de ser entendida como um porto seguro sempre disposto a receber, ao contrário, é comum escutar que a pessoa na rua deveria voltar para casa como alguém que apresenta soluções, como alguém que pode ajudar e não como quem precisa solicitar ajuda.

Pude me deparar com uma situação ilustrativa deste mecanismo de causa e efeito quando na oportunidade de uma reunião do Grupo de Trabalho de Inclusão da População em Situação de Rua, quando foi levantada a questão sobre o acesso à moradia para a população de rua. Neste debate, foi questionado o critério de inclusão dos moradores de rua nos programas habitacionais, em que se discutiu que nem todas as pessoas estariam aptas a ter este acesso, como no caso de moradores de rua com problemas de drogadição. Neste momento, o argumento de um dos participantes era: “*A pessoa que está na rua precisa tirar a rua de seu coração*” caso contrário, ela não conseguiria levar a frente a dinâmica de ter uma casa. Em resposta, Leonildo, representante do MNPR em Curitiba, parafraseando uma música do grupo de Rap Racionais Mc’s, afirmou que “você pode sair da favela, mas a favela nunca sai de você”⁶⁹, problematizando assim tais critérios, que reforçam a idéia discutida anteriormente. A idéia que aparece é que a única saída da rua é a realização de um caminho inverso, como se não fosse possível uma experiência pós-rua que valorize as especificidades desta experiência, até mesmo potencializando-a para a efetivação e saída da rua.

Utilizando a reflexão de Viveiros de Castro (1996) como uma espécie de catapulta “boa para pensar”. É possível refletir sobre o contexto sobrenatural típico dos ameríndios em que um homem solitário se depara com um ser visto como mero homem ou animal, mas que se revela como espírito ou um morto que tenta estabelecer uma relação. A periculosidade deste contato, que pode vir a ser fatal, decorre do fato de que o sucesso da comunicação provê as condições para a transformação de um ser para outro da mesma espécie que o abordou, tal como um espírito, um morto ou animal, efetivando-se uma passagem para outro mundo.

⁶⁹ A citação correta seria “você pode sair do gueto, mas o gueto nunca sai de você”. Da música “Negro Drama”.

Se arriscarmos contorcer a idéia, visto que para a população de rua o que está em debate é a verificação de uma relação equânime de direito, o que se problematiza é justamente o não reconhecimento de sua condição de sujeito perante os domiciliados. As falas que enfatizam a invisibilidade ao não ser reparado e não ser tratado como gente aciona uma diferença entre pessoas que sistematicamente sofrem o não reconhecimento desta qualidade.

A demanda se aloca justamente em buscar para si um ponto de vista, fazer-se sujeito das relações. Por fim, como abordado no exemplo de Viveiros de Castro, se a relação de reconhecimento entre pontos de vista coloca sobre risco de morte aquele que o compartilha com o diferente, quais são os riscos que corre a população de rua e os domiciliados se efetivado este reconhecimento? Os riscos para a população de rua estão postos *a priori* e se materializam cotidianamente nas violações que sofrem. Consequentemente, a não atribuição da condição de sujeito – e porque não, da própria verificação de um ponto de vista possível. Como se anuncia, as consequências desta abertura para o reconhecimento aparentam ser positivas. Trata-se, em última instância, do direito a uma interlocução sistematicamente vetada e que começa, aos poucos, a demonstrar seus primeiros contornos.

6.2. Passos de uma política de reconhecimento às especificidades: a abordagem do MNPR frente os problemas da rua.

O que se anuncia até o presente momento são passos a favor do início da construção de políticas públicas que reconheçam as especificidades da população em situação de rua. Aos poucos, este reconhecimento começa a mostrar alguns resultados. Partindo da história recente do movimento – uma história curta, porém intensa -, percebe-se que houve diversos avanços, com uma série de dispositivos legais que foram – e estão sendo – criados. A partir disto, é possível visualizar as maneiras pelas quais estes avanços corroboram para o início da construção de um ponto de vista particular à população de rua.

Segundo Sergio, coordenador do MNPR no Rio Grande do Sul, ao explicar sobre o papel do movimento:

A gente critica muito a grande mídia, que coloca aquele companheiro ali que tá em situação de rua como vagabundo, pela situação que a gente vive de pobreza extrema. Ele é considerado para essa sociedade como um companheiro que é vagabundo, porque todo mundo que a gente vê que não tem condições de ter sua moradia é considerado por essa sociedade como vagabundo. É o estigma que esta sociedade coloca na população de rua. Mas nós somos cidadãos, queremos voltar para a sociedade, mas a própria cultura que vem sendo criada por uma grande mídia, que ao invés de ser a primeira a considerar que a população de rua é um cidadão e necessita de uma política dos governos pra estar se inserindo na sociedade, é a primeira que discrimina.

De maneira complementar, sobre a mesma questão, Leonildo, coordenador do MNPR no Paraná, afirma que:

A gente teve desde o começo, pessoas em situação de rua. Eram chamados mendigos. A mídia sempre trouxe essa palavra e a própria sociedade burguesa chama assim, mendigo. E hoje não. O próprio poder público e a própria população de rua, não tem esse caráter. É pessoa em situação de rua. Quem sempre criticou as pessoas em situação de rua foi a mídia. Porque a mídia nunca colocou as palavras certas.

Cada vez mais é possível perceber o processo de realização do que foi pautado na dinâmica realizada por Luiz Kohara no Seminário Regional da População de Rua em Curitiba, quando questionou para as pessoas em situação de rua presentes se elas eram tratadas mais como sujeito ou como objeto. As falas da população de rua ressaltavam o não reconhecimento de sua agência e de sua dignidade, pelo fato de serem vistos com receio, medo ou até mesmo com indiferença, “*tratados como animais*”, meros objetos das regras do sistema de proteção social. Concluiu-se a partir da dinâmica, que a população de rua, como sujeito de direito que é, precisa ter seus direitos assegurados, deve “*participar dos rumos da história*” e de sua construção. Obter seu reconhecimento protagonizando sua luta pelos direitos.

Em certa medida, trata-se da construção de alternativas – e porque não, de reparações - de um processo que resguardou a total falta de controle e gerência das pessoas em situação de rua sobre sua própria vida e representações sobre ela. Processo similar àquele já estudado por Wacquant (2005) no que diz respeito à população negra nos guetos da França e dos EUA.

Trata-se primeiramente, colocando de forma eficaz, de questionar a equação primeira entre transformações do discurso e transformações do real e de sublinhar a enorme distância que pode existir entre um fenômeno social e sua projeção na mídia. [...] E o efeito bem conhecido da profecia auto-realizante que se observa a cada vez que um discurso é investido do poder de fazer produzir no real o que ele proclama ser, pode se revelar particularmente poderoso no caso de populações que, além de sua marginalização econômica, sofrem, antes de mais nada, do fato de serem desprovidas da gerência de sua própria representação pública. (Wacquant 2005:132)

O que é possível perceber é justamente uma transformação que passa a criar uma alternativa a este processo. A criação de outro olhar que desmistifica e que insere a população de rua no debate de maneira qualificada. Como na reflexão de Leonildo,

A partir de que a população de rua se organiza e começa a mostrar pra sociedade e para o poder público que pode se organizar, que pode lutar por seus direitos sem fazer uma guerra civil, articulado mesmo. A sociedade já começou a ver com outro olhar. Antigamente a mídia sempre colocou que morador de rua é esmola, é coisa de assistencialismo. Hoje não, a gente conseguiu mostrar para eles que não. Morador de rua é questão de políticas públicas. E hoje, através das pesquisas a gente conseguiu provar para eles que a maioria da população de rua trabalha. Quebrando este vínculo, este perfil que a sociedade tem.

Não se trata de mascarar as dificuldades e a complexidade existente em torno da “questão população de rua”. Pelo contrário, suas dificuldades são latentes e inegáveis. No entanto, a participação, o protagonismo e a mobilização da própria população de rua em torno de suas experiências, dificuldades e desafios tornam-se fundamentais para uma fala em primeira pessoa. Talvez esta seja a principal forma que temos para tentar entender,

desde outra perspectiva, os mecanismos que levam a rua, a forma particular de permanecer nelas e quiçá os critérios em jogo também para a construção de alternativas de saída. Segundo as conclusões do Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua;

No Brasil, a atenção do poder público para com esse segmento populacional é recente, o que reflete a contradição com que a sociedade e a opinião pública tratam o tema, ora com compaixão, preocupação e até assistencialismo, ora com repressão, preconceito e indiferença. [...] Esse sentimento contraditório do senso comum, tem propiciado historicamente que no Brasil, e em outros países também, a maior parte das políticas oriundas do poder público, voltadas para a população em situação de rua, seja de repressão, higienização e segregação social. Inclusive, algumas vezes novas iniciativas são anunciadas, aparentemente com novo conteúdo, no entanto, acabam revelando que o real objetivo que as orienta não é novo, só mostram nova forma de apresentação.

Portanto, romper com essa tradição significa considerar a cultura hegemônica na sociedade de preconceito, desvalia, intolerância e assistencialismo, e, ainda assim, implementar políticas que estejam pautadas pelos conceitos de garantia de direitos humanos, de inclusão social e de auxílio na construção de projetos de vida (Brasil MDS 2006:88-89)

Em acordo com as conclusões do Relatório citado, acrescentaria ainda, que parte fundamental destas mudanças diz respeito à necessidade de políticas de reconhecimento e valoração da experiência da população de rua como substrato fundamental para a formulação de políticas públicas efetivas. Trata-se, da relevância crucial da síntese de trajetórias, do conhecimento, e principalmente, a relevância da leitura particular feita pelas pessoas em situação de rua - e com trajetória de rua - sobre os problemas, dificuldades e impactos que estas adversidades constituem no cotidiano deste modo de vida.

Os avanços neste aspecto já podem ser – ainda que modestamente - visualizados. Como citado anteriormente⁷⁰, o Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 é um marco importante no diálogo entre a população de rua e o Estado. Dentre os “objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua”, previstos no Art. 7º do referido Decreto, já é possível perceber a operacionalização de alguns destes objetivos. Como previsto no inciso VIII:

⁷⁰ Ver Capítulo III

Incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento.

Ao dia 23 de Dezembro de 2010 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) lançou novos módulos de atendimento do Disque Direitos Humanos (Disque 100), ampliando o serviço a outros segmentos além das crianças e adolescentes, para os quais o atendimento já era especialmente destinado. Esta mudança incluiu um número específico para o atendimento dentro do serviço, destinado à população em situação de rua, tal como para os idosos, população LGBT e pessoas com deficiência.

O papel do Disque Direitos Humanos é de ser um espaço de denúncias de violações dos direitos humanos, com atendimento gratuito e funcionamento 24 horas. Além de divulgar maneiras pelas quais as pessoas podem ter acesso a ações, programas e campanhas específicas, e ainda, orientar sobre serviços de atendimento, proteção e defesa dos direitos humanos. As denúncias também serão encaminhadas tanto para a construção de relatórios, tal como já ocorrido no que diz respeito às crianças e adolescentes, como também para o encaminhamento a órgãos responsáveis para apuração dos fatos denunciados.⁷¹

O inciso VII do Decreto versa sobre o objetivo de “implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua”. No dia 07 de Abril de 2011, foi inaugurado em Belo Horizonte, Minas Gerais, o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH-PSR/CMR). A implantação do CNDDH acontece como forma de atender ao objetivo do Decreto - como consta no *folder* de divulgação -, e ainda, como ressalta Samuel, do MNPR: “*A porta que se abre com sua instalação é o caminho que a população de rua irá trilhar a fim de assegurar seus direitos.*”⁷²

No inciso XII consta o objetivo de “implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção

⁷¹ Estas informações estão disponíveis no sítio da Secretaria de Direitos Humanos – www.direitoshumanos.gov.br

⁷² A declaração de Samuel está no *folder* de divulgação do CNDDH.

social especial do Sistema Único de Assistência Social”. A partir do “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas” do Governo Federal, que disponibilizou recurso específico para co-financiamento de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o MDS passa a apoiar a oferta de serviços socioassistenciais a partir dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População de Rua (CREAS POP), nos municípios com mais de 250 mil habitantes. Como consta em notícia no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social,

O Creas Pop ofertará atenção especializada a pessoas em situação de rua em um centro separado do Cras e dos Creas convencionais. Deverá funcionar em articulação com os serviços de acolhimento e deverá assegurar atendimento e atividades para o desenvolvimento de sociabilidade, fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares e construção de novos projetos de vida. Deverá ter espaços destinados à realização de atividades coletivas, higiene pessoal, alimentação e espaço para guarda de pertences pessoais, além de atendimento psicossocial.⁷³

No dia 31 de Março de 2011, foi inaugurado um CREAS POP em Curitiba, que funciona na Central da FAS, no mesmo espaço do Resgate Social. Este fato cria grandes expectativas sobre como será o funcionamento do espaço e sobre qual será o papel que o lugar irá assumir no que diz respeito ao atendimento à população em situação de rua, visto que suas atividades começaram recentemente.

Como é possível perceber, existem avanços recentes e promissores. O que causa dificuldade no que diz respeito à avaliação sobre a qualidade e o papel que estes avanços terão na história da população em situação de rua e em sua política. Ao mesmo tempo, existe uma grande comoção e expectativa em torno destes avanços e conquistas que passam a se desenrolar após o Decreto.

No bojo destes avanços, dois outros incisos tem particular importância no que tange os avanços recentes na política para a população de rua. São eles, o inciso I, que trata de “assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as

⁷³ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Creas POP para a população em situação de rua. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/junho/creas-pop-para-a-populacao-em-situacao-de-rua>> [acessado em 16/08/2011]

políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, lazer, trabalho e renda”, e ainda, o inciso IX, que trata de: “proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica”. Estes incisos, além de também passarem a ser operacionalizados, cumprem papel de particular importância como marcadores do processo de inserção da população em situação de rua nos programas sociais do Governo⁷⁴.

A experiência do MNPR e do GTIS em Curitiba foi frutífera no que diz respeito à organização para este fim específico – inserção nos programas sociais -, tendo como pauta, uma série de eventos para debater as formas pelas quais se daria esta inserção. Nestes espaços foi possível perceber na prática a construção e os acúmulos em torno de políticas que levem em conta as especificidades e a experiência da população em situação de rua. De maneira que as dificuldades de “ser morador de rua” e os problemas desta situação se desdobrassem em novas formas de agenciar suas dificuldades na tentativa de superá-las. Avaliando este processo, é possível citar alguns fatos que o ilustram.

O II Fórum Permanente da população em situação de rua de Curitiba foi realizado no dia 18 de março de 2010 e teve como pauta a “Política nacional para população em situação de rua”, “Saúde mental” e o “Programa Bolsa Família”. Neste evento, a senhora Denise Ferreira Netto, representante da FAS – Fundação de Ação Social expôs os critérios e a maneira com que o Programa Bolsa Família iria contemplar a população em situação de rua.

É a partir da Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS Nº 07 de 22 de novembro de 2010, que se estabelece a inclusão da população em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)⁷⁵. Até este momento, era fundamental a existência de documentação da pessoa a ser cadastrada, inclusive o comprovante de residência. Diante das dificuldades da população de rua para cumprir os critérios do CadÚnico, o Governo Federal (MDS) inicia um projeto piloto de cadastramento da população de rua, que dentre as cidades escolhidas, estaria Curitiba.

⁷⁴ Mesmo que estes incisos prevejam mais do que a inserção em programas sociais. Talvez, estas ações sejam a principal forma pela qual eles são postos em prática.

⁷⁵ Segundo o Decreto N º 6.135, de 26 de junho de 2007, em seu Art 2º “O Cadastro único para Programas Sociais – CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal ao atendimento desse público.

Este fato tornou possível o cadastramento da população de rua sem a necessidade da documentação anteriormente exigida para o recebimento do benefício – entre outros benefícios para os quais o CadÚnico se faz necessário, tais como desconto de energia elétrica, isenção de inscrição em concursos públicos e também para candidatar-se a programas habitacionais. A mesma Instrução Operacional estabelece também a forma particular com que o cadastro seria feito, respeitando uma série de especificidades da população de rua, que caso não fossem atendidas, provavelmente seu cadastramento seria impossível.

Uma das resoluções encontradas no que diz respeito ao endereçamento, foi estabelecer diversas possibilidades de referência para as pessoas em situação de rua. Aqueles que estivessem abrigados em alguma instituição teriam este espaço como seu local de referência, tanto para o cadastramento, quanto para obter as informações sobre o andamento das possibilidades de receber os benefícios. As pessoas que tivessem toda sua documentação poderiam se cadastrar em CREAS específicos. Os demais poderiam procurar diretamente o Resgate Social da FAS, entre outros espaços de referência como a Casa João Dorvalino Borba. Desta maneira, os beneficiários receberiam seus cartões nestes locais.

É curioso notar que até mesmo para o acesso a políticas de assistência e programas do governo a falta de comprovante de residência – ou seja, parte fundamental do “estar em situação de rua” - é um problema para a população de rua. Sua recente inclusão no CadÚnico, deve-se, em grande parte, a uma resolução de caráter técnico. Antes desta alteração, a pessoa em situação de rua tentava se cadastrar e em determinado momento do procedimento era necessário que se respondesse algumas questões sobre a caracterização domiciliar. Por exemplo, sobre o número de cômodos que existia na casa, o tamanho da residência e quantas pessoas viviam no espaço.

A impossibilidade de responder tais questões - visto que a moradia se dá na rua ou em espaços públicos e coletivos de abrigo – impedia o cadastramento, pois, é como se o sistema não considerasse a possibilidade de existência de pessoas sem domicílio. Os técnicos do cadastramento tentavam colocar alguma resposta que possibilitasse a continuidade do cadastro, mas o sistema não aceitava nenhuma opção alternativa que não as respostas válidas para esta caracterização. Ao mesmo tempo, as respostas deste item eram obrigatórias.

Apenas recentemente, foi colocado um item especial para população de rua. Após esta mudança, o cadastramento começa a ser feito em Curitiba. Durante um período, permaneceu-se um mistério a forma como este processo se daria, na medida em que, após o cadastramento, uma porcentagem de moradores de rua seria escolhida para receber o auxílio e então deveria ter seus documentos em mãos para abrir uma conta na Caixa Federal e ter acesso a este recurso. Mais tarde, as pessoas de fato conseguiram se organizar de tal modo a ter todos os requisitos necessários para a obtenção do auxílio, e hoje uma série de pessoas em situação de rua recebem o Bolsa Família em Curitiba.

A falta de comprovante de residência e demais documentos dificultam também o atendimento nos serviços de saúde pública. Ainda no II Fórum Permanente, uma pessoa em situação de rua questionou sobre os motivos pelos quais o atendimento na saúde é dificultado pela falta do comprovante de residência. A senhora Nalu Oiagaw, da Secretaria Municipal da Saúde, explicou que esta falta dificulta o atendimento, pois os documentos pessoais compõem a única forma de estabelecer a comprovação de que se trata do mesmo indivíduo – aquele que estaria sendo atendido.

Mesmo parecendo simples, o cadastro da pessoa junto ao espaço de atendimento é fundamental inclusive para o controle dos tratamentos possíveis e daqueles que não se pode fazer. Caso uma pessoa chegue ao local sob o efeito de drogas, o profissional que irá tratar o paciente não saberia se este tem algum tipo de alergia a algum remédio, diabetes ou algum tipo de doença que impossibilite tal ou qual medicação, favorecendo inclusive o risco de morte por esta falta. Assim, o tratamento continuado da população de rua é dificultado.

Outro fator importante, é que as pessoas são atendidas nos postos de saúde de acordo com a localização de sua moradia e ao bairro ao qual pertence. Uma pessoa que mora em determinado bairro, terá seu atendimento vinculado a um posto de saúde que abrange a região. E a população de rua, ocupando o centro, sem uma vinculação e possibilidade de comprovar a moradia, fica incapacitada de ser atendida, a não ser em casos de tratamento nas emergências hospitalares, ou no único espaço destinado a eles, a unidade que se encontra no interior do Resgate Social da FAS.

Na falta de um local fixo de residência e consequentemente, de formas de comprová-la, as pessoas que vivem nas ruas se veem frente uma série de impedimentos.

Forma-se um ciclo vicioso, um circuito fechado que impossibilita também o próprio acesso a aspectos que poderiam auxiliar num processo de construção de saída das ruas, ou pelo menos na constituição de um processo que pudesse atenuar os problemas enfrentados pelas pessoas que moram nas ruas.

O acesso ao trabalho também é diretamente prejudicado por esta falta. A não existência do comprovante de residência acaba por fazer com que a pessoa em situação de rua precise avisar que não tem moradia fixa e ficar à mercê da boa vontade do contratante. As pessoas que freqüentam o Resgate Social também sofrem com esta falta, pois, assumir publicamente que dorme no albergue também tem conseqüências na busca por emprego. Segundo muitos comentários que tive a oportunidade de escutar, é comum que se pense que o Resgate Social da FAS é lugar de bandido, de vagabundo, e, portanto, nega-se a oportunidade de trabalho.

Mesmo considerando a possibilidade de conseguir um emprego, a falta deste documento – comprovante de residência - gera outros impedimentos, como a criação e movimentação de conta bancária. Desta maneira, as pessoas em situação de rua acabam por ter maior acesso a empregos informais ou temporários em que é possível burlar este tipo de burocracia. Por sua vez, o emprego informal dificulta uma série de outras comprovações, por exemplo, para conseguir um contrato de aluguel e consequentemente a comprovação da residência, gerando, novamente, um ciclo vicioso. Sem casa torna-se mais difícil conseguir emprego⁷⁶, sem emprego não se consegue recurso para manter-se numa casa, sem casa dificulta-se também o tratamento de saúde, que por sua vez, dificulta a tentativa de conseguir um emprego. As relações são vertiginosamente complexas e relacionadas umas as outras.

Existem também pessoas que perdem propositalmente seus documentos por serem foragidos da lei; pessoas originárias de outras cidades também perdem seus documentos na tentativa de ocultar sua cidade de origem e sobrenome. Nestes casos, a perda do documento é utilizada como estratégia para se defender de investidas da polícia, da guarda municipal e da própria assistência social, que por vezes é acusada de implementar uma

⁷⁶ É comum a existência de casos em que as pessoas vão insistentemente conseguindo empregos e dando conta de sua hospedagem no Resgate Social ou na rua. No entanto, a falta da casa dificulta muito a permanência nestes trabalhos. Uma vez na rua, o acesso a higiene pessoal, a uma noite bem dormida, ao descanso do corpo e alimentação adequada são muito difíceis de serem desfrutados. Dificultando também a possibilidade de realizar sua manutenção enquanto trabalhador empregado.

política de retorno para o lugar de origem, ou ainda, o incentivo ao estabelecimento do contato familiar, que é uma das políticas mais adotadas na tentativa de tirar pessoas da rua.

A ocultação dos documentos é uma estratégia de defesa, pois, segundo as manifestações da população de rua, é comum que a FAS negue assistência aqueles que são de fora da cidade, sugerindo que não é competência do município o atendimento a moradores de rua de outras localidades.

Os documentos também aparecem com frequência em situações nas quais é necessário provar a outrem sua cidadania, assim como escapar de abusos, principalmente no que diz respeito à polícia. Portanto, a relação com o documento é ambígua. Pode ser motivo de reservas e ocultações, tanto quanto uma forma de se preservar, ostentando a documentação.

No fórum em que foi discutido a inserção no CadÚnico, algumas pessoas relutaram frente a necessidade que se antecipava de obter certos documentos para receber o auxílio. Mais tarde, ao final do fórum, numa conversa fora do espaço a questão ficou mais clara: uma das pessoas em situação de rua reclamou sobre esta necessidade de tirar os documentos para receber o “Bolsa Família”, enquanto outro retrucou, dizendo que quem não tem documento é porque está “devendo” e se não tirar o documento fica difícil de fazer qualquer coisa, pois, para sair da rua não tem jeito, há de se refazer a documentação.

Mariza Peirano em artigo sobre o caráter simbólico dos documentos no Brasil, precisamente a carteira profissional e o título de eleitor, demonstra a importância destes na definição do caráter e da credibilidade no jogo da legitimidade. Segundo a autora (Peirano 2006:123), o documento cumpre “a função de distinguir o cidadão do marginal”. Mas, o reconhecimento da cidadania da população de rua extrapola esta presença, como tentei demonstrar, muitas vezes as consequências de viver na rua são dinamizadas justamente por estas faltas.

O comprovante de residência, o RG e demais documentações são apenas uma das problemáticas que compõe uma situação marcada pela falta de atributos e objetos de reconhecimento. A falta destes objetos é determinante em uma série de situações, uma vez que elas possibilitam ou impossibilitam o sucesso de determinadas ações. Tanto criam possibilidades quanto impedimentos, são usados tanto para afirmação, quanto são

escondidos ou mesmo jogados fora em situações em que sua presença pode prejudicar a pessoa em situação de rua.

Ao que parece, a falta de alguns recursos é absolutamente definitiva para a população de rua. Em alguns casos, chega a beirar o absurdo. Quando perguntei a Sergio sobre a maneira particular com que ele sentia estas importantes faltas no período em que ele viveu na rua, ele me esclareceu que:

A primeira coisa que a gente pensa é ter de volta uma moradia. E a primeira questão que a gente vê é que quando a gente busca essa moradia, nos deparamos não só com a sociedade e aquele preconceito de que o morador de rua é um vagabundo, marginal, ou ex-presidiário. A primeira impressão que a gente enfrenta da sociedade, num primeiro momento, é a revolta que a gente tem que enfrentar. Quando a gente procura uma secretaria, no caso de habitação e tenta por inscrição ou cadastramento, é a primeira violação de direitos que a gente sente e enfrenta. Para me escrever numa habitação eu primeiro tenho que ter um endereço, ou seja, se eu não der o endereço, um comprovante de residência... Ou seja, eu tenho que estar morando para ter uma habitação. São controvérsias e burocracias que às vezes são criadas pela grande instituição que nos coloca naquela situação. Então eu não preciso vir me escrever se eu tenho onde morar. Eu to me escrevendo porque eu não tenho habitação! E minha situação é essa, de morador de rua. A rua não me dá endereço, não dá referência.

O mesmo problema citado anteriormente no que diz respeito aos programas sociais, se repete. No caso da moradia é particularmente curioso, visto que, uma das necessidades de se inscrever neste programa é justamente ter uma unidade habitacional como referência – além de uma série de outras documentações. Algo extremamente difícil, quiçá, contraditório, no que diz respeito à população de rua. A grande novidade é que este problema passa a ser encarado pelo Governo Federal e pelo Ministério das Cidades, com o início de algumas resoluções que possibilitam a inserção da população de rua no Programa Minha Casa Minha Vida.

No IV Fórum Permanente da População de Rua de Curitiba, foram discutidas as políticas de habitação, com a presença de representantes da COHAB – Companhia de

Habitação Popular de Curitiba, que explicaram os detalhes sobre a forma de inclusão da população de rua no programa, as maneiras pelas quais poderiam se inscrever e concorrer aos sorteios, havendo a possibilidade de pessoas em situação de rua serem contempladas.

Para além dos tramites burocráticos que operam institucionalmente o Programa Minha Casa Minha Vida, o fundamental no que tange à população em situação de rua são os mecanismos que foram criados para sua inclusão. Como é possível perceber a partir dos critérios para atendimento de famílias com renda até 3 salários mínimos. O fato é que criou-se com a portaria nº 140 e 414/2010, critérios para o atendimento segundo normas nacionais, mas que resguardam ao município certa autonomia para a decisão sobre quais critérios adotar na destinação das unidades habitacionais produzidas.

A informação do Sítio da COHAB – Curitiba⁷⁷ é que “Os critérios nacionais instituídos pelo Ministério das cidades são [...] Famílias desabrigadas de áreas de risco ou insalubridade; Famílias onde a mulher é responsável pelo domicílio”. Com esta autonomia dos municípios e para atender a regulamentação federal, O Concitiba – Conselho da Cidade de Curitiba, fixou os critérios para este atendimento das famílias com renda de até 3 salários mínimos. Assim, as regras fixadas foram:

1. para apartamentos (famílias com renda entre R\$ 931 e R\$ 1.395*)
 - 1.1. famílias atendidas pela rede de proteção social do município em situação de precariedade habitacional;
 - 1.2. famílias com até três (3) dependentes menores de 18 anos de idade;
 - 1.3. famílias que moram em imóvel alugado.
2. Para casas (famílias com renda de até R\$ 930,99)
 - 2.1. famílias atendidas pela rede de proteção social do município em situação de precariedade habitacional;
 - 2.2. famílias com três (3) ou mais dependentes menores de 18 anos de idade;
 - 2.3. famílias que moram em imóvel alugado.

A abertura que a regulamentação federal do Programa Minha Casa Minha Vida estipula para os municípios, favoreceu também a uma adequação das necessidades,

⁷⁷ COHAB. Disponível em <<http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?secao=60>> [acessado em 16/08/2011]

permitindo que ela estabeleça cotas específicas para determinados segmentos. “Em Curitiba, o programa habitacional prevê cotas para idosos, portadores de necessidades especiais e famílias em situação de vulnerabilidade social. Cada um destes segmentos tem direito a 3% das unidades produzidas.”⁷⁸

Existe, portanto, um ganho inegável que diz respeito ao reconhecimento da população de rua, de sua inclusão no Programa e de um atendimento no processo de cadastro que reconhece as dificuldades específicas da população de rua. Com a adequação das exigências cadastrais e documentais e a oferta de um atendimento e cadastramento em lugares de referência para este público - como o Resgate Social da FAS. Realiza-se, aos poucos, o reconhecimento da especificidade da população em situação de rua, tal como a criação de alternativas técnicas para oferecer serviços ao segmento.

Por outro lado, existem limites bem declarados nesta política, discutidos também no IV Fórum Permanente. Os 3% de unidades distribuídas não são diretamente destinadas à população de rua, mas a “famílias em situação de vulnerabilidade social”. Como a própria categoria explícita, trata-se, na verdade, de um grande “guarda-chuva” em que se aloca uma série de segmentos populacionais atendidos pela rede de proteção social do Município. Para atender à política nacional, considerando que a demanda habitacional é muito maior que o número de unidades disponibilizadas, o critério de distribuição das unidades é por sorteio. Além disso, as pessoas inscritas podem acumular critérios de fragilidade que os diferencia dos demais. A título de exemplo, uma mulher solteira, chefe de família, idosa e que paga aluguel, terá maior chances no sorteio do que a pessoa em situação de rua. Não se trata aqui de avaliar os critérios, mas, de demonstrar que o reconhecimento é feito até certo nível, tal como exposto anteriormente.

Da mesma maneira com que se reconhecem determinadas necessidades, outras delas não são consideradas, como o fato de que esta população habita os centros urbanos; em sua maioria está em idade economicamente ativa e são do sexo masculino. Estas características criam uma ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que o segmento não coleciona fragilidades que lhes possibilite o reconhecimento na política, suas particularidades, em hipótese alguma podem ser descartadas como tão frágeis e urgentes como qualquer outra.

⁷⁸ COHAB. Disponível em <<http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?secao=60>> [acessado em 16/08/2011]

Na ocasião do evento em que se discutiu esta política, estava perto de meus amigos em situação de rua e quando as palestrantes da COHAB explicavam em detalhe o processo de sorteio e a possibilidade de acumular os critérios de vulnerabilidade, de forma absolutamente espontânea, todos começaram a rir. Pois o que ficava implícito, era que para ter maior vantagem bastava mudar para um *mocó* pior do que o atual (fazendo referência às pessoas com habitação em lugares de risco) e fazer um monte de filhos (fazendo referência ao critério de ser chefe de família).

Dando continuidade às demonstrações de avanços na política de reconhecimento da população de rua em Curitiba, outro fato marcante foram os diálogos com representantes da Segurança Pública. A primeira situação de debate com os responsáveis por esta área foi o III Fórum Permanente. Neste evento, as pessoas em situação de rua presentes colocaram suas dúvidas e denúncias de maus-tratos e violências cometidas pela Polícia Militar e pela Guarda Municipal, enquanto o representante da Segurança Pública argumentava sobre a ilegalidade daqueles atos narrados, que estas corporações não poderiam, sob hipótese alguma, cometer ações como aquelas narradas. Para além do suposto desconhecimento deste representante, este Fórum foi particularmente importante para o início de ações na tentativa de reduzir os casos de violação dos direitos da população de rua.

Este tema foi retomado como pauta em uma reunião do GTIS com a presença do Sr. Odgar Nunes Cardoso, do Departamento da Guarda Municipal de Curitiba. Nesta ocasião, o Sr. Odgar ressaltou a necessidade do diálogo entre a Guarda Municipal e o MNPR, para que os casos de excessos e ilegalidades cometidos por Guardas sejam denunciadas e averiguadas, dando o exemplo recente sobre o caso de 3 Guardas que, frente as denúncias e averiguação, foram afastados de seus cargos, sendo que 2 deles estão respondendo processo criminal e 1 está sendo investigado.

A intervenção dos participantes do GTIS - entre apoiadores e pessoas em situação de rua - expunha as freqüentes notícias e os casos vividos em primeira pessoa sobre as violações de direito. Enquanto o Sr. Odgar explicava, em cada um dos questionamentos, quais eram as condutas esperadas dos Guardas, o que eles podiam, deviam, ou eram impedidos de fazer nos casos de abordagem na rua.

Por fim, a trajetória de debates e aproximações do MNPR com a Guarda Municipal, favoreceram à criação de uma parceria – iniciada em 2009 – que culminou em uma

instrução de trabalho para a formação da Guarda Municipal no que diz respeito ao tratamento com a população de rua. Ressaltando a necessidade de que a Guarda compreenda as circunstâncias vividas pelo segmento, como o fato de nestas condições, eles terem apenas o espaço público como lugar de trânsito, permanência, ocupação e manutenção de sua vida cotidiana. Ao mesmo tempo, a pessoa nesta situação, não deve ser desmerecida em sua cidadania, assim, a Guarda precisa ter instruções adequadas para entender esta questão e agir de acordo com respeito ao direito do cidadão.

O ponto favorável neste processo é que já vem sendo tomadas medidas cabíveis – tais como esta parceria – para amenizar o processo de violência enfrentado pela população de rua. Outro exemplo é a dinâmica criada entre a FAS e a Guarda Municipal para adequar os trabalhadores da Guarda que tem perfil para o trabalho com a população de rua, evitando que os turnos da Guarda no resgate sejam cumpridos por profissionais que podem não se adequar ao trabalho com esta população.

O estabelecimento do Decreto como conquista do MNPR, suas parcerias e o próprio Governo Federal, seus Ministérios e Secretarias, demonstram o início de uma trajetória de avanços no estabelecimento de políticas públicas e da inserção da população em situação de rua, segmento historicamente afastado dos planos de governo em todos os níveis. Mais do que isso, esta inserção estabelece um marco, que trata de uma forma particular de inserção que leva em conta as especificidades desta população ao pensar sobre as maneiras de construir as condições para que esta inserção seja efetiva.

Em conversa com Leonildo, perguntei sobre como ele avalia as condições sobre a situação de rua antes e depois da existência do Movimento em Curitiba. Segundo suas palavras:

Mudou tudo com o Movimento, não só a população de rua participando, está conquistando o bolsa família, a Cohab sorteando a população de rua com moradia, a população de rua está se inscrevendo em outras moradias em São José dos Pinhais. A prefeitura começa a garantir esse acesso do movimento, como na rede solidária, para construir o que é melhor pra população rua. Hoje o movimento tem este respeito, tem esta confiança, quando a gente vai fazer um seminário, um encontro, a gente não tem recurso, mas consegue. Porque hoje nossos apoiadores tem esta confiança e tudo que a gente pensa fazer em Curitiba a

gente alcança. Começou a ir para outras cidades, Londrina, Paranaguá, tem outras cidades se mexendo, como Cascavel, Pinhais.

Esta fala de Leonildo condensa vários fatores importantes. Como descrito anteriormente, a trajetória de luta do Movimento abre portas para a inclusão nos programas sociais. Estas conquistas, por sua vez, ajudam na mobilização da população de rua, que cada vez mais, participa dos eventos e das construções de sua própria política. Sua prática local e as conquistas a nível Federal dinamizam também uma maior receptividade dos gestores públicos que passam a criar vias de acesso ao debate das políticas públicas, como a citada Rede Solidária⁷⁹ e ações como a participação do MNPR no debate de construção do Regimento Interno da Casa João Dorvalino Borba⁸⁰. A organização começa a se consolidar com esta confiança dos apoiadores que passam a estar lado a lado na construção das políticas e no auxílio técnico de diversas ações. E por último, todo este panorama também favorece ao desdobramento da presença do MNPR em outros Municípios do Estado do Paraná, como Londrina, Paranaguá e São José dos Pinhais e Cascavel.

O fato inegável é que estas transformações recentes mudam também a própria pessoa em situação de rua que passa a ter contato com dinâmicas e preocupações que lhe são particulares – da vida na rua – e que passam a ter um formato politizado a partir da existência e persistência do Movimento, suas ações, demandas e a própria sistematização de informações que criam e favorecem a um tipo específico de aprendizado.

O impacto das ações nos últimos anos e o aprendizado que decorre delas ficou visível em uma dinâmica proposta por Sandra Mancino em uma das reuniões do GTIS-PopRua. Nesta ocasião ela propôs que os participantes presentes – em situação de rua - expusessem sobre o que o Movimento representava para cada um deles. Em sua fala, Ricardo afirma que: *“Eu tinha boca e medo de falar. Tinha olho e fechava. E o movimento me ensinou. Já tomei porrada, já fui expulso de vários lugares e hoje tenho respeito, a gente sabe que tem direito e tem que saber usar na hora certa. A gente é trabalhador, tem profissão, alguns não tem estudo, mas o movimento ensinou muito”*. Para Roberto, *“O movimento pra mim é lutar pelos direitos da constituição, se não se mexer não consegue, como foi com a escravidão.”* Para Regina, *“É um valor, um espaço de escuta, outra*

⁷⁹ A rede solidária é abordada no Capítulo III

⁸⁰ A Casa João Dorvalino Borba é tematizada particularmente no Capítulo III

família. É esperança de mudar de vida. Não ficar dependendo de esmolas, de fila para banho, pra comida.” E ainda, para Leonildo: “O movimento é luta pela dignidade e acesso, não é assistencialismo. Isso é dever do Estado. Mesmo quem tá na rua, merece dignidade, é humano. As pessoas estão se organizado, a gente também precisa mostrar organização pra sociedade”.

No entanto, é possível perceber que este aprendizado e decorrentes transformações ultrapassam, em muito, uma formação ou valor individual. Ele vai para além dos acúmulos pessoais que cada participante pode constituir ao longo de sua própria formação política. O impacto da existência do Movimento e de seus avanços passa, portanto, a influir numa dinâmica mais abrangente. Como na reflexão de Neli ao comentar as diferenças que a população de rua operou nos últimos anos;

O morador de rua mudou, ele evoluiu, ele está se instrumentalizando bastante. Ele tem acesso às políticas, ele tem entendimento sobre as políticas, hoje ficou bem mais fácil. Mas isso teve que ter uma mudança também em nível de estrutura e dos próprios funcionários da FAS. Porque até então se tratava o morador de rua como uma pessoa desinformada, digamos assim. Hoje não. Hoje tem-se o entendimento que deve se tratar com mais respeito. Com dignidade, que ele é uma pessoa de direitos. Então, teve que ter esta evolução também, a capacitação dos funcionários para estar trabalhando com esta população. Porque teve uma exigência maior, a população de rua hoje ela é mais exigente do que era no passado. Eu acho assim, a política hoje se aplica de fato. Até por que na época não se tinha uma política específica para o morador de rua. Então sempre ofereciam alguns serviços que nem sempre iam de encontro às necessidades deles. Hoje não. Hoje o morador de rua sabe o que quer, tem conhecimento da política e exige que esta política seja colocada em prática, então, teve esta evolução.

Toda a questão passa por esta série de mudanças e transformações da própria população de rua e de seu poder de influência nas próprias políticas públicas, de modo a tornar-se um sujeito político que passa a ser protagonista de uma história coletiva. A grande transformação que se anuncia é sobre a diferença entre Sociedade e Rua, abordada anteriormente. Aos poucos, estes mundos começam a se comunicar de maneira mais

íntima. A Sociedade, como espaço do direito, da cidadania, começa a demonstrar seus primeiros esforços sobre o entendimento das especificidades da população de rua. Como Samuel me explicou, “*A coisa toda com a sociedade*” parte da dificuldade de entendimento sobre os motivos que levam uma pessoa a viver em situação de rua,

A visão que a sociedade tem é essa. A desinformação política de um modo geral, não faz o indivíduo perceber que aquilo ali é o último lugar que sobrou para as pessoas. Na ausência de casa, no rompimento dos vínculos familiares, em tantos tropeços que o indivíduo deu.

Sendo a rua o único e talvez último espaço que sobrou para a pessoa ocupar. Na opinião de Samuel, a construção do processo de saída das ruas depende, fundamentalmente, da construção de políticas públicas. Segundo ele, este tem sido o papel do Movimento. Mas é necessário também que a própria sociedade se comova em torno desta causa. Para isto, é necessário que o tema população de rua chegue à vitrine, como me foi contado, em suas palavras,

Eu acho que de 2005 pra cá a população de rua ganha uma grande visibilidade com a criação do Movimento. O Movimento hoje discute com o Governo Federal a sua própria política, agora, a gente tem um desafio aí. Não é só sentar com os parceiros, sentar com o governo e ter esta política no papel. É necessário que esta política alcance quem ela precisa alcançar e é preciso que esta política chegue à sociedade. Que a gente consiga... eu chamo isso de por na vitrine. Foi assim com o que a gente chamava antes de "menor abandonado", hoje a gente chama de criança e adolescente. E só essa mudança desse ator, ganhou-se muito. Nós deixamos de chamar de menor infrator, menor abandonado, de menor, de pivete e passamos a chamar de criança e adolescente. Veio o ECA, o estatuto da criança e do adolescente, ou seja, o tema chegou na vitrine. O País voltou os olhos pro tema. Não to dizendo aqui que todo o trabalho infantil foi erradicado, que toda a prostituição infantil foi erradicada, não. Mas é um tema que entrou na vitrine e qualquer um que vê alguma violação, denuncia. Por exemplo, foi assim com o idoso também. Nossa proposta é que a população de rua chegue nesse patamar da vitrine. A gente está trabalhando pra isso, ela precisa que entre no tema, que ela

entre na política do governo e que ela vá para a agenda da sociedade. Que toda vez que a gente veja uma arbitrariedade, seja da prefeitura, seja da guarda municipal, que seja contra a população de rua, a gente tenha lá um disque denúncia, que a gente tenha uma ouvidoria que você possa chegar e denunciar: “a gente viu um pessoal sendo maltratado na praça tal”.

Se este tema está na vitrine a política começa a fazer sentido. Toda a política pública que está voltada pra esse segmento e toda política pública que também pode servir de guarda-chuva pra esse público, elas começam a valer. Quando a gente começar a perceber processos contra a prefeitura, processos contra a guarda municipal e ganhos do segmento, será um bom sinal, de que a gente conseguiu colocar o tema na vitrine. Eu acho fundamental trazer isso pra sociedade, a sociedade estar sensível a isso. Como ela percebe a criança e o adolescente, como ela percebe como um ser indefeso, que está ali, que precisa de proteção. Ela precisa perceber esta população de rua também, que está ali, tem todos os seus direitos violados e que precisa de proteção, precisa de aliado e não de punição. Novamente, eu volto a repetir, ela não fez a escolha de estar na rua. Ela está na rua por uma situação que não foi provocada por ela, mas por outros atores da sociedade. Então eu acho fundamental colocar o tema na vitrine.

O papel central que o MNPR vem cumprindo é justamente de estabelecer um elo entre “dois mundos” que durante muito tempo ficaram de costas um para o outro: a Rua e a Sociedade. Aos poucos, o Movimento consegue tornar inteligíveis as demandas da rua e as especificidades deste modo de vida, chamar atenção para esta situação, e, principalmente, agenciar formas de instrumentalizar o direito e as políticas públicas de modo que as especificidades da população de rua não sejam suprimidas pela burocracia, tampouco, negligenciadas sob o argumento de que não há nada a fazer para este segmento. Colocar este tema na vitrine trata inclusive da capacidade do Movimento de se fazer inteligível, de tornar suas pautas relevantes a partir do momento que consegue estabelecer uma comunicação efetiva entre as demandas da Rua para a Sociedade. Que por sua vez, consegue, aos poucos, construir respostas para os problemas da Rua, assim como maneiras de atender suas necessidades. No entanto, o processo está apenas começando, algumas

batalhas foram enfrentadas, mas ainda existem muitos desafios pela frente. Segundo Leonildo,

Nós ficamos aí muitos anos, séculos, com problemas. Sofrendo muitas violações, principalmente violências físicas nas grandes cidades. E vimos como necessário construir o Movimento da própria população de rua. O povo tava cansado de só apanhar, de ser recriminado, de ser a “escória” dessa sociedade. E hoje, depois dessa luta, não foi fácil. Não é porque o movimento é bonito que conseguiu essa abertura, estes avanços. Mas foi de muitas lutas, caminhadas, passeatas, reivindicações, de bater mesmo na frente dos municípios e no governo federal que conseguiu estar onde está hoje. Eu creio que o Movimento só tem a crescer mesmo. A partir de que as pessoas que estão em situação de rua falam: “Olha, eu tenho direito ao atendimento de saúde, não aqui na FAS, no resgate, mas lá na Ouvidor Pardinho. Eu tenho direito a moradia, tenho direito a uma família. Se minha família não quer mais, tenho direito de fazer uma família. E pra isso eu tenho direito a passar na área da saúde, a fazer um documento”. Coisas que o morador de rua não tinha. Não tinha essa esperança de pelo menos ir lá e tirar um documento. Hoje não, ele tem esperança de poder ter uma casa, uma família.

Em suma, os desafios são muitos. Mas o que parece fundamental é a capacidade da população de rua em criar uma linha de acesso e inteligibilidade de suas especificidades, torná-las comunicáveis ao direito, ao poder e às políticas públicas, que por sua vez, começam a responder estas demandas, ainda que de forma modesta. O que é possível perceber é que a construção deste processo de reconhecimento parece fecundo e promete mudanças nas condições de vida das pessoas em situação de rua. Por fim, uma grande porta está se abrindo, um novo capítulo na história de luta e de vida das pessoas em situação de rua. Uma luta recente se comparada a outros movimentos sociais, mas que promete ter vindo para ficar.

7. Considerações Finais

A proposta da dissertação foi a de pensar um caminho no que diz respeito às mudanças recentes sobre a questão população em situação de rua. Particularmente, a maneira como o processo de organização em torno da questão se dá nos últimos anos na cidade de Curitiba / PR. Consequentemente, não se pode perder de vista os processos que ocorreram em nível nacional, tanto no que diz respeito aos avanços no campo do direito, quanto da organização do MNPR e as articulações e experiências de ONGs em nível nacional.

Mais do que uma análise sistemática de algum ponto específico, privilegiou-se a idéia de captar inter-relações processuais e das relações infundáveis destes aspectos citados ao longo do trabalho e tantos outros que provavelmente escapem ao conhecimento. Mesmo considerados os esforços de diversos agentes, pesquisadores, técnicos e a própria população de rua, este campo de estudo demanda de maneira urgente uma continuidade e um diálogo entre diversos campos de conhecimento, a fim de que se entenda cada vez mais sobre os rumos, aparentemente positivos, que a organização em torno dos direitos da população de rua vem acumulando.

Ainda que de maneira arriscada é possível apontar alguns rumos. O primeiro aspecto é que os últimos anos, principalmente a última década, marcam uma virada em termos das preocupações dinamizadas pelas transformações recentes no campo da população de rua no Brasil. Afirmaria ainda que estas mudanças apontam não só uma mudança de preocupações, como também, uma nova fase / eixo aparentemente promissor nos estudos sobre a população de rua. Trata-se, por fim, de uma constituição que ultrapassa o período de concentração sob a discursividade da população de rua e também dos estudos focados no trabalho socioassistencial e das instituições. De outra maneira, abre-se um foco de abordagem sobre estes temas a partir da preocupação do direito e no diálogo multifacetado entre vários agentes. Tais como, as instituições, as organizações voluntárias, a população de rua, o MNPR, espaços políticos, eventos de mobilização e publicização das questões, a mídia, a relação com os domiciliados, as leis e proposições de políticas públicas.

Tendo isto em vista, a opção para esta dissertação foi de oferecer alguns elementos para pensar a maneira como a população de rua vem se organizando para o agenciamento

do direito, um diálogo entre as especificidades da vida na rua e a assunção por parte da sociedade e do Estado frente demandas até pouco tempo negligenciadas.

Esta sugestão passa pela percepção de que um grande número de pessoas sofre um processo de ruptura dos laços fundados no domicílio e de uma série de valores e artigos que se aglutinam em torno deste espaço, de maneira complexa e variável de acordo com as trajetórias individuais, promovendo assim a vida em situação de rua.

Mais do que a criação de uma falta, este novo contexto – de vida na rua – precisa ser assumido pelas pessoas que vivem este processo. Assim, são desenvolvidas uma série de regras e etiquetas para a sobrevivência na rua e para o diálogo com suas especificidades. Cria-se um novo modo de vida e comportamento fundada numa complexa dinâmica de relacionamentos entre o próprio segmento e dele para com as outras pessoas.

Este é o contexto mais amplo em que as problemáticas da vida na rua foram tradicionalmente abordadas: de um lado, o processo que leva as pessoas a começarem a viver na rua, de outro, o cotidiano na rua, suas particularidades, costumes e a relação com as instituições de assistência para o segmento.

A modificação recente neste contexto trata da complexificação da malha de atendimento socioassistencial e o envolvimento de vários agentes preocupados com a situação de rua, atuando desde diversas perspectivas de pensamento e ação. Em meio a este processo se estabelecem também as instituições filantrópicas trabalhando com a população de rua, adquirindo cada vez mais experiência em torno da questão. Inicia-se também o fortalecimento da participação e poder decisório da própria população em situação de rua, que passa a se organizar em torno de suas demandas, estabelecer um contato diferenciado com as instituições e mobilizar-se em torno de seus desafios apontando suas expectativas e sugestões para a melhoria do atendimento às necessidades que enfrentam.

A criação de um maior protagonismo da população de rua favorece o desenvolvimento de idéias muito particulares no que diz respeito à forma como se percebe esta participação e seus desafios. A idéia de Rua e Sociedade, tal como pode conferir ao longo do trabalho de campo, auxilia a refletir sobre a perspectiva da população de rua. Sinteticamente, a Rua é o espaço ocupado na medida em que a pessoa sofre a ruptura que a leva para este novo contexto, consequentemente, é o espaço de aprendizagem de novas regras que resultam num conhecimento e olhar específico, inacessível àqueles que não vivem ou que não passaram por esta trajetória.

Assim, a Rua como experiência radical que determina um conhecimento específico, se contrapõe ao que se refere por Sociedade. Ou seja, espaço em que o direito se efetiva e é garantido, em que existe respeito e sua salvaguarda. No limite, a Sociedade corresponde ao oposto de todo universo de faltas que compõe a noção de Rua, é o lugar onde as pessoas são respeitadas e tem seus direitos garantidos.

O MNPR e suas articulações aparecem como a ponte entre estes mundos paralelos, por vezes entendidos como inacessíveis um ao outro. Constituiria assim o principal agente que teria a capacidade de fazer as demandas da população de rua. Exemplo disto é a maneira particular com que se articulam as condições da população de rua frente ao acesso de programas sociais que até pouco tempo atrás não contemplavam as especificidades da vida na rua. Tais como o fato do segmento ter poucas condições de fazer valer seus direitos frente a falta de comprovantes de residência, documentos pessoais ou trabalho regular e formalizado. Ou ainda, o próprio reconhecimento de que o assistencialismo apenas reproduz as condições de vida na rua, não criando alternativas reais de saída.

O processo de organização e publicização destas especificidades corroboram para a visibilização da pauta da população de rua, assim como para avanços no que diz respeito ao reconhecimento desta situação como um tema repleto de especificidades. Por fim, trata-se da verificação de que para ser atendida de maneira efetiva em ações, sejam elas governamentais ou não, há de se reconhecer aquilo que lhe é específico. É necessária a produção de informações até pouco tempo atrás absolutamente inexistentes, tais como o censo realizado pelo MDS. E ainda, a multiplicação de canais de informação, denúncias de violações de direitos, acompanhamento e monitoramento dos espaços de atendimento, e até mesmo formação específica para os espaços que tradicionalmente negaram atendimento ao setor, visto a idéia amplamente estabelecida de que “população de rua é problema da assistência social”. A conjunção destas demandas de reconhecimento é fator fundamental para o avanço frente o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem a criação de indicadores para as políticas públicas.

Trata-se, afinal, de uma problemática que se transformou rapidamente dentro de um curto intervalo de tempo. Ao mesmo tempo, é possível observar que a adesão das políticas, a visibilidade e a preocupação perante a questão como um todo, vai paulatinamente conquistando a atenção de cada vez mais regiões do país. “*A situação não é doce*”, como já escutei algumas vezes durante o trabalho de campo. Ao mesmo tempo, o que se anuncia são desdobramentos promissores.

Bibliografia:

- BAUMAN, Zygmunt. 2005. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BAUMAN, Zygmunt. 2009. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BIONDI, Karina. 2010. *Junto e misturado – uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- BORBA, Francisco (Org.) 2004. *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo : UNESP.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2006. *I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2009. *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua*. Brasília : MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação : Secretaria Nacional de Assistência Social.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/assistenciasocial/decretos/2009/Decreto%20no%207053%20%20de%2023%20de%20dezembro%20de%202009.pdf>> [acessado em 29/07/2011]
- BUENO, Francisco. 1996. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD : LISA.
- BURSZTYN, Marcel (Org.). 2000. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua: nômades excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 27-54.
- CASTEL, Robert. 2005. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis/RJ: Vozes.

COHAB. Disponível em <<http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?secao=60>> [acessado em 16/08/2011]

COSTA, Daniel. 2007. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DAMATTA, Roberto. 1997. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1992. *O que é a filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

DELGADO, Manuel. 2007. *Sociedades movedizas: pasos hacia una antropologia de las calles*. Barcelona: Ed. Anagrama.

DI FLORA, Marilene. 1987. *Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?* Petrópolis: Editora Vozes.

FALA RUA. Disponível em <<http://www.falarua.org>> [acessado em 16/08/2011]

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, ano 14, n.13, 155-161.

FONSECA, Cláudia. 2004. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS.

FRANGELLA, Simone. 2009. *Corpos errantes urbanos: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. Centro POP – João Dorvalino Borba. Disponível em <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/nucleoRegional.aspx?idf=135>> [acessado em 16/08/2011]

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. Histórico da Fundação de Ação Social. Disponível em <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=71>> [acessado em 16/08/2011]

GIORGETTI, Camila. 2006. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: Fapesp, Educ.

GREGORI, Maria. 2000. *Viração: experiência de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.

HAESBAERT, Rogério. 2007. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

KARVAT, Erivan. 1996. *Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933)*. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba / PR.

KASPER, Christian. 2006. *Habitar a rua*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LEITE, Ilka Boaventura. 1996. “Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação”. In *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras contemporâneas.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1973. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982. “A família”. In: SHAPIRO, Harry. *Homem, cultura e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. pp. 355-380.

MAGNI, Cláudia. 2006. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

MATTOS, Ricardo; FERREIRA, Ricardo. 2004. Quem vocês pensam que (elas) são? – representações sobre as pessoas em situação de rua. In. *Psicologia & Sociedade*. 16 (2): 47-58; maio/ago.

MAUSS, Marcel. 2003. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

MENDES, Mariana. 2007. *Os moradores de rua e suas trajetórias*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Creas POP para a população em situação de rua*. Disponível em

<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/junho/creas-pop-para-a-populacao-em-situacao-de-rua>> [acessado em 16/08/2011]

MONTES, M.Lúcia. 1994. “Essas pessoas a quem chamamos população de rua”. In. *Cadernos do CEAS*. Salvador, Bahia. n.151: pp. 35-41.

NASSER, Ana Cristina. 2001. *Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, Fapesp.

NEVES, Delma. 1983. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. In. *Ciência Hoje*. Ano 1 n.4. p. 28-36 – jan/fev.

_____. 1994. Essas pessoas a quem chamamos população de rua. In. *Cadernos do Ceas*. Bahia, n.151, mai/jun. p. 25-28.

_____. 2010. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. In. *Antropolítica*. Niterói. n. 29, 2º sem. p. 99-130.

OLIVEIRA, João. 2009. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia. In. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol.1, n1, p. 2-27. Jan/jul.

PEIRANO, Mariza. 2006. *A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

PEREIRA, Camila. 2009. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. Brasília: Ícone Gráfica e Editora.

ROSA, Cleisa. 2005. *Vidas de Rua*. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Lene. 2006. *Habitar a rua: compreendendo os processos de risco e resiliência*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHNEIDER, David. 1968. *American kinship: a cultural account*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.

SILVA, Maria. 2009. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez.

- SILVA, Rosemeire. 2008. O processo de organização política da população em situação de rua na cidade de São Paulo: limites e possibilidades da participação social. In. *Anais do Seminário Nacional Pessoas em Situação de Rua: perspectivas e políticas públicas*. São Carlos, p 87-97.
- SNOW, David ; ANDERSON, Leon. 1998. *Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- STOFFELS, Marie Ghislaine. 1977. *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- STRATHERN, Marilyn. 1996. "The concept of society is theoretically obsolete." In: INGOLD, Tim (org.) *Key debates in Anthropology*. Londres: Routledge, pp. 55-98.
- STRATHERN, Marilyn. 2006. *O gênero da dádiva - problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- TURNER, Victor. 1974. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis:Vozes.
- TURNER, Victor. 1982. *From ritual to theatre: the human seriousness of play*. New York: PAJ publications.
- VELHO, Gilberto. 1978. Observando o familiar. In. NUNES, Edson. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- VIEIRA, M^a; BEZERRA, M^a; ROSA, C. 2004. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio". *Mana*. 1996, vol.2, n.2, pp. 115-144.
- WACQUANT. Löic. 2005. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan; FASE.
- WAGNER, Roy. 1974. "Are there social groups in the New Guinea Highlands?" In: LEAF, M.J. (ed.). *Frontiers of anthropology: an introduction to anthropological thinking*. New York : D. Van Nostrand Company.

WAGNER, Roy. 2010. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify.

WALTY, Ivete. 2005. *Corpus rasurado*: exclusão e resistência na narrativa urbana. Belo Horizonte: Editora PUC Minas: Autêntica.

YOMANGO. Em <<http://www.sindominio.net/fiabrera/007/ymng/index.htm>> [acessado em 16/08/2011]

ZALUAR, Alba. 1994. “Essas pessoas a quem chamamos população de rua”. In *Cadernos do CEAS*. Bahia, n.151, p.22-25, maio/jun.

Glossário.

171: Mentir ou enganar visando benefícios econômicos. Referência ao artigo 171 do código penal.

Achacar: Sinônimo de manguear, utilizado em São Paulo.

Afetar o psicológico: Convencer; Persuadir.

Atravessar: Se meter na conversa alheia; não agir de acordo com as regras prescritas.

Boca de espera / Parasita / Chupim: Aquele que nunca contribui; quem se aproveita do esforço de um companheiro de rua.

Boca de rango - Locais de distribuição de comida gratuita.

Caminhada: Trajetória de vida; comprometimento pessoal

Cheirinho - Cheirinho é uma abreviação de “cheirinho da loló”, uma droga inalante. Mas pode ser utilizado como descrição de qualquer solvente ou inalante.

Crônicos de rua – As pessoas que passam muito tempo vivendo na rua. Normalmente, referem-se aqueles que já estão em um nível crítico de dependência química e longa data de vida na rua.

Dar a segunda: Fazer uso de uma parcela de algo que está em posse de outra pessoa.

Dingo: Abreviação de mendigo; utilizado como forma de auto-identificação e entendido como ofensa se utilizado por pessoas que não tiveram trajetória de rua.

Entrar na mente: O mesmo que afetar o psicológico; convencer; persuadir

Estiga: Vontade de usar droga, associada principalmente a falta do crack.

Família de rua: Grupo familiar por laços de fraternidade. Normalmente fala-se de família de rua para diferenciar da família biológica.

Fazer o corre: Ir em busca de alguma coisa; ex. conseguir emprego, conseguir recursos, conseguir droga.

História triste: É a composição entre elementos da própria história que levou a pessoa a situação de rua acrescida de elementos atualizados ao longo de sua experiência de rua. Pode ser utilizada para o mangueio, tanto quanto para o estabelecimento de relações de todo tipo.

Intera: Reunir dinheiro em grupo.

Irmão: Companheiro de rua.

Limpo: Estar livre do uso de drogas; não ter problemas legais;

Mangueio: Um complexo de relações essencialmente utilizado para obter recursos na rua, mas que produz mais que recursos econômicos; uma forma criativa de obter recursos e de se relacionar com as pessoas domiciliadas.

Mocó : Local de abrigo, normalmente em oposição aos espaços de abrigo do sistema sócio-assistencial, refere-se normalmente a espaços de abrigo na rua.

Patrões da boca: Chefe do tráfico.

Pedágio: Pagar a polícia para não ser preso ou perseguido.

Pedra: Crack

Playboy: Pessoa em melhores condições econômicas.

Rachar: Dividir

Tiazinhas: Pessoas mais velhas

Trajetória de rua: História de vida enquanto morador de rua.

Trecheiro: Aquele que pega o trecho; quem anda de cidade em cidade a pé ou de carona.

Tubão: Bebida barata composta por substância alcoólica e alguma mistura como suco ou refrigerante.

Vila: Favela; região popular.

Anexos

Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

Decreto III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;
- III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;
- V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;
- VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e
- X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
 - II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
 - III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
- Decreto IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
 - VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
 - VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
 - VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
 - IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
 - X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
 - XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal § 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito:

I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Saúde;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério das Cidades;

VII - Ministério do Trabalho e Emprego;

VIII - Ministério dos Esportes; e

IX - Ministério da Cultura.

§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 10. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.

Art. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciante;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188o da Independência e 121o da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

José Gomes Temporão

Patrus Ananias

João Luiz Silva Ferreira

Orlando Silva de Jesus Júnior

Márcio Fortes de Almeida

Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.12.2009

Tabela de instituições de atendimento.

Nº.	Entidade	Nº. vagas	Masc/Fem	Tipificação
01	Encontro com Deus	10 adultos 05 adolescente	Feminino	Abrigamento
02	Albergue São João Batista	50 adultos e família	Masculino Feminino	Albergagem
03	Confederação Evangélica do Paraná	280	Masculino/Feminino	Albergagem
04	Asilo São Vicente de Paulo	140	Feminino	Abrigamento
05	Associação Padre João Ceconello	60 adultos	Masculino	Tratamento dependência
06	Associação Padre João Ceconello	35 adultos com transtorno mental	Masculino/Feminino	Abrigamento
07	Só Vida	22 adultos	Masculino/Feminino	Abrigamento
08	Mosteiro Monte Carmelo (Frei Chico)	70 adultos	Masculino/Feminino	Tratamento dependência
09	Mais Viver (Governamental)	60 adultos com transtorno mental	Masculino/Feminino	Abrigamento
10	Comunidade Hermon	60 adultos	Masculino/Feminino	Tratamento dependência
11	Lar Esperança	30 adultos	Masculino/Feminino	Convalescentes
12	Lar Pequeno Aconchego	15 adultos com transtorno mental	Masculino/Feminino	Abrigamento
13	Pousada de Maria (Governamental)	10 vítimas de violência doméstica	Feminino c/filhos	Abrigamento
14	Recanto do Tarumã	50 adultos	Masculino	Abrigamento
15	Recanto do Tarumã	23 adultos	Masculino/Feminino	Centro Dia
16	Missão SOS Vida	10 jovens de 18 a 21 anos	Masculino	Abrigamento
17	Toca de Assis	18 idosos	Masculino	Abrigamento

18	Toca de Assis	30 adultos	Masculino	Tratamento dependência
19	Casa de Convivência João Dorvalino Borba (Governamental)	70 adultos	Masculino/Feminino	Casa de Convivência para pessoas em situação de rua.

Lista de eventos (2009-2011).

Os eventos em que o autor não esteve presente estarão marcados *

- 4 e 5 de novembro de 2009: II Seminário Sobre População de Rua (organizado pela articulação de ONGs)
- 08 de dezembro de 2009: audiência pública sobre projeto de lei. (articulada pelo Pastor Varella)
- 26 de janeiro de 2010: I Fórum Permanente da População em Situação de Rua (organizado pelo MNPR em parcerias que culminaram na criação do GTIS) *
- 27 a 29 de janeiro de 2010: Encontro Nacional de Formação do MNPR em Cajamar / SP,
- 11 de março de 2010: I Arte da Rua (MNPR – GTIS)
- 18 de março de 2010: II Fórum Permanente da População em Situação de Rua. (MNPR-GTIS)
- 25 de maio de 2010: II Arte da Rua (MNPR-GTIS)
- 26 de maio de 2010: III Fórum Permanente da População em Situação de Rua (MNPR-GTIS)
- 24 de abril de 2010: Fórum Nacional da População em Situação de Rua (MNPR-GTIS)
- 23 e 24 de julho de 2010: Seminário da População em Situação de Rua – Região Sul (MNPR-GTIS)
- 24 de agosto de 2010: 2ª Marcha Nacional da População em Situação de Rua. Realizada em Brasília (MNPR)
- 15 de outubro de 2010: IV Fórum Permanente da População em Situação de Rua.
- 06 de novembro de 2010: I Encontro de Formação Política da População em Situação de Rua.
- 12 de novembro de 2010: Encontro sobre Saúde da População em Situação de Rua – Saúde Mental. (MNPR-GTIS)
- 12 de dezembro de 2010: Encontro de Confraternização (MNPR-GTIS-Meninos de 4 pinheiros)
- 16 de março de 2011: III Seminário sobre População de rua – “reinserção social” (ONGs)
- 29 e 30 de março de 2011: II Seminário da População de rua de Salvador / BA.
- 18 de maio de 2011: I Oficina Estadual sobre Moradia e População em Situação de Rua em Curitiba-PR. *
- 27 de julho de 2011: Fórum Estadual da População de Rua sobre Segurança Pública.